



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**UNIVERSIDADE SALVADOR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

FABRICIA DE MATOS LEMOS

**INFORMALIDADE NAS RUAS DE SALVADOR/BAHIA: O CASO DOS
VENDEDORES AMBULANTES DA AV. SETE DE SETEMBRO (2014)**

Salvador
2015

FABRICIA DE MATOS LEMOS

**INFORMALIDADE NAS RUAS DE SALVADOR/BAHIA: O CASO DOS
VENDEDORES AMBULANTES DA AV. SETE DE SETEMBRO (2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Licks Almeida.

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Lemos, Fabrícia de Matos

Informalidade nas ruas de Salvador/Bahia: o caso dos vendedores ambulantes da Av. Sete de Setembro (2014)./ Fabrícia de Matos Lemos.– Salvador: UNIFACS, 2015.

191 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Ana Licks Almeida Silva.

1. Trabalho informal - Aspectos econômicos - Análise e crítica. 2. Mercado de trabalho. 3. Economia informal. I. Silva, Ana Licks Almeida, orient. II. Título.

CDD: 331.1

FABRICIA DE MATOS LEMOS

INFORMALIDADE NAS RUAS DE SALVADOR/BAHIA: O CASO DOS
VENDEDORES AMBULANTES DA AV. SETE DE SETEMBRO (2014)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Ana Licks Almeida Silva - Orientadora _____
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Aliger dos Santos Pereira _____
Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS Universidade
Salvador, Laureate International Universities
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Salvador ____ de _____ de 2015.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a materialização de um sonho. Sonho esse que, para mim, não foi fácil de realizar, pois trilhando o caminho de sua realização defrontei-me com muitos desafios, dores, perdas irreparáveis e inesquecíveis, mas que me revelaram grandes lições de vida. Sonho que não é só meu, visto que outras pessoas sonharam junto comigo, viveram junto comigo. Nesta jornada desafiadora em busca do conhecimento, marcada por desafios, perseverança, dedicação, noites sem dormir, lágrimas e sorrisos, tive o apoio de muitos, e a eles devo agradecimentos.

Primeiramente ao grandioso e eterno Deus, principal responsável pela minha existência, sempre me dando paz e discernimento nos momentos de conflito. Toda HONRA, GLÓRIA e LOUVOR sejam dados a Ti!

Minha mãe, Valdomira Rosa de Matos, que abdicou dos seus sonhos para viver os meus, fonte inesgotável de inspiração; meu pai, Nilton Lemos, sempre me ofertando o que tem de melhor; meu irmão, Fabiano de Matos Lemos, que mesmo longe, está sempre perto; minha linda avó, Helenita Silva Lemos, exemplo de mulher guerreira; familiares; amigos, irmãos em Cristo e todos aqueles que estiveram comigo em momentos de alegria e angústia, me dando apoio, força para continuar e me ajudando em oração.

Quero agradecer também aos professores Aliger dos Santos Pereira, Ana Licks Almeida, Jorge Almeida Uzeda, Laumar Neves de Souza e Renato Reis, pelo apoio e dedicação ao longo do árduo processo de construção deste trabalho.

A professora Carolina de Andrade Spinola, pela predisposição em me ajudar no projeto de pesquisa, acolhimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) e atenção.

Agradeço aos professores do PPDRU e colegas de turma, em especial aos professores Carlos Alberto da Costa Gomes e Edivaldo Machado Boaventura, pelos momentos de socialização do conhecimento e de trocas de experiências.

Aos amigos Érica Sousa Gonçalves de Oliveira, que me incentivou a encarar este desafio e Josias Alves de Jesus, sempre me ajudando nas horas de sufoco. Obrigada por tudo.

Aos funcionários do PPDRU pelo apoio.

Aos representantes das associações e vendedores ambulantes que laboram na Avenida Sete de Setembro (Salvador/Ba) que foram entrevistados durante a pesquisa de campo por terem me proporcionado “vivenciar” a luta cotidiana de quem trabalha nas ruas.

E finalmente, mas não menos importante, não citarei nomes, visto que poderei esquecer alguém, mas não posso deixar de agradecer a família “Grupo de Teatro Aliança”. Muito obrigada a todos, pelo companheirismo e orações.

A todos que torceram por mim, me apoiaram e compreenderam meus momentos, muito obrigada.

Eu consegui!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever o perfil demográfico dos trabalhadores ambulantes que laboram na Avenida Sete de Setembro. Assim, o problema de pesquisa que norteia a investigação proposta está configurado na seguinte questão: quais as características dos ambulantes da Av. Sete de Setembro, em Salvador (Ba), no ano de 2014? Para responder a esta questão, a metodologia utilizada foi a dedutiva qualitativa, através de um estudo de caso com uso de pesquisa descritiva e bibliográfica. Foi aplicado um questionário a 242 vendedores ambulantes no período do mês de novembro de 2014 no próprio local de trabalho, sendo possível traçar o perfil demográfico dos vendedores ambulantes, bem como o perfil profissional e uma reflexão concernente a o que é ser vendedor ambulante na atualidade, contemplando também informações sobre a aderência dos trabalhadores em políticas (como associações ou o MEI, por exemplos). Nesta oportunidade, caracterizaram-se os trabalhadores e concluiu-se que ainda existem similitudes com os vendedores de rua do século passado bem como se percebeu também que ali há uma ceara carente de ações públicas, que melhorem suas condições de sobrevivência.

Palavras-chave: Informalidade. Vendedor ambulante. Av. Sete de Setembro - Salvador/Ba.

ABSTRACT

The objective of this paper is to describe the demographic profile of street vendors labors that work on Sete de Setembro Avenue. Therefore, the research problem that direct the proposed investigation is configured in the following question: What are the characteristics of street vendors of Sete de Setembro Avenue, in Salvador (Ba), in the year of 2014? To answer this question, the utilized methodology was the qualitative deductive, through a study of case with use of descriptive and bibliographic research. A questionnaire was applied to 242 street vendors in the period of November of 2014 in their own work place, being possible to trace the demographic profile of street vendors, as well as the professional profile and a reflection about what is being a street vendor nowadays, also contemplating information about the adherence of labors to politics (for example associations or the MEI). In this opportunity the labors were characterized and it was concluded that there are still resemblances between the street vendors of the last century, as well as it was realized that there is a needy field of public actions too, that improve survival conditions.

Key-words: Informality. Street vendor. Sete de Setembro Avenue - Salvador/BA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Procedimentos para abertura de empresa no Brasil	90
Figura 2 - Projeto de Requalificação do Largo Dois de Julho - Salvador	141
Figura 3 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Salvador (BA) – 2000	145
Figura 4 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Salvador (BA) – 2010	146

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Trecho da Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	27
Fotografia 2 - Produtos vendidos por ambulantes - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	27
Fotografia 3 - Produtos vendidos por ambulantes - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	28
Fotografia 4 - Beco de Maria Paz - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	28
Fotografia 5 – Largo do Rosário- Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	29
Fotografia 6 – Rua da Forca - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014 ..	29
Fotografia 7 - Rua do Cabeça - Avenida Sete de Setembro - Salvador – 201430	
Fotografia 8 - Rua Portão da Piedade - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	30
Fotografia 9 - Rua Portão da Piedade - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	31
Fotografia 10 – Travessa (Bêco) do Mucambinho - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	31
Fotografia 11 – Trecho da Av. Sete de Setembro – Salvador - 1920.....	130
Fotografia 12 – Kombi da PMS - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014....	133
Fotografia 13 – Fiscais da SEMOP abordando vendedor irregular - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	134
Fotografia 14 - Praça Barão do Rio Branco - Av. Sete de Setembro – Salvador - 2014.....	135
Fotografia 15 - Largo de São Bento - Av. Sete de Setembro – Salvador - 2014.....	135
Fotografia 16 – Entorno da Praça Barão do Rio Branco - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014.....	136
Fotografia 17 – Entorno da Praça Barão do Rio Branco - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desemprego – Brasil - 1989-1999	58
Gráfico 2 – Participação dos trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada em relação ao total da ocupação - RMs* – 2000-2002	60
Gráfico 3 – Total de pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2009	62
Gráfico 4 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o nível de instrução - Brasil – Setembro/2009.....	65
Gráfico 5 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas - Brasil e as Grandes Regiões (%) – 2004 a 2009	68
Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados por setor da economia, total - RM's ⁽¹⁾ – 2010	70
Gráfico 7 - Rendimento mensal médio real dos ocupados, por sexo - RMs e DF - 2010 (em R\$ de novembro/2010)	72
Gráfico 8 - Rendimento mensal médio real dos assalariados, por sexo - RMs e DF 2010 (em R\$ de novembro/2010).....	73
Gráfico 9 – Total de pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2011	74
Gráfico 10 – Variação Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência* - Brasil e as Grandes Regiões – 2009 e 2011	74
Gráfico 11 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o nível de instrução - Brasil – Setembro/2011.....	75
Gráfico 12 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas - Brasil e as Grandes Regiões - Setembro/2011	75
Gráfico 13 – Variação Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade desocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – 2009 e 2011	76
Gráfico 14 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2012.....	78
Gráfico 15 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2013.....	79
Gráfico 16 – Variação Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, na semana de referência ⁽¹⁾ - Brasil e as Grandes Regiões 2012 e 2013	79
Gráfico 17 – Nível de ocupação por sexo, das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil e Grandes Regiões, na semana de referência ⁽¹⁾ - 2013.....	80
Gráfico 18 – Distribuição das pessoas ocupadas, segundo as classes de salário mínimo do rendimento médio mensal real de trabalho – 2013.....	83
Gráfico 19 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o nível de instrução - Brasil - 2012-2013.....	84
Gráfico 20 – Custo de abertura de empresa - Brasil (em R\$) – 2010	91

Gráfico 21 - Taxa de informalidade (%), no mês de referência ⁽¹⁾ - Brasil	95
2010 - 2013	95
Gráfico 22 - Nível de informalidade médio anual da população - Brasil	96
2011-2014	96
Gráfico 23 - Taxas de desemprego por tipo - RMS - 2013.....	109
Gráfico 24 – Distribuição dos entrevistados por gênero - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014	143
Gráfico 25 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	144
Gráfico 26 – Distribuição dos entrevistados por estado civil e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	147
Gráfico 27 – Distribuição dos entrevistados segundo nível de escolaridade e gênero - Av. Sete de Setembro - 2014.....	148
Gráfico 28 – Distribuição dos entrevistados por faixa de renda e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	149
Gráfico 29 – Distribuição dos entrevistados segundo sua posição familiar e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	151
Gráfico 30 – Idade que o vendedor ambulante começou a trabalhar, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	152
Gráfico 31 – Percentual de vendedores ambulantes que já trabalharam com carteira assinada, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	153
Gráfico 32 – Tempo de permanência em empresa (formalizado ou não) antes de ir trabalhar como vendedor ambulante, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	154
Gráfico 33 – Motivação do vendedor ambulante para sair da empresa que trabalhava, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	155
Gráfico 34 – Tempo que o vendedor ambulante possui a barraca, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	156
Gráfico 35 - Quantitativo de entrevistados formalizados como MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	157
Gráfico 36 - Distribuição de MEI por gênero - Brasil - 2011/ 2013	158
Gráfico 37 - Motivos da não formalização dos vendedores ambulantes como MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	158
Gráfico 38 - Tempo de formalização dos vendedores ambulantes como MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	159
Gráfico 39 – Conhecimento dos vendedores ambulantes concernente a Lei do MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	160
Gráfico 40 – Número de pessoas que trabalham com o vendedor ambulante, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	161

Gráfico 41 - Relação dos vendedores ambulantes com a(s) pessoa(s) que trabalha(m) no negócio, total e por gênero - Av. Sete de Setembro	162
Salvador - 2014	162
Gráfico 42 – Participação dos vendedores ambulantes em assembleias/movimentos organizados por sindicato/ associação, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	163
Gráfico 43 – Pretensão em continuar sendo vendedor ambulante, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014.....	164
Gráfico 44 – Perspectiva dos vendedores ambulantes em mudar para um emprego com carteira assinada, total e por gênero - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014	166
Quadro 13 – Justificativa de alguns vendedores ambulantes sobre o questionamento da mudança de trabalho para um com carteira assinada - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	167
Quadro 14 – Percepção dos vendedores ambulantes concernente a como a sociedade os veem atualmente - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014 ..	167
Quadro 15 – Quadro síntese com o perfil dos vendedores ambulantes- Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	168

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área onde a pesquisa de campo foi aplicada - Salvador - Bahia-2014	26
Mapa 2 - Espaço de atuação do Programa Território Empreendedor – Centro Salvador - 2014	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Esquema dos principais autores pesquisados para elaboração da fundamentação teórica deste trabalho	24
Quadro 2 - Contraste da realidade do Setor Formal e do Setor Informal, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT)	36
Quadro 3 - Expressões tradicionais da informalidade	46
Quadro 4 - Expressões da “nova informalidade” no Brasil	47
Quadro 5 - Classificação do Setor Informal por Categorias de Posição na Ocupação	52
Quadro 6 - Matéria informando a regulamentação da atividade de vendedor ambulante.....	99
Quadro 7 - Matérias informando a hostilidade da população com o vendedor ambulante (Século XX)	100
Quadro 8 – Matéria informando a ampliação da atuação dos vendedores ambulantes na cidade de Salvador (Ba)	104
Quadro 9 – Matérias informando a hostilidade da população com o vendedor ambulante (Século XXI)	126
Quadro 10 – Instituições parceiras da PMS no Programa Território Empreendedor – Centro.....	139
Quadro 11 – Posicionamento de alguns membros de associações concernente ao Programa Território Empreendedor – Centro	140
Quadro 12 – Percepção do vendedor ambulante sobre seu trabalho - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas anuais de crescimento do PIB e da PEA - Brasil – 1980-1999	55
Tabela 2- População ocupada e taxa de ocupação – Brasil - 1992, 1993, 1995-1999	59
Tabela 3 - Distribuição dos ocupados por sexo - Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %).....	64
Tabela 4 - Distribuição dos ocupados por faixa etária - Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)	64
Tabela 5 - Distribuição dos ocupados por faixas de anos de estudo - Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %).....	66
Tabela 6 - Rendimento mensal médio real dos ocupados e dos assalariados - Total Metropolitano ⁽¹⁾ - 2009	66
Tabela 7 - Rendimento mensal médio real dos ocupados, por sexo - RMs e DF 2007 - 2009	67
Tabela 8 - Rendimento mensal médio real dos assalariados, por sexo, RMs e DF - 2007 - 2009	67
Tabela 9 – Distribuição da PO por posição na ocupação - Total Metropolitano ⁽¹⁾ (em %) - 2010.....	69
Tabela 10 - Posição na ocupação dos homens no trabalho principal - RMs e Distrito Federal (em %) - 2010	70
Tabela 11 - Posição na ocupação das mulheres no trabalho principal - RMs e Distrito Federal (em %) - 2010	71
Tabela 12 - Rendimento mensal médio real dos ocupados e dos assalariados -	71
Total Metropolitano ⁽¹⁾ - Novembro/2010	71
Tabela 13 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o sexo e a condição de atividade e de ocupação na semana de referência ⁽¹⁾ - Brasil e Grandes Regiões – 2012	77
Tabela 14 - População ocupada por categoria da ocupação - Brasil – 2013 ...	81
Tabela 15 - Rendimento Médio Mensal Real de Trabalho - Brasil – 2012-2013	82
Tabela 16 - Distribuição da população ocupada por grupo de idade – Brasil – 2012/2013	83
Tabela 17 – Total e variação percentual, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas, na semana de referência ⁽¹⁾ - Brasil e Grandes Regiões - 2012 -2013	85
Tabela 18 – Geração de empregos formais por faixa de salário mínimo – Brasil - 2011-2013.....	86
Tabela 19 – Índices de ocupação e desocupação – Brasil - 2014	86

Tabela 20 - Comparativo das Taxas Médias Anuais de Desemprego – Brasil - 1990 a 2009 (%).....	88
Tabela 21 - Grau de informalidade nos estados do Nordeste – Brasil - 1997-2007	89
Tabela 22 - Participação (em %) dos empregados sem carteira assinada e por conta própria na ocupação total - RMS – 2009/2011	108
Tabela 23 - Rendimento médio real ⁽¹⁾ dos ocupados, assalariados, segundo categorias selecionadas e dos trabalhadores autônomos e as variações percentuais - RMS - Novembro de 2012 e Novembro de 2013 ⁽²⁾	111
Tabela 24 - Estimativa dos ocupados por posição na ocupação - RMS- Trimestre de Outubro de 2012 a Dezembro de 2012 e Trimestre de Outubro de 2013 a Dezembro de 2013.....	112
Tabela 25 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual nos 10 municípios mais populosos - Brasil - 2000/2010 (%)	125
Tabela 26 - PEA (em 1.000 pessoas), no mês de referência ⁽¹⁾ - Salvador - 2010/2014	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens da Bahia
ACLAJ	Associação Comunitária do Largo Dois de Julho e Adjacências
AECASA	Associação dos Empresários da Cidade Alta de <i>Salvador</i>
AGECOM	Assessoria Geral de Comunicação
ASFAERP	Associação dos Feirantes e Ambulantes da Região Metropolitana de Salvador
ASSINDVAN	Associação Integrada de Vendedores Ambulantes, Feirantes e Microempreendedores Individuais de Salvador
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDI	Comitê para a Democratização da Informática
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEM	Centro do Empreendedor Municipal
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA	Centro Industrial de Aratu
Coelba	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
DESAL	Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIRCAS	Diretoria do Centro Antigo de <i>Salvador</i>
EIR	Exército Industrial de Reserva
ERCAS	Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador
FCDL	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas

FGM	Fundação Gregório de Matos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IQMT	Índice de Qualidade do Mercado de Trabalho
LC	Lei Complementar
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OGM	Ouvidoria Geral do Município
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PD	População Desocupada
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PO	População Ocupada
PPDRU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
PT	População Total
RLAM	Refinaria Landulpho Alves em Mataripe
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SALTUR	Empresa de Turismo S/A
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECIS	Secretaria de Cidade Sustentável

SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SEMPS	Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza
SEMUR	Secretaria Municipal da Reparação
SEMUT	Secretaria Municipal do Urbanismo e Transporte
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESP	Secretaria dos Serviços Públicos
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUSPREV	Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção a Violência
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIPAZ	Universidade Internacional da Paz

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 HISTORIANDO O CONCEITO DE INFORMALIDADE	34
2.1 AS PRIMEIRAS ANÁLISES	34
2.2 O AVANÇO DOS ESTUDOS NO MUNDO.....	39
2.3 O AVANÇO DO FENÔMENO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	42
3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL NO SÉCULO XXI	54
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O BRASIL DAS DÉCADAS 1980 E 1990	54
3.2 A REALIDADE DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.....	59
3.3 O CONTEXTO DOS ANOS 2010.....	69
3.4 OS NÚMEROS DA INFORMALIDADE.....	87
4 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR (BA)	97
4.1 A CIDADE DO SALVADOR E O TRABALHO: BREVE RESGATE HISTÓRICO	97
4.2 PANORAMA DO MERCADO LABORAL SOTEROPOLITANO A PARTIR DOS ANOS 2000	105
4.3 O VENDEDOR AMBULANTE: ASPECTOS INICIAIS	116
4.4 O TRABALHADOR AMBULANTE DA ATUALIDADE	124
5 O MERCADO INFORMAL DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO - SALVADOR (BA)	129
5.1 COMO SURTIU O COMÉRCIO NA AV. SETE?.....	129
5.2 PROGRAMA TERRITÓRIO EMPREENDEDOR – CENTRO.....	137
6 CARACTERIZAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO - SALVADOR (BA)	142
6.1 GÊNERO.....	142
6.2 FAIXA ETÁRIA	144
6.3 ESTADO CIVIL.....	147
6.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE	147
6.5 FAIXA DE RENDA	149
6.6 POSIÇÃO FAMILIAR	151
6.7 ENVOLVIMENTO COM O MERCADO LABORAL	152
6.8 A QUESTÃO DA FORMALIZAÇÃO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	157

6.9 QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE TRABALHAM COM O VENDEDOR AMBULANTE	160
6.10 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	162
6.11 A QUESTÃO DA SATISFAÇÃO COM A ATIVIDADE LABORAL.....	164
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS.....	174
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO.	185

1 INTRODUÇÃO

O problema da informalidade é sempre presente no mercado de trabalho brasileiro. Com a redução dos empregos de qualidade e ampliação das vagas precárias nos últimos tempos isso se arrefeceu.

A informalidade tem suprido as necessidades das famílias, quando os indivíduos não conseguem se inserir no mercado formal, e, diante desta perspectiva, o estudo da temática deste trabalho se faz relevante, diante da participação da informalidade na composição do mercado de trabalho urbano, fazendo parte de um processo de extensivo de redefinição do trabalho formal, de “crise do emprego” e do desemprego estrutural¹ (DURÃES, 2006).

Antunes (2005) explana que quase um terço da força humana mundial acessível para o mercado laboral se encontram em trabalhos parciais, precários, temporários, como ambulantes nas ruas ou vivenciam os percalços do não trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo a caça de algo para sobreviver.

O objeto de estudo desta dissertação são os vendedores ambulantes que trabalham na Avenida Sete de Setembro, na cidade de Salvador (Ba), no ano de 2014, pois trata-se de uma importante área de comércio de rua desta cidade, visto que compreende cerca de 800 ambulantes, conforme a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, 2015).

Observa-se ainda, que este território está sendo alvo de uma política pública de reorganização de espaço, fazendo parte de um processo de requalificação urbana, econômica, social e de infraestrutura que atinge diretamente a vida dos que ali laboram.

Para executar este procedimento de reestruturação local, foi autorizado pelo atual prefeito da cidade de Salvador (Ba), Antônio Carlos Magalhães Neto, o programa intitulado “Território Empreendedor – Centro²”, que conta com a participação de diversos órgãos públicos e privados. O tema desta pesquisa é

¹ Acontece quando o número de desempregados é superior ao número de trabalhadores que o mercado quer contratar e esse excesso de oferta de mão de obra não é temporário.

² O programa intitulado "Território Empreendedor – Centro" envolve uma gama de ações com o objetivo de requalificação econômica, social e infraestrutura da região da Av. Sete de Setembro, Largo Dois de Julho e entorno.

descrever o perfil dos vendedores ambulantes que atuam na Av. Sete de Setembro, no ano de 2014, na esperança de que este estudo possa servir de subsídio para melhorar a política pública municipal.

Após a delimitação do tema, foi feito o seguinte questionamento: - Quais as principais características demográficas dos vendedores ambulantes que trabalhavam no território da Av. Sete de Setembro, em Salvador (Ba), no ano de 2014?

A partir daí, tem-se como objetivo geral traçar o perfil dos ambulantes que trabalham nesta área e faz-se necessário elucidar os objetivos específicos:

- a) Contextualizar a informalidade no Brasil e na cidade de Salvador (ressaltando a Avenida Sete de Setembro);
- b) Debater os aspectos do mercado de trabalho brasileiro, especificando o soteropolitano;
- c) Identificar o perfil demográfico dos vendedores ambulantes presentes no território da Avenida Sete de Setembro, em Salvador (Ba).

Para compreensão do fenômeno em estudo, é importante buscar aporte teórico. Assim, com a finalidade de fundamentar a pesquisa, utilizou-se da abordagem dedutiva qualitativa, visto que a preocupação é amparada no aprofundamento da compreensão de um grupo social, comprometendo-se em avaliar as manifestações sociais munidas de qualidade política (DEMO, 1995). Complementando, Silveira e Gerhardt (2009, p. 32) difundem que: “O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas”.

A pesquisa descritiva foi realizada inicialmente com a pesquisa bibliográfica, reunindo dados de fontes secundárias como livros, revistas e sites, bem como a pesquisa documental em jornais e documentos oficiais, provendo subsídios para o arcabouço teórico, além da pesquisa de campo com dados baseados nas entrevistas estruturadas realizadas. O Quadro 1 mostra de forma concisa os principais temas presentes neste trabalho, juntamente com os principais autores utilizados na pesquisa bibliográfica.

Quadro 1 – Esquema dos principais autores pesquisados para elaboração da fundamentação teórica deste trabalho

Temas	Contribuições	Autores pesquisados
Informalidade	Conceitualização para entendimento da informalidade.	Alves, 2001; Cacciamali, 1991, 1994, 2000, 2007; Jakobsen, 2001; Krein e Proni, 2010; OIT, 2013; Pochmann, 1998, 2001; Santos 2010.
Mercado de trabalho brasileiro	Compreensão do perfil do mercado laboral no Brasil.	Gomes, 2002; Pauli <i>et al</i> , 2012; Rizza e Schwingel, 2013; Santos, 2010; Singer, 2001.
Mercado de trabalho de Salvador	Compreensão do mercado laboral de Salvador.	Almeida, 2008; Bettio, 2009; Carvalho, 2008; Durães, 2006; Rizza e Schwingel, 2013; Santos, 2010; Silva, 2003; Singer, 2001.
Mercado informal na Av. Sete de Setembro	Panorama dos vendedores ambulantes na região.	AGECOM, 2015; Durães, 2004, 2006; Guimarães, 2004; Heinonen, 2005; Jornal A Tarde, 1992; Jornal Correio Da Bahia, 2014.

Fonte: Elaboração própria (2015).

A pesquisa descritiva foi feita através de uma pesquisa de campo, na qual se entrou em contato com representantes de associações de vendedores ambulantes (Associação Integrada de Vendedores Ambulantes, Feirantes e Microempreendedores Individuais de Salvador – (ASSINDVAN) - e Associação dos Empresários da Cidade Alta) que marcaram reuniões e facilitaram o acesso indicando os pontos onde as entrevistas estruturadas *in loco* com vendedores ambulantes foram realizadas em Novembro do ano de 2014.

A abordagem metodológica para o constructo deste trabalho é um estudo de caso de carácter descritivo. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos vendedores ambulantes, ou seja, na própria Av. Sete, onde primeiramente se ia com o representante da associação que fazia o intermédio prévio entre a pesquisadora e os vendedores ambulantes e depois, a entrevistadora sozinha ia, de barraca em barraca, solicitar a atenção dos trabalhadores individualmente, não havendo anuência preliminar com os mesmos. Houve bastante dificuldade para coleta de dados, por dois motivos: 1) interrupção, principalmente pela chegada de clientes e 2) falta de interesse dos trabalhadores em participar.

Foi elaborado um questionário (Apêndice A), com perguntas que descrevem os principais atributos dos ambulantes e de sua atividade de trabalho.

No questionário (Apêndice A) há perguntas, por exemplo, sobre as variáveis do perfil demográfico (como: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, renda, papel do grupo doméstico) e variáveis do perfil profissional (como: idade que começou a trabalhar, se trabalhou com carteira assinada ou não, quando, onde e por quanto tempo, o tempo de trabalho como vendedor ambulante, as percepções sobre este tipo de trabalho).

Conforme Brandão (2012, p.8) “a estrutura bem pensada de um questionário contribui para reduzir o esforço do respondente; assegurar que todos os temas de interesse do pesquisador sejam tratados e manter o interesse do respondente em continuar.” Assim sendo, o questionário deve ter como foco o objetivo da pesquisa.

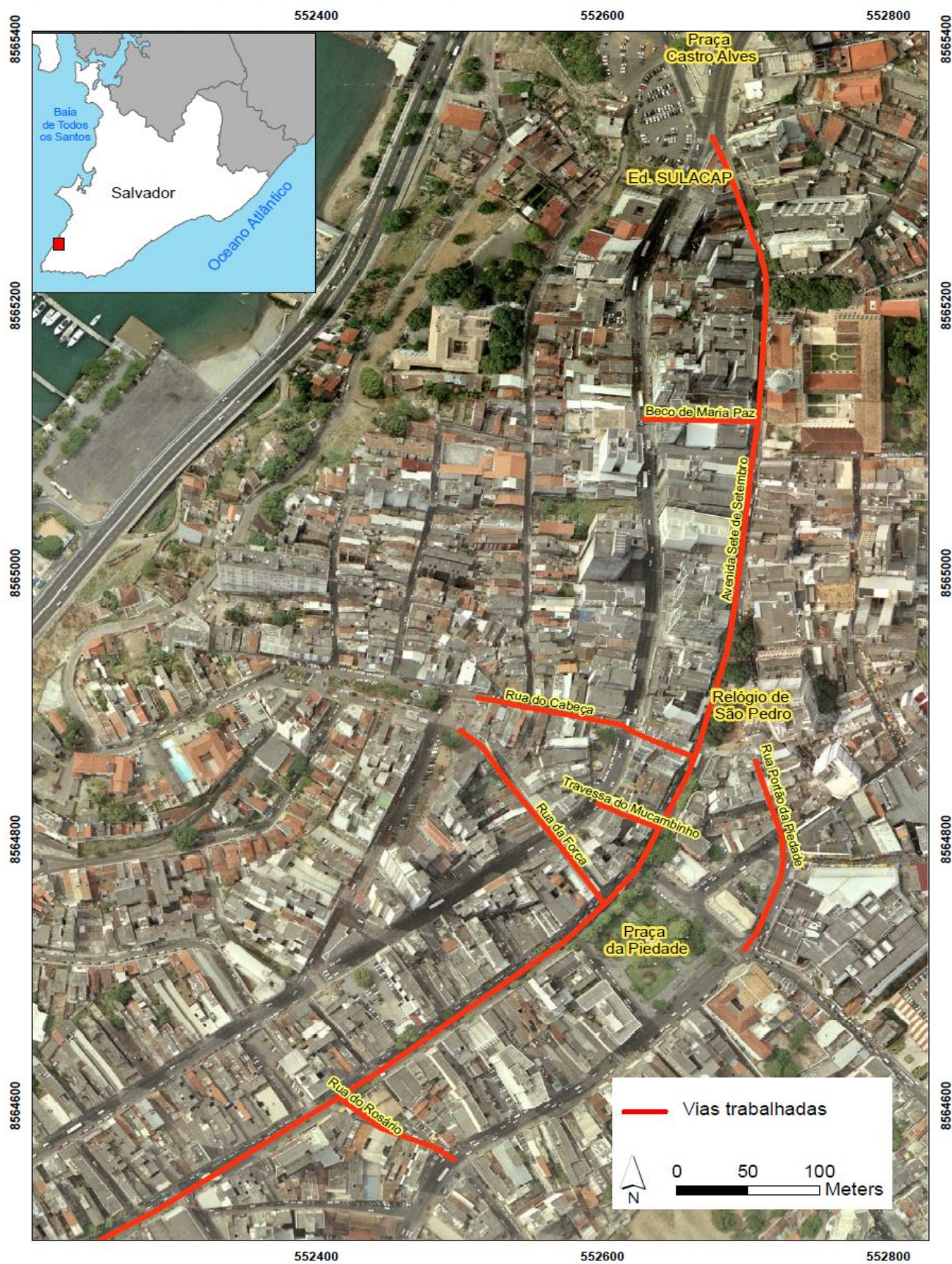
Além disso, alguns relatos dos vendedores ambulantes também são apresentados neste trabalho, auxiliando na compreensão do pensamento dos trabalhadores acerca do trabalho que desenvolvem.

Para responder ao questionário não se definiu uma quantidade específica de pessoas, sabia-se apenas que se faria a entrevista com uma amostra não probabilística por conveniência, pois a entrevista foi realizada com os membros mais acessíveis da população, visto que, não se tem condições de abarcar todos os vendedores ambulantes daquela localidade, pois, devido a magnitude, ser uma pesquisa cara, que demanda tempo, além da rejeição dos vendedores em participar da pesquisa.

A amostra é o conjunto formado por um subconjunto da população que se pretende estudar e para este trabalho, o tipo de amostra escolhido foi à amostra não probabilística, que é aquela onde a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do entrevistador no campo (OLIVEIRA, 2001).

Diante disso, a amostra deste trabalho compreendeu 242 vendedores ambulantes que possuem as barracas localizadas na Av. Sete de Setembro, distribuídos no trecho do Edf. Sulacap até a Igreja Nossa Senhora do Rosário (Mapa 1; Fotografias 1 a 3), bem como algumas transversais:

Mapa 1 - Área onde a pesquisa de campo foi aplicada - Salvador - Bahia-2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Fotografia 1 - Trecho da Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Fotografia 2 - Produtos vendidos por ambulantes - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Fotografia 3 - Produtos vendidos por ambulantes - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

A pesquisa de campo também contemplou os vendedores ambulantes das ruas transversais à Avenida Sete de Setembro:

* Beco de Maria Paz (Fotografia 4)

Fotografia 4 - Beco de Maria Paz - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

* Largo do Rosário (Fotografia 5)

Fotografia 5 – Largo do Rosário- Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

* Rua da Força (Fotografia 6)

Fotografia 6 – Rua da Força - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

* Rua do Cabeça (Fotografia 7)

Fotografia 7 - Rua do Cabeça - Avenida Sete de Setembro - Salvador – 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

* Rua Portão da Piedade (Fotografias 8 e 9)

Fotografia 8 - Rua Portão da Piedade - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Fotografia 9 - Rua Portão da Piedade - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

* Travessa (Bêco) do Mucambinho (Fotografia 10)

Fotografia 10 – Travessa (Bêco) do Mucambinho - Avenida Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Para compilação e análise dos dados coletados, utilizou-se uma planilha no programa Microsoft Excel, para as respostas das questões objetivas onde os cruzamentos das variáveis foram feitos.

O trabalho aqui desenvolvido está dividido em sete capítulos, são eles: 1) Introdução; 2) Historiando o conceito de informalidade; 3) Características do mercado de trabalho nacional no século XXI; 4) Comportamento do mercado de trabalho em Salvador (Ba); 5) O mercado informal da Avenida Sete de Setembro – Salvador (Ba); 6) Caracterização dos vendedores ambulantes da Avenida Sete de Setembro - Salvador (Ba); 7) Considerações finais, além das Referências e Apêndice:

O Capítulo 1 corresponde à introdução desta dissertação.

O capítulo 2 apresenta as teorias que fornecem subsídios para uma reflexão sobre informalidade, o que não é tarefa fácil, visto que a informalidade tomou uma forma tão heterogênea que não se tem como ter um conceito “fechado” sobre o tema.

O capítulo 3 expõe como o mercado de trabalho nacional se comportou, tendo como recorte temporal os anos de 1980 até os dias atuais, tendo como destaque a informalidade do mercado laboral brasileiro.

Logo após, o capítulo 4 demonstra um panorama que exhibe as características da formação do mercado laboral em Salvador, além de traçar um retrato baseado no trabalho informal local, ressaltando os vendedores ambulantes.

O capítulo 5 apresenta o histórico e importância da Av. Sete de Setembro para a cidade. Devido à degradação que este ambiente vem sofrendo, está em fase de implementação um programa de requalificação local (Território Empreendedor – Centro), que também é retratado nesta dissertação.

O capítulo 6 entra de fato no objeto proposto nesta pesquisa, ou seja, é aqui o capítulo empírico deste trabalho, demonstrando o perfil demográfico dos vendedores ambulantes da Av. Sete de Setembro.

O capítulo 7 apresenta as conclusões sobre os vendedores ambulantes da cidade de Salvador (Ba), tendo como parâmetro os que laboram na Avenida Sete de Setembro.

O trabalho aqui exposto não tem pretensão alguma de exaurir o tema, mas, espera-se que possa servir de subsídio principalmente para pesquisas

vindouras concernentes aos vendedores ambulantes que atuam na Avenida Sete de Setembro, sua relação com a cidade de Salvador, bem como se supõem que consiga auxiliar como aporte para estudos que tenham intuito de melhorar as políticas públicas de emprego e renda. Além disso, visa poder colaborar nas ações dos atores que tentam organizar aquele espaço, visto que, na medida em que se conhece a realidade, pode-se de uma forma mais assertiva, tentar alterá-la.

2 HISTORIANDO O CONCEITO DE INFORMALIDADE

Tendo em vista que este trabalho tem como objetivo discutir os vendedores ambulantes da Av. Sete de Setembro, julgou-se pertinente fazer aqui um ensaio histórico do conceito de informalidade.

Assim sendo, nesta parte do trabalho são discutidos os olhares conceituais pertinentes à informalidade e a evolução dos estudos sobre este tema com o intuito de prover subsídios para uma reflexão, que não é tão simples devido à heterogeneidade que a circunda, pois, o termo informal, além de ser amplamente estudado, desde a sua origem até o presente momento, tem sido aplicado de uma maneira bastante abrangente. É empregado diversas vezes para denotar proprietários e trabalhadores que participam da cadeia produtiva em micro ou pequenas empresas, a evasão e sonegação fiscais, terceirização, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário, trabalho em domicílio, entre outros (CACCIAMALI, 2000).

Para satisfazer o propósito, este capítulo apresenta as análises pioneiras sobre informalidade, destacando os estudos feitos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na primeira seção.

A segunda seção traz a evolução do conceito de informalidade, visto que, devido as diversas transformações econômicas, esta questão tomou maiores proporções, englobando novos elementos e questões não pontuados nos estudos anteriores.

E para finalizar este capítulo, a terceira seção expõe os estudos da informalidade no âmbito Brasil.

2.1 AS PRIMEIRAS ANÁLISES

A noção de setor informal surgiu, pela primeira vez, no âmbito dos estudos do “Programa Mundial de Emprego”³, da OIT, sobre a estrutura de produção do emprego no Gana, em 1971, e no Quênia, em 1972. Estes

³ O Programa Mundial de Emprego visava avaliar os modelos de industrialização dos países subdesenvolvidos. O diagnóstico revelou que o paradigma adotado por estes países produziu um excedente de trabalhadores que buscavam ocupação em atividades de pequeno porte (SOARES, 2008, p. 72).

estudos procuravam analisar a estrutura produtiva do emprego e da renda dos referidos países e visavam caracterizar as atividades exercidas pelos estratos mais baixos da população urbana. A imagem do setor informal nesses trabalhos perpassava a ideia de um conjunto de atividades que utilizavam tecnologias atrasadas ou eram baseadas em formas arcaicas de produção advindas de um passado remoto.

Vale ressaltar que os estudos no Quênia apenas relacionaram a problemática do desemprego à dependência tecnológica e não as discrepâncias entre os preços dos bens e os salários dos trabalhadores.

Conforme o relato de Santos (2010), o enfoque desses estudos da OIT era captar a realidade da conjuntura econômica dos países do Terceiro Mundo, onde se superpunham dois mercados de trabalho distintos, que eram classificados a partir de dois conjuntos diferentes de atividades, quais sejam: 1) o setor formal, onde funcionam as atividades determinadas como possuidoras de barreiras à entrada, com capital externo, sistema de propriedade impessoal, atuando em grandes mercados e protegidos com cotas e tarifas, operando em grande escala de produção, com tecnologia moderna e incentivos maciços em capital e mão de obra qualificada; 2) o setor informal, caracterizado pela inexistência de barreiras à entrada, recursos de mão-de-obra de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, com processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados bastante competitivos e não regulados.

Ainda de acordo com a leitura de Santos (2010), o trabalhador informal dispõe-se como possuidor dos insumos, do estoque e das qualificações para que possa desenvolver a atividade, sendo que a divisão capital/trabalho pode não existir ou existir com restrições. Neste contexto, o trabalhador informal é o patrão e o empregado concomitantemente.

Vale pontuar também, novamente insistindo no olhar dessa mesma autora, que o setor informal é influenciado pela alta taxa de crescimento demográfico, resultado de um processo de migração do campo para a cidade, o que gerou um aumento assimétrico do número de trabalhadores urbanos, acima da capacidade de retenção da estrutura de produção.

A OIT, para conceituar o setor informal, partindo da pesquisa do Quênia estabeleceu os critérios apresentados no Quadro 2. Para Hart⁴ (1972) *apud* Ramos (2007), o termo “economia informal” apenas pretendia caracterizar um subconjunto da economia que merece ser conduzido de forma diferenciada.

Quadro 2 - Contraste da realidade do Setor Formal e do Setor Informal, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Setor Formal	Setor Informal
Defronta-se com barreiras à entrada	Há facilidade de entrada
Depende de recursos externos	O aporte de recursos é de origem doméstica
A propriedade do empreendimento é pessoal	A propriedade do empreendimento é individual ou familiar
Opera em larga escala	Opera em pequena escala
Utiliza processos produtivos intensivos em capital e tecnologia importada	Tecnologia adaptada e de cunho do trabalho intensivo
A mão de obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal	A mão-de-obra qualifica-se fora do sistema escolar formal
Atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc.	Atua em mercados competitivos e não regulamentados

Fonte: Krein e Proni (2010).

O ponto inicial para delimitar o setor informal das pesquisas do Programa Mundial de Emprego foram às unidades econômicas voltadas para o mercado, se sobressaindo o fato de o dono do negócio exercer simultaneamente as funções de empregador e empregado e de não haver separação entre as operações de gestão e de produção.

Esses critérios sobre “setor formal” e “setor informal” criados pela OIT, em 1972, logo foram difundidos pela literatura relacionada ao mercado de trabalho, porém, por não ter rigorosidade na aplicação, os mesmos mostraram-se limitados, devido a complexidade da dinâmica mercadológica nas sociedades do mundo subdesenvolvido. Destarte, a divisão de setor formal e setor informal feita pelos estudos da OIT, sofreu algumas críticas.

⁴ Keith Hart, antropólogo, autor das pesquisas realizadas no Gana e no Quênia.

Dentre as críticas sofridas, destaca-se a de Cacciamali (1991, p. 124) que concluiu que “no estudo sobre o Quênia, percebeu-se um significativo desinteresse do Estado ante a necessidade de criação de políticas à luz do setor informal”. Essa atitude negligente vinha de uma ação que minimizava a importância do setor informal. A efetivação de políticas poderia fortalecê-lo de forma a oferecer uma gama de bens e serviços a baixo custo, empregando tecnologias intensivas em trabalho, criando vagas de emprego e renda, além de poder estimular o empreendedorismo local.

Cacciamali (2000, p.53), ao descrever a economia informal, diz que:

[...] pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas; comércio de rua ou vendedores ambulantes; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou imigrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc.

Partindo para outra perspectiva de entender a informalidade, há uma espécie de consenso entre os estudiosos da visão marxista, ao dizerem que a informalidade é um produto do sistema capitalista, que reduz os custos de produção, por meio do aumento da exploração do trabalho, ou como forma de sobrevivência do Exército Industrial de Reserva⁵ (EIR) que não encontra emprego. Já os estudiosos que partem dos fundamentos econômicos neoclássicos percebem o aumento do trabalho informal como uma opção que o trabalhador procura, ao se deparar com um mercado de trabalho saturado, ou com salários abaixo do esperado (SOARES, 2008).

Ainda sob a ótica de contextualizar o informal, o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe⁶ (PREALC) (1978) caracterizava o setor informal urbano como manifestação do excesso estrutural de mão-de-obra nos países latino-americanos. A heterogeneidade da estrutura de produção originava dois setores distintos no mercado de trabalho: o mercado formal e o informal. No primeiro são geradas as ofertas de trabalho em empresas organizadas; o segundo baseia-se nas atividades de baixo nível de

⁵ Excedente da força de trabalho que responde às necessidades mediatas e imediatas do capital, assumindo assim um papel funcional.

⁶ Instituição de repercussão internacional, constituída com o objetivo de participar do “Programa Mundial do Emprego”. Realizou uma gama de estudos concernentes ao desenvolvimento econômico na América Latina com a proposta de sugerir estratégias alternativas onde a prioridade fosse a geração de empregos e a elevação dos salários.

produtividade exercidas por trabalhadores por conta própria ou por empresas pequenas, sem uma organização empresarial de fato (KREIN; PRONI, 2010).

O que norteava os estudos do PREALC era o entendimento, bastante difundido na época pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados ou subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social. (KREIN; PRONI, 2010, p.9).

Para Krein e Proni (2010), os estudos do PREALC postulavam uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção no mercado laboral, visto que o setor informal se evidenciava também por baixas remunerações. Os ocupantes do setor informal eram caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos.

Seguindo a leitura de Alves (2001), as teorias dualistas⁷ qualificavam os países do “3º mundo” como sendo formado por dois setores diferentes: O setor informal era visto como complemento para o setor formal, pois absorvia o excedente de sua força de trabalho, aglutinando atividades de baixo nível de produtividade, trabalhadores independentes e empresas pequenas e não organizadas. Neste contexto, o setor informal se caracteriza por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem a margem das normas regentes oficiais e que se utilizam de pouco capital, técnicas simples e elementares e mão-de-obra pouco qualificada.

Pode-se acrescentar ainda outra forma de perceber e caracterizar o setor informal, que o interpreta como sinônimo de ilegalidade (de certo modo, corresponde ao que na Europa é chamado de “economia subterrânea⁸”). Neste enfoque, o que motivaria a informalidade seria o não pagamento de impostos federais ou municipais, bem como o não cumprimento da legislação trabalhista.

⁷ Teorias que se expressam no rótulo do setor informal em oposição ao setor formal do mercado de trabalho.

⁸ É considerada economia subterrânea a produção de bens e serviços deliberadamente não reportada aos governos com o objetivo de sonegar impostos, evadir contribuições para a seguridade social, evadir o cumprimento de leis e regulamentações trabalhistas e evitar custos decorrentes do cumprimento de normas aplicáveis na atividade. (PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS, 2010).

E, muitas vezes, a informalidade tende a ser explicada como resultado da determinação de regimes jurídicos e administrativos que impõem altos custos e dispêndio de tempo para o processo de formalização (KREIN; PRONI, 2010).

É importante observar que a condição de informalidade engloba uma gama de desvantagens, principalmente na exclusão de mercados que exigem elementos comprobatórios de regularidade fiscal, a exemplo dos casos de vendas com notas fiscais, empréstimos para pessoas jurídicas, licitações no setor público e privado. O informal não pode registrar os empregados, encontra dificuldades em conseguir acesso a programas de assistência e empreendimentos, entre outros pontos negativos (IBGE, 2005).

Além dos pontos negativos citados anteriormente, para a sociedade como um todo, a empresa informal apresenta influência negativa, visto que, é uma concorrência desleal, podendo inibir a modernização das empresas formais, burlar a legislação ambiental, sanitária, trabalhista, entre outras, por não ter nenhum compromisso, além da evasão fiscal proporcionar a diminuição da capacidade do governo de investir na prestação de serviço, estímulo ao ambiente de corrupção podendo até ocorrer atividades ilícitas (KREIN; PRONI, 2010).

Mesmo com toda a negatividade apresentada, é importante ressaltar que para muitos, a informalidade se mostrou como a única forma de obter uma fonte de renda e sobreviver, visto que, não conseguiram adentrar no mercado formal de trabalho. Isto é consequência do sistema capitalista que prevê este EIR, resultado de uma política que deixa uma parcela da população fora do mercado laboral formal, seja pela perda do posto de trabalho ou pela falta de qualificação. Para estes, estar no informal não é escolha, é produto do contexto socioeconômico que estão inseridos.

Dito isto, após se ter espelhado a realidade que serve de ponto inicial para a análise proposta neste capítulo, apresenta-se agora a evolução dos estudos sobre a informalidade.

2.2 O AVANÇO DOS ESTUDOS NO MUNDO

Observa-se que explicações sobre a reprodução da informalidade e a própria definição do fenômeno foram sendo ampliadas e revistas à medida que

o debate acadêmico avançava e que novas circunstâncias econômicas, políticas e sociais acrescentavam novos elementos e novas questões para a discussão sobre a conceitualização de informalidade.

Em 1991, num momento de profunda transformação da ordem mundial em razão da transição de economias socialistas para o modelo de mercado, o capitalismo, a questão da informalidade foi rediscutida pela OIT na 78ª Conferência Internacional do Trabalho. Na ocasião, o problema consistia em optar entre eliminar paulatinamente o conjunto heterogêneo de atividades que fazem parte da informalidade e a hipótese de aproveitar o seu potencial de geração de ocupação e renda para boa parcela da população menos favorecida (KREIN; PRONI, 2010).

Sobre a 78ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida no mês de junho no ano de 1991, em Genebra/Suíça, Krein e Proni, (2010, p.11) destacam que:

Uma das dificuldades então detectadas para avançar o debate teórico sobre a economia informal dizia respeito à análise internacional comparada, que deveria verificar hipóteses sobre as causas da informalidade em distintos países tendo como referência a mensuração do fenômeno a partir de critérios padronizados. Porém, havia diferenças relevantes na produção de estatísticas sobre o mercado e as relações de trabalho e, além disso, não havia uma recomendação universalmente aceita sobre quais as atividades que deveriam ser classificadas como pertencentes ao “setor informal”.

Dando continuidade ao processo de compreensão da informalidade, a 15ª *International Conference of Labour Statisticians* (Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho), ocorrida em 1993, a OIT se esforçou ao tentar estabelecer um conceito sobre informalidade e impor critérios de mensuração que pudessem ser utilizados com uma base mínima de informações concernentes ao mercado de trabalho. Definiu-se o critério instituído em 1991, que divide as unidades econômicas informais em dois tipos: empreendimentos unipessoais ou familiares, e microempresas com trabalho assalariado. Ainda assim, ao longo dos anos 1990, as discrepâncias sobre a generalização do conceito de mercado informal não se extinguiram. Perguntas do tipo: “como classificar o trabalhador doméstico com carteira assinada ou o autônomo que presta serviços para uma única empresa?” ficaram sem respostas (KREIN; PRONI, 2010).

Tentando responder estas perguntas, Cacciamali (2007, p. 152-153) ressalta que:

O setor informal descreve as formas de organização da produção que se mantém atreladas ao trabalho não-assalariado. O trabalho assalariado, caso exista, não é utilizado de forma regular ou permanente. Segundo essa conceituação, o setor informal passaria então a ser composto pelo conjunto de trabalhadores que atuam por conta própria, por proprietários ou sócios de unidades de produção que empregam trabalho familiar, pela mão-de-obra familiar e por ajudantes e/ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham por esses grupos. Esta definição tem sido aceita pelos Sistemas Nacionais de Estatísticas do Trabalho, sob recomendação da OIT, desde 1993.

Além disso, Cacciamali (2000) traz que o termo informal se refere a análise de uma evolução estrutural em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na elaboração dos processos de trabalho e de instituições. Ocorre assim, um movimento definido por ela como “processo de informalidade”, isto é, uma aproximação das atividades tipicamente formais às condições de insegurança, instabilidade e precariedade das atividades informais.

Em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, foi admitida uma concepção ampla sobre informalidade, corroborando a importância social e política das atividades informais. A mais relevante novidade foi à mudança na interpretação do conceito: introduziu-se a nomenclatura economia informal, para abarcar toda a diversidade e dinamismo deste meio complexo e heterogêneo que a informalidade tem sido inserida (KREIN; PRONI, 2010).

Essa nova conceituação de informalidade endossada pela OIT, para refletir a complexidade do fenômeno, foi apresentada em 2003, na 17ª *International Conference of Labour Statisticians* (Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho), procurou-se explicar que o pesquisador tem certo grau de liberdade para escolher a “composição” de informalidade que expressasse melhor o seu objeto de análise (HUSSMANN, 2004 *apud* KREIN; PRONI, 2010). Mesmo com essa autonomia, vale salientar que as estatísticas sobre o mercado laboral deveriam permitir a distinção entre as duas vertentes essenciais da economia informal: o trabalho que é feito nos setores não estruturados da economia, podendo ser urbano ou rural, bem como o que é

executado de maneira informal nos setores organizados da economia capitalista (KREIN; PRONI, 2010).

Além da preocupação em abarcar todas as formas de organização mercadológicas na conceitualização do informal, um aspecto que se torna importante mencionar é o índice de informalidade e desemprego que os trabalhadores entre 15 e 24 anos vem enfrentando. Segundo relatório da OIT (2014), a taxa de desemprego juvenil continua sendo o dobro da taxa geral e o triplo da taxa de desemprego dos adultos. Os jovens são 43% do total de desempregados da América Latina e Caribe. Se tratando da qualidade do emprego, 55,6% dos jovens ocupados somente conseguem emprego em condições de informalidade, o que geralmente abarca baixos salários, instabilidade laboral e carência de proteção e direitos. O mesmo relatório traz que 6 de cada 10 empregos gerados para os jovens são informais.

Nesta mesma esteira de pensamento, sobre a relação informalidade X idade, Antunes (2005, p.146) relata que:

Uma tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc.

Feita esta breve apresentação de como o debate teórico sobre o setor informal foi se modificando ao longo do tempo, tendo em vista que a informalidade se tornou um fenômeno de estrutura heterogênea, passa-se a dialogar sobre os estudos desta temática no Brasil.

2.3 O AVANÇO DO FENÔMENO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

As discussões concernentes à informalidade no Brasil ganharam destaque e interesse na segunda metade da década de 1970, momento em que o setor informal urbano passa a ser objeto de investigação acadêmica mais

sistemática (SOUZA, 1979 *apud* KREIN; PRONI, 2010). O problema da informalidade passa a possuir de fato expressiva relevância na economia brasileira, no período que cobre os anos 1980, visto que, nesta época o desemprego aumentou, devido a forte recessão que o país enfrentava, reduzindo de forma drástica os níveis de produção, emprego e renda.

Para iniciar as reflexões, é interessante ressaltar que esses estudos da informalidade no Brasil não se limitaram aos acontecimentos meramente urbanos e também levou em consideração o êxodo rural. A ideia era que os trabalhadores ocupados em atividades agrícolas saíam das zonas rurais devido a inserção de tecnologia na roça, com máquinas substituindo o trabalho humano, pela atração exercida pelas cidades ou pela própria expulsão do trabalhador rural das plantações. A migração do campo para as cidades entre os anos de 1950 e 1980 abarcou mais de 35 milhões de pessoas contribuindo para a formação do excedente de mão-de-obra urbana no país (JAKOBSEN, 2001).

Além do êxodo rural, a estagnação econômica dos anos 1980 e os indícios de desindustrialização dos anos 1990 no Brasil, contribuíram para um aumento intenso de ocupações precárias, caracterizadas por baixo rendimento e forte instabilidade contratual, devido à falta de emprego regular para toda a População Economicamente Ativa (PEA) (POCHMANN, 1998).

Os anos de 1990 foram marcados pelo crescimento das taxas de desemprego a níveis nunca antes vistos no Brasil e pelo aumento das formas mais precárias de inclusão no mercado laboral. Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2012a), esta desestruturação do mercado de trabalho decorreu de uma gama de fatores, dentre eles, as baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desenfreada, forte crescimento da PEA, perda do prestígio do emprego na indústria, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público.

Ibarra (2007) chama a atenção para o fato de que, de 1990 a 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu apenas 0,5%, sendo que o PIB per capita teve uma queda de 2,8%, assim como o número de empregos formais, que

decreceu em 4,0% nesse período de estagnação econômica, que favoreceu ao que pode se caracterizar como aumento do desemprego disfarçado⁹.

A partir dos anos 1990, as discussões que giravam em torno do mercado informal no Brasil ganharam novas abordagens no âmbito das significativas mudanças na economia e no mercado de trabalho, visto que, especificamente em 1993, durante o primeiro ano de governo do presidente Itamar Franco, o país retomou o crescimento econômico, com um aumento de 4,9% em relação a 1992 e 5,4% em relação a 1990 (IBARRA, 2007). Com a retomada do crescimento, fatos como a contratação ilegal sem o devido registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos¹⁰ sem inscrição na previdência social, o comércio ambulante e a economia subterrânea foram sendo cada vez mais presentes no mercado laboral e podem ser listados como exemplos da gama de situações que exemplificam o que a OIT chama de “economia informal” (JAKOBSEN, 2001).

A inércia da economia repercutiu na difusão da miséria e nas condições de vida de uma grande parte da população brasileira e com isso, o grau de informalidade no mercado de trabalho atravessou os anos 1990 em alta, a participação dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria no total dos ocupados em 1995 era de 44,7% (IPEA, 2005).

Oliveira (2005) traz que o trabalho informal não deve ser visto como uma coisa estática e que existe no vazio, pois é antes de tudo, uma atividade humana situada em um contexto social, portanto sofre as mudanças ocasionadas no meio em que está inserido. Santos (2010) complementa dizendo que nos anos 1990, as discussões sobre o mercado laboral no Brasil, seguiram o avanço do processo de informalidade da força de trabalho e foram consideradas à luz das mudanças mais superficiais do processo de ocupação, resultado da reestruturação produtiva¹¹.

⁹ Ocorre quando o trabalhador encontra dificuldade de se inserir no mercado formal e procura alternativas de sobrevivência onde normalmente são realizadas pequenas tarefas ou atividades temporárias, com regimes de trabalhos sem reconhecimento legal em condições precárias.

¹⁰ Neste trabalho, ao se falar sobre autônomos, o olhar recai exclusivamente sobre os trabalhadores autônomos que não possuem o devido registro e não tem inscrição na previdência social.

¹¹ É um processo que se iniciou na segunda metade do século XX e que correspondeu ao processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva. Sua inserção no mundo capitalista está diretamente associada à Terceira Revolução Industrial – também chamada de Revolução

Hoje, com todo o crescimento da reestruturação produtiva, ainda existem unidades fabris ou de atividades com um número muito pequeno de empregados, mas estruturadas e agindo de forma competitiva no seu nicho de mercado, como por exemplo, os vendedores ambulantes, que vendem aquilo que produzem. Assim sendo, por ser tão assimétrica e mutável, há uma grande complexidade em progredir na discussão teórica concernente a informalidade.

Destarte, Cacciamali (2002) *apud* Krein e Proni (2010) trabalha com vários conceitos concomitantemente. Depois de conceituar o “processo de informalidade¹²” e retomar o termo “setor informal”, ela adiciona outras duas definições: 1) Mercado de trabalho informal, que é o ponto da compra e venda de mão-de-obra sem o registro em carteira e sem vinculação com a seguridade social pública; 2) Trabalho informal, que é todo tipo de trabalho exercido à margem das legislações em vigor ou no vazio institucional criado pelas mudanças socioeconômicas em curso.

Vale ressaltar um trecho em que a autora mostra uma das limitações da análise esquemática e compartimentalizada sobre informalidade:

Dessa maneira entendemos que não existe uma dicotomia entre o mercado de trabalho formal e informal, mas sim um *continuum* de situações que podem ser observadas tanto do lado da demanda como da oferta de trabalho. Do lado da demanda de trabalho, sucedem-se diferentes formas de contratação de acordo com o perfil de necessidades da empresa, algumas inclusive mistas, como por exemplo, a contratação com carteira assinada, mas com sub-registro da remuneração, ou outras [...] dissimulando a relação de subordinação e de regularidade, que caracteriza o assalariamento ou a relação de emprego. Do lado da oferta de trabalho, as pessoas podem percorrer diferentes caminhos ocupacionais e formas de inserção, iniciando sua trajetória a partir de trabalhos sem remuneração, sendo empregado por meio de diferentes modalidades de contrato e intercalar essas relações de emprego com trabalho por conta própria. Esse fato no caso brasileiro nos remete à necessidade de redefinir as relações entre as diferentes categorias de inserção no trabalho, o direito laboral e a seguridade social, de tal forma a abranger toda a trajetória ocupacional do indivíduo e a incentivar as empresas a gerar empregos e atividades. (CACCIAMALI, 2002, p. 8 *apud* KREIN; PRONI, 2010).

Para melhor compreensão do tema aqui estudado, apresenta-se no Quadro 3 uma definição de informalidade que contempla o que se chama de

Técnico-Científica Informacional – e ao processo de implementação do Neoliberalismo enquanto sistema econômico (PENA, 2015).

¹² Foi adotada esta denominação - processo de informalidade - para significar a corrosão ou inadequação de determinadas instituições e práticas sociais e o processo de construção de práticas sociais e de definição de instituições, ou seja, o processo de informalidade apreende as mudanças nas formas - sociais e jurídicas - das relações sociais no momento contemporâneo (CACCIAMALI, 2001, p.6).

aspectos da informalidade histórica com novas formas de sua expressão. Assim, de forma bastante simplificada, expõe o que a literatura brasileira normalmente considera como as facetas da informalidade.

Quadro 3 - Expressões tradicionais da informalidade

Situação ocupacional	Descrição
Proprietários de pequenos negócios	Núcleo central da informalidade clássica, baseada em pequenas unidades econômicas voltadas para o mercado, sem a utilização constante de mão-de-obra assalariada. São unidades geralmente familiares e não tipicamente capitalistas. Característica básica: não são registradas ou não respeitam a legislação vigente. É um segmento muito amplo e heterogêneo, que inclui os pequenos empregadores.
Trabalhador autônomo ou por conta própria	São os que têm o seu próprio domicílio como local de trabalho ou proprietários de seus meios de produção, sem, no entanto, estarem assegurados pela seguridade social. Dois grupos se destacam: os que estão na informalidade como estratégia de sobrevivência e os que optaram, a partir de suas particularidades, pela atividade autônoma sem efetuar a formalização.
Produtores para autoconsumo	Ocupados que não têm uma atividade voltada para o mercado, com ênfase na produção agrícola familiar, mas incluindo a autoconstrução e o trabalho doméstico não remunerado.
Membros voluntários de ONGs e do terceiro setor	Atividades não remuneradas, voluntárias, voltadas para atividades sociais e cooperativas, que não operam no mercado de trabalho.
Trabalhadores domésticos	Empregados em domicílios familiares, sem garantia de proteção social e acesso aos direitos básicos do trabalho.
Trabalhadores sem registro em carteira	Empregados em estabelecimentos que não têm o vínculo de emprego formalizado e, portanto, está à margem do sistema público de proteção social (aposentadoria, seguro-desemprego, auxílio doença e acidente, FGTS, PIS etc.). Também estão incluídos, nesta categoria, os trabalhadores sem remuneração.

Fonte: Santos (2006) *apud* Krein e Proni (2010).

Além das expressões apresentadas no Quadro 3, existem outras terminologias, chamadas de “mais modernas”, para caracterizar as formas de inserção no mercado de trabalho que não se encontram em conformidade com as leis vigentes. O Quadro 4 apresenta a informalidade que aparece nas políticas de flexibilização no Brasil, da redefinição do papel do Estado e da menor capacidade de regulação social do trabalho no âmbito de deterioração do mercado laboral, no qual as oportunidades de empregos estáveis e protegidas são cada vez mais restritas.

Quadro 4 - Expressões da “nova informalidade” no Brasil

Situação ocupacional	Descrição
PJ – Pessoa Jurídica, quando corresponde a uma relação de emprego disfarçada	É a pessoa que tem uma empresa, mas presta serviços de forma regular e exclusiva a outrem. A relação de trabalho não é pautada pela legislação trabalhista, mas constitui-se em um contrato comercial, em que os contratados estão excluídos de todo o sistema de direitos e de proteção social vinculado ao assalariamento. A regulação social e histórica do trabalho não se aplica a esse tipo de contrato. Na prática, isso pode significar a legalização do que passou a ser chamado de “fraude da pejetização”, pois, nessa modalidade de contratação, os direitos trabalhistas (tais como férias, 13º salário, FGTS, aviso prévio, horas-extras) e previdenciários (estabilidade do acidentado, auxílio doença etc.) não existem.
Falsas cooperativas	As cooperativas fraudulentas de mão-de-obra são uma das iniciativas mais visíveis de utilização de novas formas de contratação que podem, pelas características adquiridas a partir dos anos 90, ser identificadas, em grande parte dos casos, como uma relação de emprego disfarçada (Conclusão)
Terceirização 1: trabalho informal em domicílio	A informalidade não pode ser explicada pela terceirização, mas a adoção desta técnica gerencial foi um mecanismo que contribuiu para a sua expansão de duas formas distintas. Em primeiro lugar, a contribuição veio por meio dos incentivos proporcionados pelas empresas para as pessoas desenvolverem atividades de prestação de serviços sem qualquer proteção previdenciária e trabalhista, como foi e continua sendo o caso da construção civil, do campo e do setor têxtil (especialmente no trabalho em domicílio). Em segundo lugar, cresceu imensamente o número de pequenas empresas de prestação de serviços para a indústria e grandes empresas em geral que nem sempre cumprem a legislação trabalhista. Inclusive, para parte significativa delas, a competitividade ou a sobrevivência é garantida pela sonegação do registro profissional e de direitos trabalhistas.
Terceirização 2: relação de emprego triangular	Um outro subproduto das transformações no mercado de trabalho, facilitado pela regulação existente no Brasil, é a locação de mão-de-obra por meio de empresa aluguel. O contrato temporário é prestado por meio de empresa interposta (fornecedora de mão-de-obra, geralmente via agência de emprego), que seleciona e remunera trabalhadores com a finalidade de prestar serviços provisórios junto a empresas clientes. Estabelece-se uma relação triangular, em que o local de trabalho não tem relação direta com o empregador, mas com a agência de emprego.
Falsos voluntários do terceiro setor	O problema é que nem sempre é nítido o caráter não lucrativo e a forma como se dá a relação de trabalho, pois se admite que ela tenha algumas características típicas de um emprego, tais como a personalidade, a continuidade e, inclusive, a subordinação jurídica às determinações da entidade pública ou privada, condição esta que deve ser estabelecida no termo de adesão.
Trabalho estágio	O trabalho estágio (não o estágio como complemento da formação acadêmica) se caracteriza pela substituição de um profissional. Ou seja, ele exerce uma atividade profissional como qualquer outro empregado. Assim, constitui uma relação de emprego disfarçada, pois não é considerado um emprego, nem tem a ele vinculado qualquer direito trabalhista e previdenciário. (Decreto 87497/82: o estágio não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza).
Autônomo proletariado	Trata-se de utilização do trabalho autônomo como parte da estratégia de empregadores, geralmente em uma relação triangular, para viabilizar uma redução de custos e permitir rápidos ajustes ao ambiente das atuais transformações econômicas e de reestruturação da produção de bens e serviços, o que pode ser considerado como uma relação de emprego disfarçada.
Contratação por prazo ou tempo determinado	As pessoas contratadas por prazo determinado têm dificuldade de acesso às políticas de proteção social, especialmente o seguro desemprego e a seguridade social (tempo de contribuição).

Fonte: Krein e Proni (2010).

Diante dos Quadros 3 e 4, observa-se a necessidade de evidenciar a multiplicidade das formas de contratação atípicas de trabalho no Brasil, que de alguma forma estimulam a nova informalidade: terceirização, sub-contratação, pessoa jurídica, autônomo proletarizado, contratação por prazo determinado, trabalho estágio, vários tipos de contratos, entre outros. Genericamente, esses termos expressam alternativas aos envolvimento da relação de emprego formal na intenção de reduzir os custos.

As peculiaridades do mercado informal são tantas que se destaca o fato das transformações recentes no mercado de trabalho obscurecerem as características clássicas utilizadas para identificar a inserção do trabalhador no processo de produção de bens e serviços e para delinear o escopo da informalidade.

Chahad e Cacciamali (2005) *apud* Krein e Proni (2010) apresentam que é cada vez mais difícil no mercado de trabalho contemporâneo, distinguir nitidamente as categorias ocupacionais presentes na relação entre capital e trabalho: o empregado¹³, o trabalhador por conta própria independente¹⁴ e o empregador¹⁵. Vale ressaltar que no cenário atual, uma gama das ocupações que poderiam ser consideradas como “auto-emprego” e “pequeno empresário” formaram-se, na realidade, em relação de emprego disfarçada.

Para a OIT, a economia informal no Brasil, assim como em muitos outros países do mundo, é de grande magnitude e composta por um conjunto complexo e heterogêneo de situações de trabalho. Dela fazem parte os trabalhadores autônomos que não contribuem para o sistema previdenciário, trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores familiares não remunerados (KREIN; PRONI, 2010).

¹³ A relação é caracterizada “por um contrato de emprego explícito ou implícito, estável ou irregular, no qual a capacidade de trabalho de um empregado é utilizada de acordo com padrões e procedimentos definidos pela administração da empresa.” (CHAHAD; CACCIAMALI, 2005, p. 11 *apud* KREIN; PRONI, 2010, p.31)

¹⁴ O autônomo “tem como característica básica a posse de instrumentos de trabalho e a autonomia do uso da própria capacidade de trabalho, e, eventualmente, daquela de outrem, no que se refere à organização da sua atividade e à comercialização de seus serviços ou da oferta de seus produtos no mercado.” (CHAHAD; CACCIAMALI, 2005, p. 11 *apud* KREIN; PRONI, 2010, p.31).

¹⁵ A condição de empregador, “além da capacidade de trabalho, envolve a propriedade de bens de produção, a contratação em bases regulares de empregados estáveis, e a responsabilidade da sua organização, comando e comercialização.” (CHAHAD; CACCIAMALI, 2005, p. 11 *apud* KREIN; PRONI, 2010, p.31).

Além disso, o Brasil é um país que possui municípios com realidades bem distintas e a pergunta que fica para reflexão é: Como explicar a informalidade nestas realidades tão diferentes partindo de um único referencial teórico? As desigualdades regionais na configuração e dinâmica do mercado de trabalho brasileiro tornam a informalidade ainda mais heterogênea do que ela se apresenta.

Essa heterogeneidade é vista como um processo dinâmico que abriga uma parcela de trabalhadores oriundos da reestruturação econômica, onde se articulam os formais e os informais, resultado do desemprego estrutural e da precarização, por meio da inclusão, em atividades informais e desprotegidas socialmente, de novos trabalhadores advindos do mercado laboral formal (KREIN; PRONI, 2010).

Diante desta diversidade, Arias *et al* (2007, p. 4) enfatizam que: “a maioria dos trabalhadores informais não parece ter sido “excluída” do setor formal, ao contrário, após fazer uma análise implícita de custo-benefício, optam por sair da formalidade”. Fazem parte deste grupo, aqueles que perceberam que, na informalidade, se tem melhores ganhos financeiros ou melhor qualidade de vida.

O crescimento do capitalismo flexível¹⁶ no Brasil, que trouxe o fenômeno da Globalização, bem como a reestruturação produtiva, avanço tecnológico e as consequências das políticas neoliberais não apenas dão origem ao velho trabalhador informal, mas vem dando origem a novos trabalhadores informais, possuidores de um alto grau de qualificação profissional, conhecimento técnico e com trajetórias ocupacionais marcadas por longas experiências acumuladas nas atividades formais (ARIAS *et al*, 2007).

Este fenômeno vem sendo nomeado de “nova informalidade”¹⁷. Neste grupo, destacam-se as atividades relacionadas ao setor moderno da economia

¹⁶ Sennett (2002, p.10) expõe que: “A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.”

¹⁷ Relaciona-se ao conjunto de trabalhadores envolvidos em atividades que exigem conhecimentos específicos, habilidades especiais, bem como constante atualização e sólida formação e experiência. É a “elite informal” e recebem rendimentos bem acima da grande maioria dos trabalhadores informais. Enquadram-se aqui programadores de software, técnicos de nível superior ou professores particulares (música, língua etc.) por exemplos.

através das demandas de empresas (terceirização) e atividades direcionadas para o público em geral com rendimentos elevados (PAIVA *et al*, 1997).

Vale salientar que esta nova informalidade vem para aumentar a complexidade do entendimento do mercado laboral informal, visto que, o mesmo acaba por se mostrar cada vez mais heterogêneo, absorvendo uma diversidade de atividades, sejam elas “novas” ou “tradicionais”.

Conforme Paiva *et al* (1997, p.121): “a pressão por inserção alternativa atinge hoje toda a população economicamente ativa e à informalidade tradicional soma-se a informalização de setores educados”. Tem-se assim a informalidade deixando de ser apenas uma particularidade do subdesenvolvimento, mas, como alternativa de trabalho flexível não só para trabalhadores sem qualificação acadêmica, mas sim, para todos aqueles que veem na informalidade uma forma de renda. Assim, a informalidade passou a abarcar um contingente que possuem habilidades teóricas que os possibilitam criar estratégias mercadológicas com o intuito de atrair o maior número de clientes possível.

Complementando este pensamento, Silva (2003, p.77, 78) verbaliza que:

Têm-se trabalhadores/indivíduos que possuem condições de esboçar estratégias típicas de pequenos empreendimentos de maneira permanente. Alguns desses indivíduos se comportam mais como um empreendedor do que como um simples trabalhador. É ele próprio quem planeja a produção, controla os estoques, levanta os custos, contabiliza as receitas e faz o marketing com a sua clientela, mesmo que na maioria das vezes nem tenha noção disso. Essas múltiplas atividades exigem certa instrução e experiência, a fim de desempenhar satisfatoriamente suas funções. A entrada desses novos informais modifica as atividades e compõe uma nova realidade para a informalidade. São pequenas transformações na forma de executar suas atividades que paulatinamente passam a fazer parte do cotidiano da cidade. Assiste-se hoje vendedores de coco em carros usufruindo da mobilidade para atender maior número de consumidores, massagistas ao ar livre em locais de passagem de esportistas, motoristas que oferecem transporte escolar com serviço de bordo – mini-games, gibis, água, refrigerante, etc. – e muitas outras atividades que embora já existissem, sofreram incrementos criativos, passando a atender os anseios do consumidor.

Estas mudanças demonstram a quebra do paradigma que norteia a informalidade no que tange a forma de apresentação de seus produtos/serviços, deixando de ser apenas estruturado de forma deficiente e utilizado por pessoas das classes econômicas mais baixas. Alves (2001) enfatiza que o segmento informal não contém apenas as formas precárias e os

setores pauperizados da economia. Nele, incluem-se também ocupações exercidas por pessoas qualificadas, que podem vir a retirar uma renda relativamente alta quando comparada aos salários vigentes no mercado formal. É o caso de comerciantes, trabalhadores por conta própria ou prestadores de serviço.

Ao abarcar estes novos informais, faz-se necessária uma categorização mais cuidadosa e abrangente. Destarte, em uma classificação mais detalhista, Saboia e Saboia (2004) agrupam os trabalhadores informais como: informal 1 (favorecendo a não assinatura da carteira de trabalho e a não contribuição previdenciária); informal 2 (onde evidenciam a não assinatura da carteira de trabalho dos trabalhadores assalariados, ainda que, ocasionalmente, contribuam para a previdência social enquanto autônomos); informal 3 (trabalhadores por conta própria contribuintes onde a forma de inserção laboral não muda por contribuírem para a previdência) e por fim o informal 4 (trabalhadores domésticos com carteira assinada).

É importante salientar que os trabalhadores informais 1 não dispõem de nenhuma proteção da legislação trabalhista ou previdenciária e sua forma de trabalho é bastante precária. Além disso, o fato dos trabalhadores domésticos terem sua relação de trabalho formalizada com a assinatura da carteira de trabalho não substitui a essência de seu trabalho que é um dos mais característicos da informalidade. O Quadro 5 demonstra os quatro grupos de trabalhadores inseridos no setor informal, do mais restrito (Informal 1) ao mais amplo (Informal 4).

Quadro 5 - Classificação do Setor Informal por Categorias de Posição na Ocupação

Categorias de Posição na Ocupação	Informal	Informal	Informal	Informal
	1	2	3	4
Trabalhador doméstico com carteira assinada				X
Trabalhador doméstico sem carteira assinada contribuinte		X	X	X
Trab. doméstico sem carteira assinada não-contribuinte	X	X	X	X
Empregado sem carteira assinada contribuinte		X	X	X
Empregado sem carteira assinada não-contribuinte	X	X	X	X
Empregador não-contribuinte	X	X	X	X
Trabalhador por conta própria contribuinte			X	X
Trabalhador por conta própria não-contribuinte	X	X	X	X
Aprendiz/estagiário sem remuneração	X	X	X	
Trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio	X	X	X	X
Trabalhador na produção para o próprio consumo	X	X	X	X

Fonte: Adaptado de Saboia e Saboia (2004).

Além do que já foi exposto, um ponto que merece destaque é o fato de que historicamente, o trabalho autônomo tem sido heterogêneo e expressivo no Brasil. Sob a categoria de autônomo inclui-se: o trabalho desqualificado e de baixo rendimento, o profissional especializado e de alto rendimento, o serviço em setores estruturados e em circuitos de alta renda, o serviço que tem como clientela a baixa renda, o serviço prestado à empresa (com ou sem tecnologia ou especialização), a consultoria, o teletrabalho, o pedreiro por conta própria, o motorista que adquiriu seu veículo, o motoboy, o publicitário, o *free lance*, entre outros. Muitas vezes, o autônomo é utilizado como parte de uma estratégia empresarial para reduzir os custos, o que pode ter contribuído para o incremento da informalidade (KREIN; PRONI, 2010). Nesta esteira de pensamento, Alves (2001, p. 148) enfatiza que “está havendo uma crescente informalização do mercado de trabalho.”

Yunus (2001, p. 32) afirma que: “O desemprego é um flagelo das sociedades modernas. Mesmo os países industrializados se encontram na impossibilidade de oferecer emprego para todos”. Diante desta realidade, uma alternativa é adentrar no mercado laboral informal abrindo seu próprio negócio a fim de obter uma renda todo mês.

É válido ressaltar que existe sinergia do mundo informal com o mundo formal, um completando e mantendo o outro, seja quando o mundo formal compra os produtos e serviços informais, ou ainda pelos espaços divididos que este mundo formal cria que suportam a existência do informal.

Destarte, tem-se uma troca, uma mistura, sem pactos ou contratos formais, apenas hipotéticos, um mundo que convive e se entrelaça no outro. Hoje, já não dá mais para dizer onde começa um ou onde termina o outro, pois existe apenas uma linha tênue entre eles. É um claro-escuro de relação e interação, de sobrevivência, precariedade e precarização, de expansão do capital e de desemprego, desigualdade e discriminação (ALVES, 2001).

Diante desta perspectiva, serão apresentadas no próximo capítulo, considerações acerca do mercado laboral brasileiro, tendo como recorte temporal o século XXI.

3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL NO SÉCULO XXI

Tendo explorado, no capítulo 2 os diferentes sentidos atribuídos ao conceito de informalidade, e tendo observado como se deu a evolução deste conceito no mundo e no Brasil, tem-se agora a tarefa de compreender de que maneira o mercado de trabalho nacional se comportou na primeira década do século XXI. Para tanto, é necessário que se recorra a alguns acontecimentos que se fizeram presentes na economia do país nas duas décadas imediatamente anteriores.

Para cumprir com seu objetivo, este capítulo está dividido em quatro seções que apresentam importantes fases vivenciadas pelo mundo do trabalho. A primeira delas traz o cenário do Brasil nos anos 1980 à 1999, onde diversas mudanças econômicas influenciaram profundamente o mercado de trabalho nacional.

Na segunda, são apresentados os traços do mercado laboral do país de 2000 a 2009, e os acontecimentos que influenciaram os anos posteriores. A terceira parte traz o mercado laboral brasileiro e suas nuances mais recentes, com informações do seu desenvolvimento.

Para finalizar este capítulo, a quarta seção apresenta um pequeno cenário da informalidade trazendo números que ratificam sua importância no contexto do mercado de trabalho.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O BRASIL DAS DÉCADAS 1980 E 1990

Após se ter uma visão ampla sobre informalidade, é chegado o momento de analisar, também de forma geral, as características do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1999. Objetiva-se com esta visão compor um fundamento para as análises a serem conduzidas sobre as nuances do mercado laboral no Brasil.

No Brasil, até os anos 1980, houve aumento significativo do emprego formal. Entretanto, com a intensificação da crise da dívida e do padrão de desenvolvimento a partir dessa década, este crescimento deixou de existir. No início da referida década o ritmo de crescimento da PEA foi maior do que o do

PIB (Tabela 1). Diante deste cenário, muitas pessoas não conseguiam adentrar no mercado de trabalho formal, resultando no avanço do desemprego e da informalidade.

Tabela 1 – Taxas anuais de crescimento do PIB e da PEA - Brasil – 1980-1999

Períodos	PIB (%)	PEA(%)
1980	8,6	3,9
1990	1,6	3,1
1999	2,5	3,2

Fonte: Carvalho (2002) *apud* Souza (2007).

Na década de 1980, o crescimento do emprego com carteira assinada foi proporcionalmente menor do que o sem carteira assinada e da ocupação por conta própria. Ocorreu um aumento das atividades informais e a busca de formas alternativas para complementar a renda e, concomitantemente, o crescimento da participação de menores e mulheres na mão-de-obra do país (GOMES, 2002).

Ainda assim, a economia do país passou por importantes mudanças macroeconômicas a partir dos anos 1980: o processo de abertura econômica com intensificação a partir do final da década de 1980 e, principalmente, no início dos anos 1990; o fim do processo inflacionário, em 1994; mudanças na política cambial e de juros: mudanças nos fluxos de capitais, entre outros (PAULI *et al*, 2012).

Entretanto, mesmo com todos esses esforços, a década de 1980 foi marcada por altas taxas inflacionárias e baixas taxas de crescimento da economia, o que a fez ser conhecida, em termos econômicos, como a década perdida. Isso se deve a estagnação da economia, as elevadas taxas de inflação e dos impactos negativos dos planos de estabilização, que culminaram na diminuição do ritmo da expansão do emprego formal, ao crescimento das taxas de desemprego, bem como à precarização do mercado laboral (GOMES, 2002).

As diversas tentativas de estabilização da economia ocorridas nos anos 1980 acabaram por transformar o modo do Brasil se relacionar com o mercado externo, com a efetivação do modelo de integração ao capital internacional, fundamentado na doutrina do neoliberalismo, levando as empresas a ajustar seus padrões de produção e gerenciais, resultando em novas formas de organização produtiva e de trabalho (GOMES, 2002).

A ocorrência dessas transformações tão expressivas na estrutura de produção da economia brasileira ocasionaram alterações relevantes no mercado laboral, como o ganho de participação do setor de serviços na mão de obra empregada (e no produto) sobre os demais setores da economia. Pauli *et al* (2012) afirmam que esse tipo de mudança é intrínseca no decorrer do desenvolvimento econômico, mas, variáveis como abertura comercial e apreciação cambial podem acelerar esse processo. Outro ponto importante nestas mudanças estruturais são os seus impactos na demanda por qualificação de mão de obra.

Para conseguir se manter competitiva diante das novas configurações do mundo globalizado, as empresas precisaram fazer mudanças em sua estrutura, aumentando seu grau tecnológico, reduzindo o quadro de funcionários e conseqüentemente aumentando o desemprego, a precarização nas condições e relações de trabalho, redução do trabalho assalariado com registro em carteira e aumento do trabalho sem registro, além do crescimento do trabalho temporário. Assim sendo, aumentou a participação do setor informal, do trabalho flexível e o agravamento da exclusão social.

É importante pontuar que a informatização das empresas exigiu maior qualificação profissional. Nesse sentido, as novas formas de organização da produção demandaram um trabalhador diferenciado, mais versátil e qualificado, que muitos têm chamado de funcionário multifuncional.

Destarte, mesmo que se tenha um crescimento na oferta de emprego, este era para pessoas com alto grau de qualificação e a mão de obra disponível, não estava preparada para atender os requisitos impostos pelas vagas. Pode-se dizer então, que a mudança estrutural que o Brasil vinha passando nos anos 1990, não beneficiou a mão de obra disponível e não gerou crescimento econômico.

Gomes (2002) verbaliza que a abertura de mercado e o baixo crescimento produziram altas taxas de desemprego e mudaram a estrutura e a dinâmica do mercado laboral no Brasil dos anos 1990. Destarte, se nos anos 1980, a população temia a inflação, na década seguinte, o medo da inflação foi substituído pelo do desemprego. Esta crise econômica que se estabeleceu com o Plano Brasil Novo em 1990 ajudou a acelerar (em especial, nas indústrias

mais organizadas), os acertos que vinham sendo desenvolvidos em prol de maior produtividade e que culminaram em menor utilização de mão de obra.

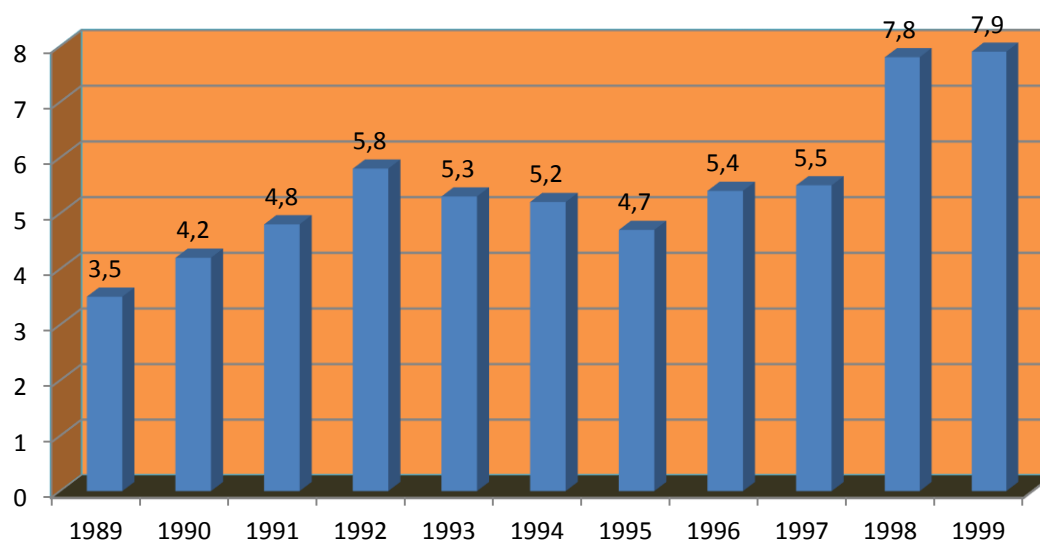
Assim, a década de 1990 foi evidenciada pelo fim da capacidade de oferta de postos de trabalho suficientes para atender a demanda da População em Idade Ativa (PIA). Nessa década, "o país gerou 3,3 milhões de desempregados ao ritmo de um desocupado a cada 1,1 minuto", como afirma Pochmann (1998) *apud* Gomes (2002).

Nem a redução da crise em 1993 reprimiu o declínio dos trabalhadores instalados na indústria de transformação, além de não resultar em crescimento significativo de postos de trabalho nos segmentos melhor estruturados. A conjuntura benéfica para o consumo das famílias, assegurada pela implantação do Plano Real em 1995, auxiliou no incremento da produção, contudo, as mudanças estruturais na indústria que vinham sendo postas em prática com os objetivos de elevar a produção e ganhar competitividade frente a abertura do mercado, não tiveram reflexo no aumento de postos de trabalho. A queda na oferta de postos de trabalho se tornou muito evidente em 1996, mas foi contida no ano seguinte (IBGE, 2000).

Ainda assim, com a perda do embalo da produção de bens duráveis em 1997, o comportamento positivo da indústria de transformação começou a ser robustecido pelos segmentos de bens intermediários e de capital. Outro fator que impulsionou a redução da produção foi às crises internacionais ocorridas em 1997 e 1998, que resultaram em grande diminuição da População Ocupada (PO) em 1998. Mesmo que em 1999 a PO na indústria de transformação tenha mostrado um ínfimo crescimento (0,6%) se comparado ao ano anterior, este resultado demonstrou o princípio de recuperação das turbulências na economia do país (IBGE, 2000).

O Gráfico 1 apresenta a evolução do desemprego no Brasil, no período entre 1989 e 1999. Percebe-se que de 1989 até 1992, houve elevação do desemprego. Em 1994, observa-se queda no índice de desemprego que pode ser atribuída a implantação do Plano Real, que auxiliou na recuperação da economia. Entretanto a partir de 1996, o desemprego voltou a crescer, e continuou crescendo em todos os anos da referida década.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desemprego – Brasil - 1989-1999



Fonte: Gomes (2002).

Pode-se afirmar que o elevado índice de desemprego percebido no Brasil é resultado da abertura econômica, da reestruturação produtiva e das privatizações, que culminaram na redução dos postos de trabalho e no encurtamento do rendimento dos trabalhadores.

No ano 1999, a PO aumentou 2,4% em relação à do ano anterior, crescimento esse que foi perceptivelmente superior ao da PIA (1,9%). O número de pessoas à procura de trabalho elevou-se mais sutilmente se comparado a 1997 para 1998, resultando na elevação da taxa de desocupação de 9,0% em 1998 para 9,6% em 1999, sendo que este indicador manteve-se mais alto no público feminino do que no masculino (IBGE, 2000). Siqueira (2012) apresenta que no referido ano, 40,3% das mulheres estavam ocupadas, enquanto para o público masculino, este percentual era de 59,7%.

Outra forma de analisar o crescimento do desemprego é voltando olhar para a taxa de ocupação da população. Verifica-se um decréscimo desta se pontuarmos os anos 1992, 1993 e 1995 a 1999 (Tabela 2).

Tabela 2 - População ocupada e taxa de ocupação – Brasil - 1992, 1993, 1995-1999

	65.152.614	93,2
	66.304.454	93,8
	69.438.576	93,9
	67.920.787	93,0
	69.331.507	92,2
	69.963.113	91,0
	73.345.531	90,4

Fonte: PNAD (2000).

Nota: Em 1994, a PNAD não foi realizada em decorrência do atraso na apuração da pesquisa para os anos 1992 e 1993.

Com a taxa de ocupação caindo, o que demonstra que os índices de desemprego estavam aumentando, não é difícil de imaginar que esta situação além de afligir os desempregados, afeta também aqueles que estão ocupados. Diante disto, muito se submetem a trabalhos precarizados, recebendo baixos salários, sem contar aqueles que acabam indo para a informalidade para conseguir ganhar um valor que possa suprir suas necessidades básicas. Neste sentido, não é de surpreender que haja um crescimento da informalidade do trabalho.

Após se ter espelhado a realidade que serve de ponto inicial para a análise proposta neste capítulo, apresentar-se-á agora as características e evolução do mercado de trabalho no Brasil no primeiro decênio do século XXI.

3.2 A REALIDADE DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Feitas as observações anteriores, procura-se agora visualizar os atributos do mercado de trabalho brasileiro a partir do ano 2000. Primeiramente, vale ressaltar que a última década do século XX foi marcada pela desestruturação do mercado de trabalho, com elevados níveis de desemprego em todo o país resultando no crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho.

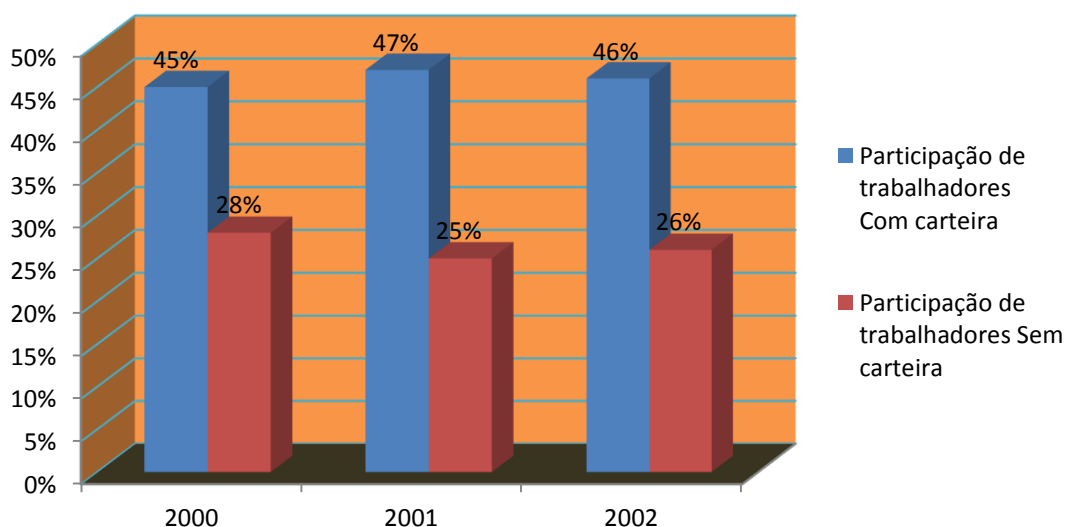
Os três primeiros anos do século XXI foram muito parecidos com os últimos do século XX concernente ao crescimento. A economia no país teve um pequeno aumento em 2001 (1,3%), em 2002 (2,7%) e em 2003 (1,1%) e nesse período, o mercado laboral não gerou um número de emprego suficiente para

atender toda força de trabalho excedente. No ano de 2003 a taxa média de desemprego, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego¹⁸ (PED) atingiu 20,8%. A partir de 2004, a economia cresceu mais aceleradamente, alcançando uma taxa de 5,7% levando também o PIB *per capita*, que aumentou 4,3% naquele ano (DIEESE, 2012a).

Pochmann (2006) corrobora com os números citados acima ao afirmar que entre 2002 e 2004, 4,5 milhões de postos de trabalho foram criados, entretanto, grande parte das vagas abertas foram de baixa remuneração (até 02 salários mínimos mensais).

Vale pontuar aqui a oscilação do nível de ocupação com carteira e sem carteira assinada. Mesmo com grande parte da PO inserida no contexto formal, ainda existe uma gama considerável de trabalhadores contidos de alguma forma, numa atividade informal (Gráfico 2) ao longo de 2000 a 2002.

Gráfico 2 – Participação dos trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada em relação ao total da ocupação - RMs* – 2000-2002



Fonte: PME.

Nota: *Conjunto de Regiões Metropolitanas onde a PME era realizada (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)

Dando continuidade as análises, o DIEESE (2012a) assevera que em 2005 a economia cresceu 3,2%. Em 2006, o aumento foi de 4,0%, em um ano em que o superávit comercial chegou a US\$ 46 bilhões, com grande expansão das exportações. Santos (2008) demonstra que, na primeira metade dos anos

¹⁸ Convênio: SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

2000, o emprego no Brasil cresceu em ritmo mais acelerado que o da PEA, e a taxa de desemprego reduziu de 12,7% para 11,5%. Ainda assim, a população desempregada continua com uma alta representatividade na PEA (11,4 milhões de pessoas em 2006).

Destarte, percebe-se que a alta dos índices de emprego no País foi insuficiente para reverter a situação de exclusão de uma parcela significativa da população.

No ano de 2007, a alta do PIB chegou a 6,1%, e continuou com o crescimento acelerado em 2008, chegando a 5,2%. Em 2009, a crise internacional fez com que o PIB do Brasil caísse 0,6%, repercutindo no ciclo de crescimento econômico que o Brasil estava vivendo (DIEESE, 2012a).

Nesta esteira de pensamento, o DIEESE (2012a, p. 11) acrescenta que:

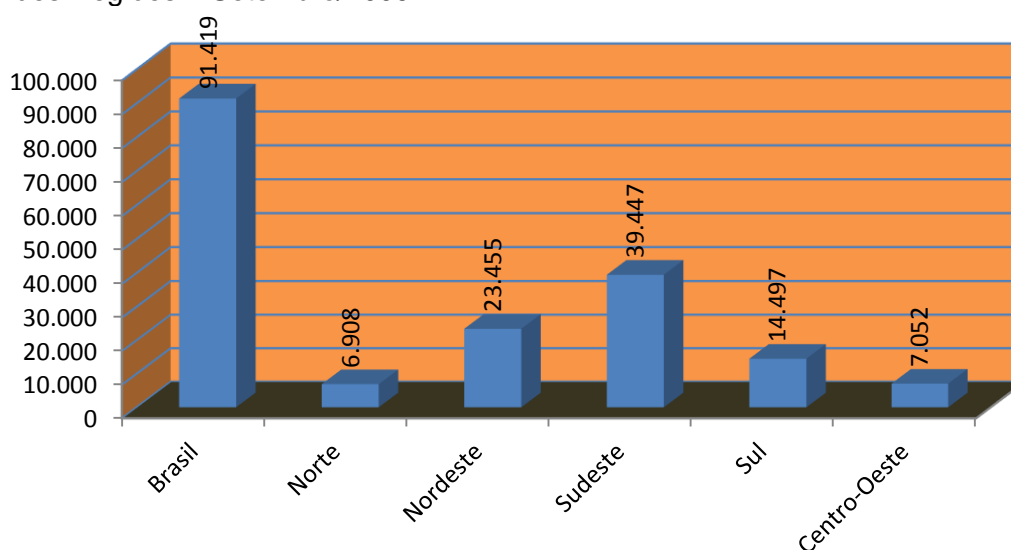
A retração do PIB em 2009 – diferentemente de 1992, que resultou, entre outros fatores, da crise política que o país atravessava com o *impeachment* do presidente Fernando Collor – foi decorrência direta da maior crise internacional do capitalismo nos últimos 80 anos. Desse modo, o desempenho da economia brasileira tem que ser analisado no contexto da recessão mundial daquele ano. Com exceção de alguns países em que a crise passou ao largo (destaque para China e Índia), a colocação do Brasil no *ranking* internacional foi bastante razoável. A economia dos EUA, naquele ano, recuou 2,4%, a do Reino Unido 4,9%, a da Alemanha 5,0% e a do Japão também caiu 5,1%. O PIB do México, economia extremamente ligada à dos EUA, encolheu 6,5%. Entre os países do bloco conhecido como Brics – sigla cunhada para representar as economias consideradas emergentes de Brasil, Rússia, Índia e China –, a Rússia, por sua excessiva dependência das exportações de petróleo, recuou 7,9%.

Pode-se observar, no período apresentado, uma analogia entre crescimento do PIB e expansão dos empregos. Consegue-se até dividir grande parte da primeira década do século XXI, no âmbito desta relação, em dois momentos: o primeiro, entre os anos de 2001 e 2003, quando o crescimento médio do PIB foi de 1,7%, e o crescimento total do emprego formal foi de 12,6%, significando um aumento médio anual de 4,2%; o segundo, entre os anos de 2004 e 2008, quando o PIB ascendeu em média 4,7%, o emprego formal cresceu 33,5%, e o aumento médio anual do emprego formal foi de 5,9%.

Vale salientar que não se pode explicar a geração de postos de trabalho apenas observando a correlação entre crescimento da economia e expansão

do emprego. Um exemplo é que no ano de 2009, mesmo com a forte queda do PIB, o mercado laboral continuou exibindo crescimento, com continuidade no andamento de formalização do emprego (abertura de quase um milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada) e as taxas de desemprego não cresceram naquele período (DIEESE, 2012a). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012) havia 91,419 milhões de trabalhadores no Brasil em 2009. O maior contingente estava na região Sudeste (39.447) seguido da Região Nordeste (23.455) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Total de pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2009



Fonte: IBGE (2012).

Outro ponto que merece destaque na caracterização do mercado de trabalho é o processo de envelhecimento populacional e sua influência no mercado laboral, ao passo que a idade infere mudanças no ritmo de crescimento e no contingente das gerações de pessoas disponíveis para trabalhar.

Assim o DIEESE (2012a), apresenta que entre 2000 e 2010, a PIA avançou a uma taxa média anual maior que à média nacional, crescendo sua participação na População Total (PT) de 64,5% para 68,5%. A população inativa idosa também evoluiu mais que a média nacional, passando de 5,8% para 7,4%, no período intercensitário. Entretanto, a população inativa jovem, diminuiu de tamanho relativo, diminuindo a participação de 29,6% para 24,1%. Observa-se assim que, relativamente, existem mais pessoas que podem

trabalhar bem como, relativamente, menos pessoas que dependem da produção dos indivíduos que trabalham.

Chama a atenção esse efeito potencial do envelhecimento populacional, que pode ser incorporado à mudança interna na formação etária da PIA. O DIEESE (2012a) demonstra que a faixa etária mais jovem da PIA (pessoas de 15 a 24 anos), que muitas vezes está em busca do primeiro emprego, diminuiu 31,1% em 2000, para 26,2% em 2010 sua participação no total da PIA, entretanto, houve crescimento da participação dos indivíduos mais maduros (pessoas de 50 a 64 anos), de 15,6% em 2000 para 19,1% em 2010.

Se de um lado, este cenário pode significar decréscimo da pressão demográfica pela geração de novos postos de trabalho, e com isso, resultando na diminuição da taxa de desemprego, por outro lado, pode ocasionar em uma força de trabalho com grande potencial de produção e contribuição, devido aos níveis de renda e escolaridade que tendem a aumentar com a idade.

O estímulo ao trabalho feminino é um aspecto relevante no mercado laboral e não pode deixar de ser debatido. Fatores como a queda da fecundidade, a diminuição da razão de dependência do cônjuge, a ideia de liberdade financeira e as mudanças sociais e culturais nas relações de gênero culminam para a presença cada vez maior das mulheres no mercado laboral brasileiro.

O aumento do nível de escolaridade feminino também é um fator que auxilia na entrada da mulher no mercado de trabalho: em 2009, as mulheres ocupadas estudaram, em média, 8,7 anos, e os homens, 7,7 anos (DIEESE, 2012a). Ainda assim, ao se analisar a população ocupada (PO), grande parte é do público masculino. Esta afirmação é corroborada em todas as regiões do Brasil, com diferenças ínfimas entre uma região ou outra (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos ocupados por sexo - Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Sexo – total	100	100	100	100	100	100
Homem	57,4	59,8	59,2	56,5	55,8	57,3
Mulher	42,6	40,2	40,8	43,5	44,2	42,7

Fonte: DIEESE (2012).

No total do índice da PO brasileira em 2009, 57,4% dos ocupados eram homens e 42,6% eram mulheres, com o maior contingente feminino instalado na região Sul (44,2%) e o menor na região Norte (40,2%).

Outro fator que culminou com a busca da mulher ao mercado laboral é a precisão de contribuir com a renda e o sustento da família, especialmente quando não se têm o cônjuge ou ele se encontra desempregado. Segundo dados do DIEESE (2012a), em 2009, cerca de 22 milhões de famílias tinham as mulheres como chefes no Brasil (35,2% do total de famílias no país).

Concernente à faixa etária, 1,4% da PO no Brasil em 2009, tinha idade igual ou inferior a 14 anos, limite legal para o exercício do trabalho e 6,9% tinha idade igual ou superior a 60 anos. Idade em que os indivíduos “deveriam” estar aposentados (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição dos ocupados por faixa etária - Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Faixa Etária – total	100	100	100	100	100	100
10 a 14 anos	1,4	2,1	2,4	0,7	1,1	1,2
15 a 17 anos	3,1	3,6	3,9	2,4	3,4	3,3
18 a 19 anos	3,6	3,9	3,5	3,4	4,0	3,6
20 a 24 anos	11,9	12,5	12,5	11,7	11,2	12,0
25 a 29 anos	13,4	14,7	13,4	13,4	12,6	13,6
30 a 39 anos	24,7	26,4	24,4	24,8	23,2	26,3
40 a 59 anos	35,2	31,1	32,4	36,9	37,2	33,7
60 anos ou mais	6,9	5,8	7,5	6,5	7,6	6,3

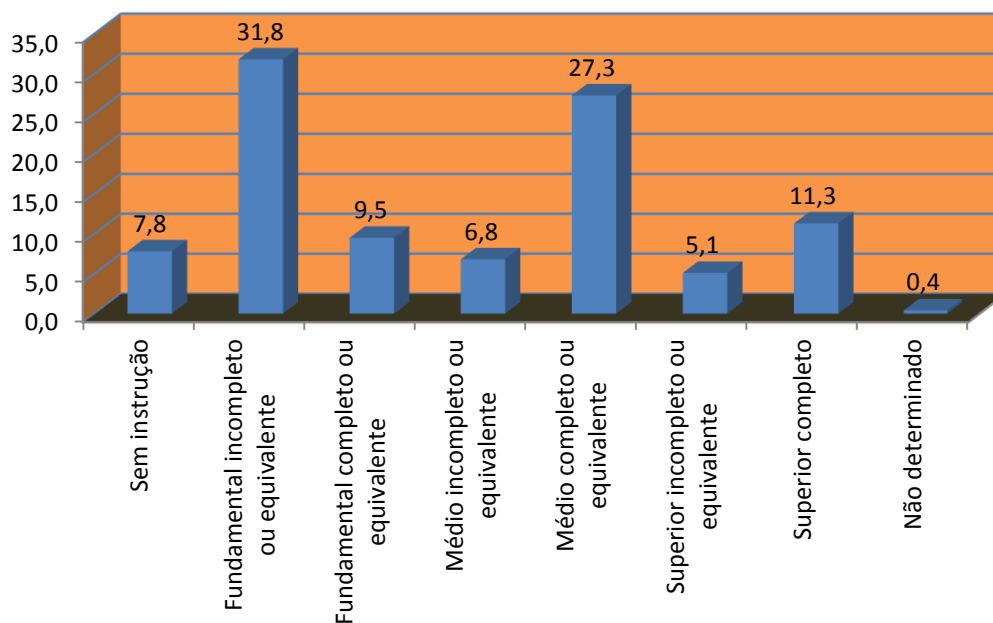
Fonte: DIEESE (2012).

Neste mesmo ano, 35,2% da PO brasileira estava na faixa entre 40 e 59 anos, compreendendo pessoas maduras, com experiência de vida, que podem contribuir positivamente no seu local de trabalho. Vale ressaltar que este fato também foi evidenciado em todas as regiões do país.

Ao voltar à atenção para o nível de escolaridade da PO do Brasil, percebe-se que estes índices sofrem grandes variações (Gráfico 4). O maior percentual encontrava-se com o ensino fundamental incompleto ou equivalente

e o segundo maior contingente encontrava-se com o ensino médio completo ou equivalente.

Gráfico 4 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o nível de instrução - Brasil – Setembro/2009



Fonte: IBGE (2012).

Verificando os anos de estudo, a população sem instrução ou com até um ano de estudo, que correspondia a 7,7% da PO brasileira em 2009, varia entre 4,0% na região Sul e 15,4% no Nordeste, evidenciando as fortes discrepâncias regionais. Observa-se também que, os maiores índices das pessoas que passaram de 15 anos ou mais estudando estão nas Regiões Sudeste e Centro-oeste, com 13,3% e 12,1% da PO, respectivamente (Tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição dos ocupados por faixas de anos de estudo - Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Anos de estudo – total	100	100	100	100	100	100
Sem instrução e menos de 1 ano	7,7	9,2	15,4	4,4	4,0	6,3
1 a 3 anos	9,1	12,1	13,4	6,7	7,3	8,8
4 a 7 anos	23,2	24,2	24,1	21,4	26,0	24,0
8 a 10 anos	16,5	16,6	14,2	17,1	18,6	16,9
11 a 14 anos	32,5	30,4	26,3	37,0	32,2	31,7
15 anos ou mais	10,7	7,2	6,3	13,3	11,7	12,1
Não determinados	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1

Fonte: DIEESE (2012).

Mesmo com as distinções regionais, a faixa que compreende de 11 a 14 anos de estudo é a mais evidente em todas as regiões, correspondendo a 32,5% da PO brasileira, com variação de 26,3% no Nordeste a 37,0% no Sudeste, em 2009.

Ao se reportar ao rendimento médio dos assalariados e os ocupados¹⁹, os valores médios recebidos não possuem uma diferença muito significativa (Tabela 6). Este pode ser um dos fatores que estão fazendo com que algumas pessoas optem por trabalhar informalmente, pois, mesmo com um salário menor do que os que estão trabalhando formalmente (que nem sempre é verdade) existem outros fatores que podem soar como positivos ao se escolher a informalidade, como a liberdade concernente aos horários de trabalho, por exemplo.

Tabela 6 - Rendimento mensal médio real dos ocupados e dos assalariados - Total Metropolitano ⁽¹⁾ - 2009

Categoria	Valor médio recebido (R\$)
Ocupados	1.270
Assalariados	1.353

Fonte: DIEESE (2011).

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; INPC-RMF/IBGE.

b) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Assim como o número de homens é superior ao número de mulheres no mercado de trabalho, eles também ganham mais que elas. Esta realidade é percebida verdadeira em todas as RMs e DF nos anos de 2007 a 2009, tanto

¹⁹ São os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas não estão procurando outro trabalho; ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho (SEADE, 2015).

para ocupados (Tabela 7), quanto para assalariados (Tabela 8). Vale pontuar que, em algumas RMs os ocupados ganharam mais que os assalariados, além disso, diante dos números contidos nas tabelas, para ambos os sexos, os salários mais altos estão no DF e os mais baixos em Recife nas duas categorias.

Tabela 7 - Rendimento mensal médio real dos ocupados, por sexo - RMs e DF 2007 - 2009

RMs e DF	2007		2008		2009	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
São Paulo	1.589	1.073	1.605	1.063	1.583	1.095
Porto Alegre	1.373	1.022	1.400	1.064	1.460	1.084
Belo Horizonte	1.346	920	1.451	983	1.533	1.048
Salvador	1.076	781	1.185	848	1.185	866
Recife	878	645	917	655	910	650
Distrito Federal	2.081	1.451	2.210	1.571	2.271	1.652
Fortaleza	nd	nd	nd	nd	977	698

Fonte: DIEESE (2011).

Nota: Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; INPC-RMF/IBGE.

c) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Tabela 8 - Rendimento mensal médio real dos assalariados, por sexo, RMs e DF - 2007 - 2009

RMs e DF	2007		2008		2009	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
São Paulo	1.539	1.264	1.549	1.238	1.525	1.259
Porto Alegre	1.325	1.121	1.334	1.150	1.373	1.162
Belo Horizonte	1.277	1.072	1.375	1.115	1.423	1.182
Salvador	1.077	993	1.206	1.057	1.199	1.070
Recife	915	841	934	847	950	851
Distrito Federal	2.185	1.915	2.285	2.052	2.375	2.111
Fortaleza	nd	nd	nd	nd	991	887

Fonte: DIEESE (2011).

Nota: Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; INPC-RMF/IBGE.

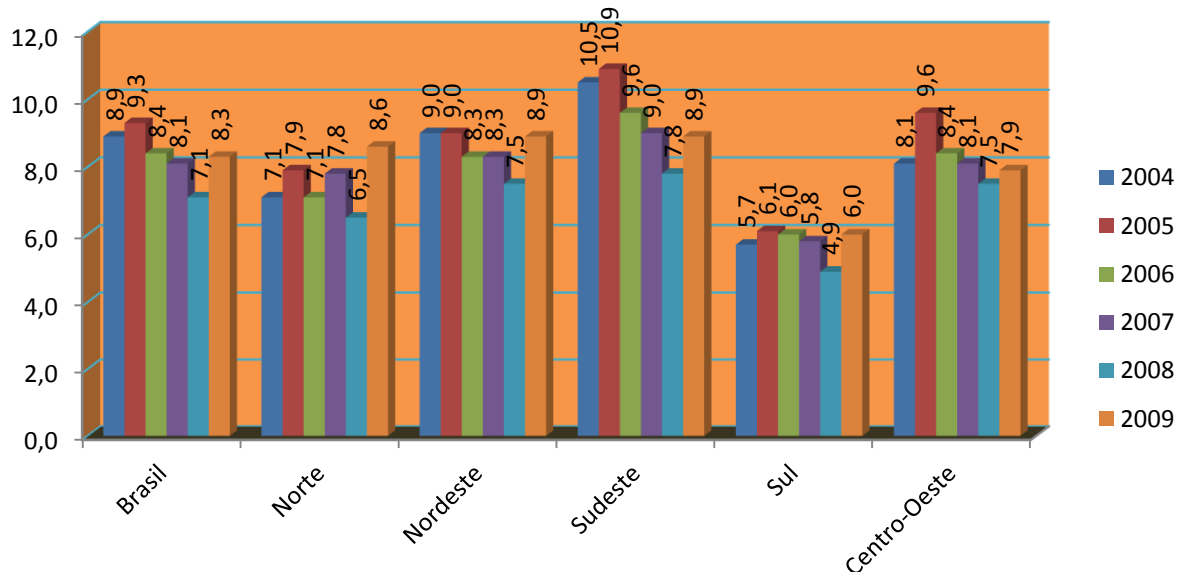
c) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Concentrando-se agora na População Desocupada (PD), em 2009, foi estimada em 8,4 milhões de pessoas, um acréscimo de 18,5% se comparado a 2008, quando o número de PD era pouco superior a 7 milhões. É importante destacar que, em 2007, o número de PD foi de quase 8 milhões. Em 2004, eram 8,2 milhões de PD no Brasil (IBGE, 2010).

A solidez no número de PO, somado ao aumento de PD no país, resultou na elevação da taxa de desocupação, que passou de 7,1%, em 2008, para 8,3%, em 2009, “quebrando” o percurso de declínio que começou em 2006.

No ano de 2009, a Região Sul demonstrou a menor taxa de desocupação enquanto as Regiões Nordeste e Sudeste, as maiores. Observa-se também que, entre 2008 e 2009, a taxa de desocupação sofre aumento em todas as regiões do país. O Gráfico 5 demonstra uma série histórica que evidencia esses dados com maior riqueza de detalhes.

Gráfico 5 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas - Brasil e as Grandes Regiões (%) – 2004 a 2009



Fonte: IBGE (2010).

É importante registrar que “em 2009, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a PEA brasileira totalizava 101 milhões de pessoas e era predominantemente urbana: 83,5% residiam em domicílios localizados nas cidades, enquanto apenas 16,5% viviam no meio rural.” (DIEESE, 2012a, p. 52).

Esta distribuição praticamente não se diferencia da distribuição da população total brasileira, e alcança esse resultado de urbanização devido ao contingente de pessoas oriundas do êxodo rural. Neste mesmo ano, a PO totalizava 92,5 milhões de pessoas, o que representa uma proporção de 92% da PEA (DIEESE, 2012a).

Após findar a contextualização sobre o mercado laboral nos anos 2000, passa-se agora a explorá-lo no período mais recente.

3.3 O CONTEXTO DOS ANOS 2010²⁰

Para iniciar a exposição concernente aos anos 2010, a Tabela 9 apresenta a distribuição dos ocupados, em 2010, por posição na ocupação nas RMs. Observa-se a grandeza da informalidade quando se analisa que quase metade da PO está incluída, de alguma forma, no mercado informal (assalariados do setor privado sem carteira assinada, autônomos, empregado doméstico e outros).

Tabela 9 – Distribuição da PO por posição na ocupação - Total Metropolitano ⁽¹⁾ (em %) - 2010

Posição na ocupação	2010
Total de assalariados do setor privado ⁽²⁾	57,1
Com carteira assinada	47,1
Sem carteira assinada	10,0
Total de assalariados ⁽³⁾	67,9
Autônomos	17,7
Empregado doméstico	7,3
Outras ⁽⁴⁾	7,1

Fonte: DIEESE (2011).

Nota: ⁽¹⁾ Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

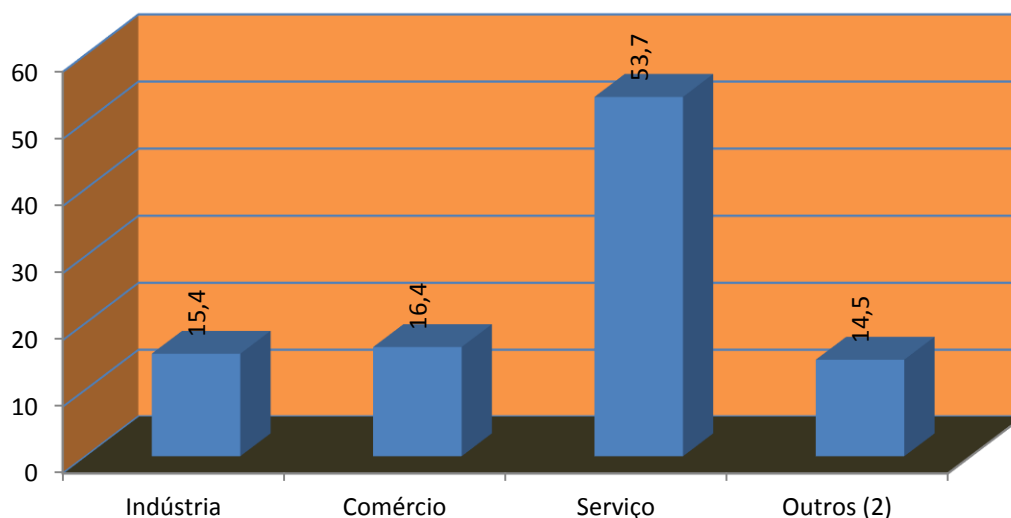
⁽²⁾ Não incluídos os empregados domésticos.

⁽³⁾ Não incluídos os empregados domésticos. Inclui o setor público.

⁽⁴⁾ Estão incluídos donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial etc.

Outra postura que pode ser adotada para analisar o mercado de trabalho é observar os setores que movimentam a economia (Gráfico 6). É notória a participação da maioria da PO no setor de serviços, abarcando 53,7% da população e corroborando a importância do setor para a economia do país, em 2010.

²⁰ Algumas informações aqui apresentados fazem menção ao ano de 2009, pois, como o ano de 2010 houve a pesquisa do censo demográfico, o IBGE não realizou a PNAD.

Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados por setor da economia, total - RM's ⁽¹⁾ – 2010

Fonte: DIEESE (2011).

Nota: ⁽¹⁾ Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal. ⁽²⁾ Engloba construção civil, serviços domésticos.

O sexo também é um balizador do mercado laboral e precisa ser estudado. As Tabelas 10 e 11 apresentam a posição na ocupação no trabalho principal dividido por sexo, nas RMS e Distrito Federal (DF) no ano 2010. A primeira traz informações do público masculino e a segunda do público feminino.

Tabela 10 - Posição na ocupação dos homens no trabalho principal - RMs e Distrito Federal (em %) - 2010

Posição na ocupação	SP ⁽¹⁾	PA ⁽²⁾	BH ⁽³⁾	Ssa ⁽⁴⁾	Rec ⁽⁵⁾	DF ⁽⁶⁾	Fort ⁽⁷⁾
Total de assalariados do setor privado⁽⁸⁾	67,3	61,1	60,7	59,5	57,2	53,2	57,5
Com carteira assinada	54,9	52,2	54,1	50,5	46,4	44,1	43,6
Sem carteira assinada	12,4	9,0	6,6	9,0	10,8	9,1	13,9
Total de assalariados⁽⁹⁾	73,0	71,0	71,6	71,2	68,9	75,9	65,1
Autônomos	18,4	17,8	20,3	22,2	22,9	14,9	27,7
Empregador	4,6	5,6	5,9	3,7	3,4	5,2	3,6
Empregado doméstico	0,5	⁽¹⁰⁾	⁽¹⁰⁾	⁽¹⁰⁾	0,9	0,8	1,4
Empregado familiar sem remuneração salarial	⁽¹⁰⁾	⁽¹⁰⁾	⁽¹⁰⁾	⁽¹⁰⁾	1,5	⁽¹⁰⁾	0,8
Outras	3,1	5,1	1,7	2,0	2,3	3,1	1,5

Fonte: DIEESE (2011).

Notas: (1) São Paulo; (2) Porto Alegre; (3) Belo horizonte; (4) Salvador; (5) Recife; (6) Distrito Federal; (7) Fortaleza; (8) Não incluídos os empregados domésticos; (9) Não incluídos os empregados domésticos. Inclui o setor público; (10) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 11 - Posição na ocupação das mulheres no trabalho principal - RMs e Distrito Federal (em %) - 2010

Posição na ocupação	SP ⁽¹⁾	PA ⁽²⁾	BH ⁽³⁾	Ssa ⁽⁴⁾	Rec ⁽⁵⁾	DF ⁽⁶⁾	Fort ⁽⁷⁾
Total de assalariados do setor privado⁽⁸⁾	54,4	53,2	48,5	45,6	40,8	44,0	42,1
Com carteira assinada	44,6	45,6	42,2	37,1	32,6	36,5	30,8
Sem carteira assinada	9,8	7,6	6,3	8,5	8,2	7,5	11,3
Total de assalariados⁽⁹⁾	64,5	68,3	66,1	62,2	56,2	65,8	51,8
Autônomos	13,4	11,2	14,7	18,1	21,0	12,4	25,9
Empregador	2,3	3,1	2,9	15,1	1,7	3,1	2,3
Empregado doméstico	15,7	12,0	14,3	15,1	16,9	15,7	16,7
Empregado familiar sem remuneração salarial	1,0	(10)	(10)	(10)	2,8	(10)	2,4
Outras	3,0	4,9	1,9	1,7	1,4	2,8	1,0

Fonte: DIEESE (2011).

Notas: (1) São Paulo; (2) Porto Alegre; (3) Belo Horizonte; (4) Salvador; (5) Recife; (6) Distrito Federal; (7) Fortaleza; (8) Não incluídos os empregados domésticos; (9) Não incluídos os empregados domésticos. Inclui o setor público; (10) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Percebe-se que, em todas as RM's e no DF, o público masculino tem mais representatividade no total de assalariados com a carteira assinada, entretanto, a situação se inverte quando se trata do empregado doméstico. É importante salientar que, uma grande parte das amostras do público masculino se quer comportava a desagregação para esta categoria.

Uma informação intrigante pode ser percebida nas referidas tabelas é que no item “empregado familiar sem remuneração salarial” a maioria das amostras não foi representativa nem para os homens, nem para as mulheres, pode-se supor então que, na maioria das RM's e no DF é ínfima a participação de pessoas da família que trabalhem na informalidade.

Ao se reportar ao rendimento médio dos assalariados e os ocupados, não houve muita diferença no valor da remuneração média entre eles no ano 2010 (Tabela 12). Esta diferença foi menor do que a apresentada no ano anterior.

Tabela 12 - Rendimento mensal médio real dos ocupados e dos assalariados - Total Metropolitano ⁽¹⁾ - Novembro/2010

Categoria	Valor médio recebido (R\$)
Ocupados	1.326
Assalariados	1.384

Fonte: DIEESE (2011).

Notas: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

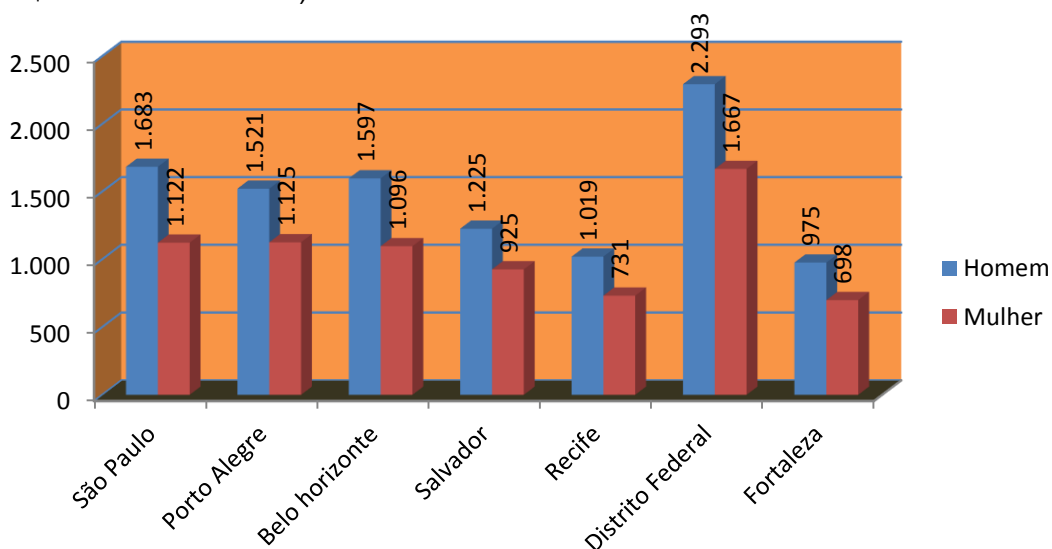
Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; INPC-RMF/IBGE.

b) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Assim como o número de homens é superior ao número de mulheres no mercado de trabalho, eles também ganham mais que elas. Esta realidade é verdadeira em todas as RMs e DF no ano de 2010, tanto para ocupados (Gráfico 7), quanto para assalariados (Gráfico 8).

Vale pontuar que, em algumas RMs os ocupados ganharam mais que os assalariados, além disso, para ambos os sexos, os salários mais altos estão no DF e os mais baixos em Fortaleza nas duas categorias.

Gráfico 7 - Rendimento mensal médio real dos ocupados, por sexo - RMs e DF - 2010 (em R\$ de novembro/2010)

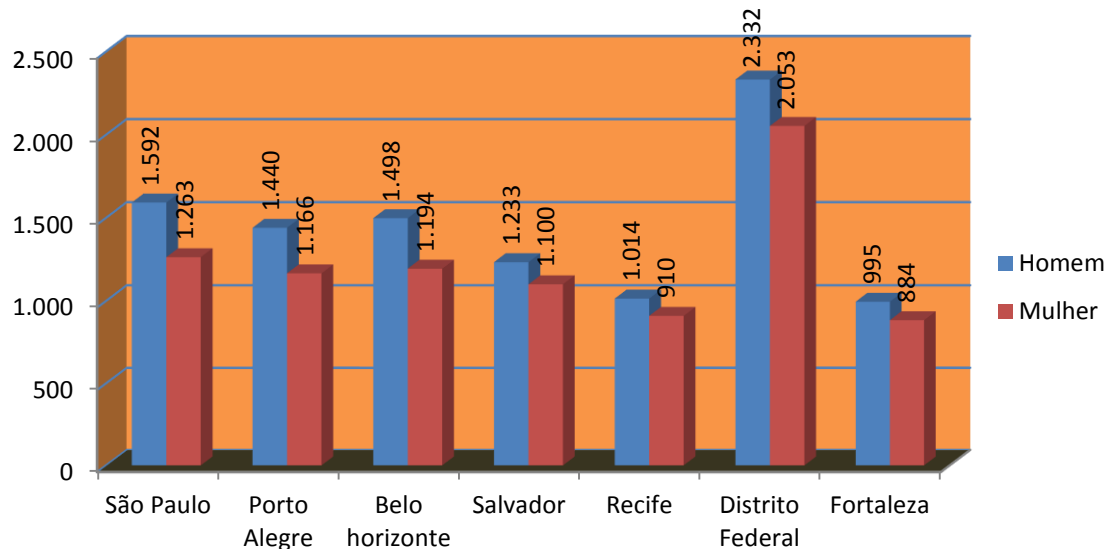


Fonte: DIEESE (2011).

Notas: Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; INPC-RMF/IBGE.

c) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Gráfico 8 - Rendimento mensal médio real dos assalariados, por sexo - RMs e DF 2010 (em R\$ de novembro/2010)



Fonte: DIEESE (2011).

Notas: Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SE/BA; ICV-DIEESE/SP; INPC-RMF/IBGE.

c) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

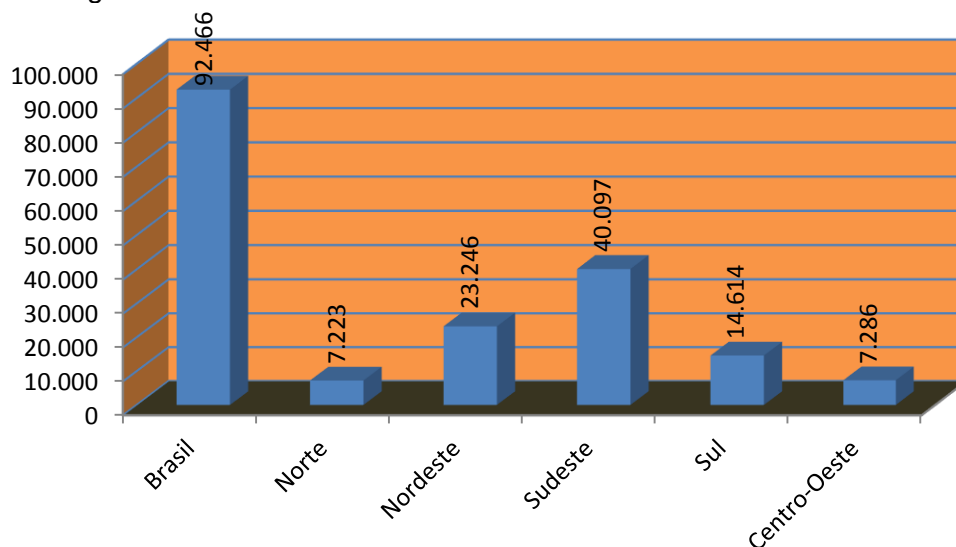
Prosseguindo com as análises, em 2011, a população residente no país foi estimada em 195,2 milhões, resultando num acréscimo de 3,5 milhões de pessoas (crescimento de 1,8%) se comparado aos dados da PNAD 2009. Neste interim, as mulheres representavam 51,5% (100,5 milhões de pessoas) desta população e os homens, 48,5% (94,7 milhões) (IBGE, 2012).

Reportando a força de trabalho²¹, em 2011, o contingente da PIA foi ponderado em 149,8 milhões. Destes, aproximadamente 99,1 milhões faziam parte da força de trabalho. Proporcionalmente, taxa de atividade foi avaliada em 66,2%, mostrando destarte uma redução em relação a 2009 (68,6%).

Em 2011, havia 92,5 milhões de trabalhadores, sinalizando um aumento de 1 milhão de pessoas em relação a 2009 (1,1%). A Região onde se percebeu o crescimento mais elevado da PO foi a Norte (3,7%), em contrapartida, observou-se uma redução na Região Nordeste (0,9%). Na Região Sudeste, onde estavam aglomerados por volta de 43% dos trabalhadores do País, verificou-se alta de 1,6% na PO. O Gráfico 9 apresenta o quantitativo de ocupados no país, bem como nas Grandes Regiões no ano de 2011, e o Gráfico 10 traz a evolução percentual ao se comparar o ano de 2009 e 2011.

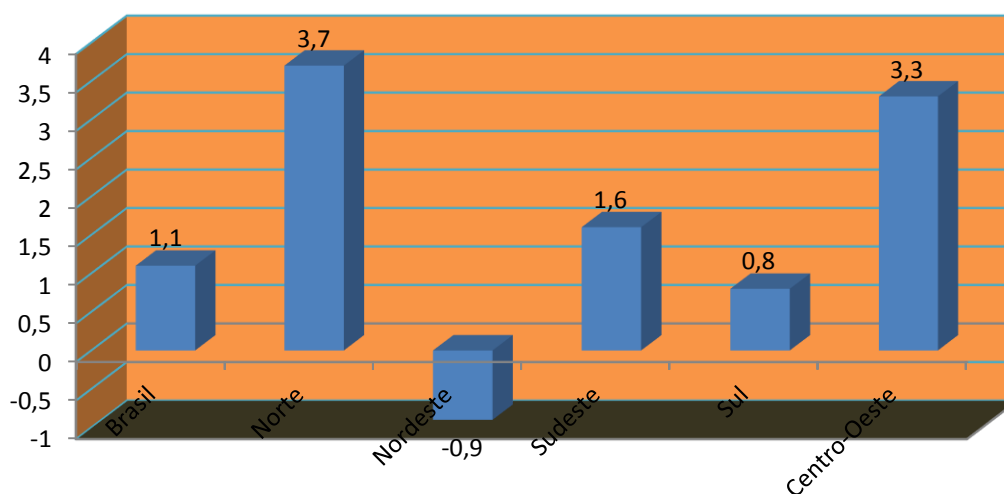
²¹ Conjunto das pessoas ocupadas e não ocupadas que estavam procurando trabalho (IBGE, 2012, p. 58).

Gráfico 9 – Total de pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2011



Fonte: IBGE (2012).

Gráfico 10 – Variação Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência* - Brasil e as Grandes Regiões – 2009 e 2011

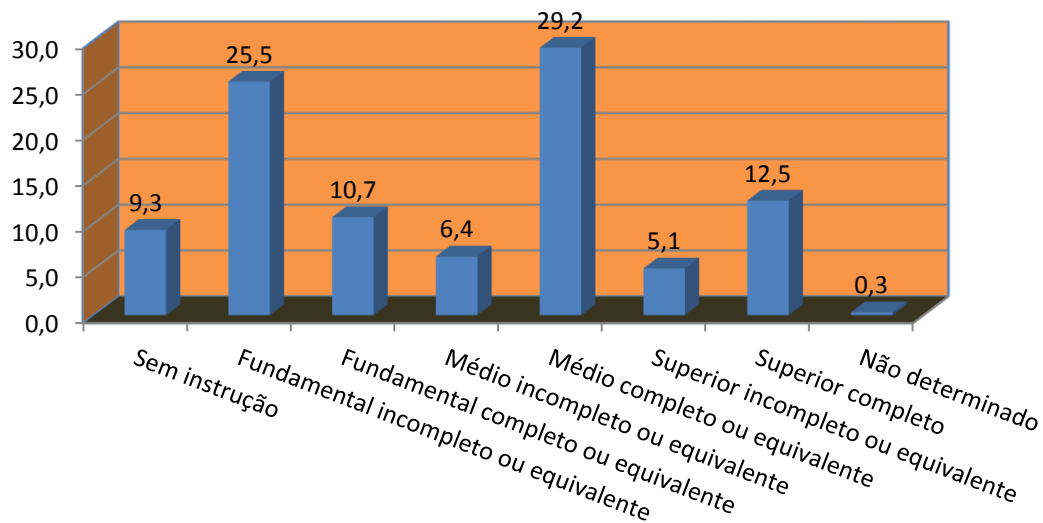


Fonte: IBGE (2012).

Nota: * Semana de referência: de 20 a 26 de setembro de 2009, para a pesquisa de 2009 e de 18 a 24 de setembro de 2011, para a pesquisa de 2011.

Deve-se observar também um aumento bastante expressivo da PO composta por trabalhadores com ensino médio em 2011 (Gráfico 11). A participação deles cresceu se comparada ao ano de 2009, visto que passou de 27,3% para 29,2%. Percebe-se também a redução no percentual de trabalhadores com o ensino fundamental incompleto – 31,8% para 25,5%. Houve um aumento no percentual de trabalhadores com pelo menos o ensino superior completo de 2009 para 2011 de 11,3% para 12,5%.

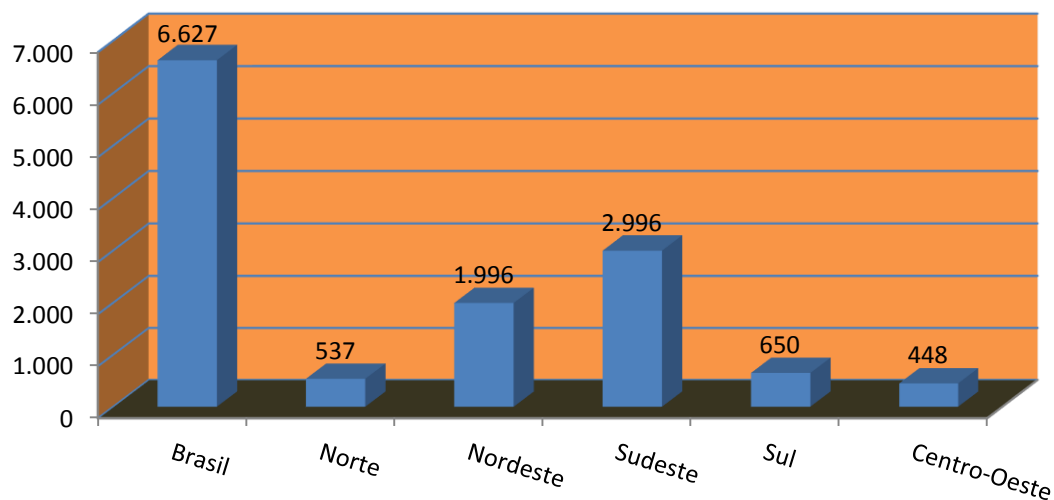
Gráfico 11 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o nível de instrução - Brasil – Setembro/2011



Fonte: IBGE (2012).

Um ponto de análise que merece destaque é o quantitativo de desocupados neste período, cerca de 6,7 milhões de pessoas (Gráfico 12). Comparando 2011 a 2009 (ano em que os efeitos da última crise econômica mundial tiveram impactos no mercado laboral brasileiro) houve redução de 1,6 milhão de pessoas, cerca de um quinto do total estimado naquele ano.

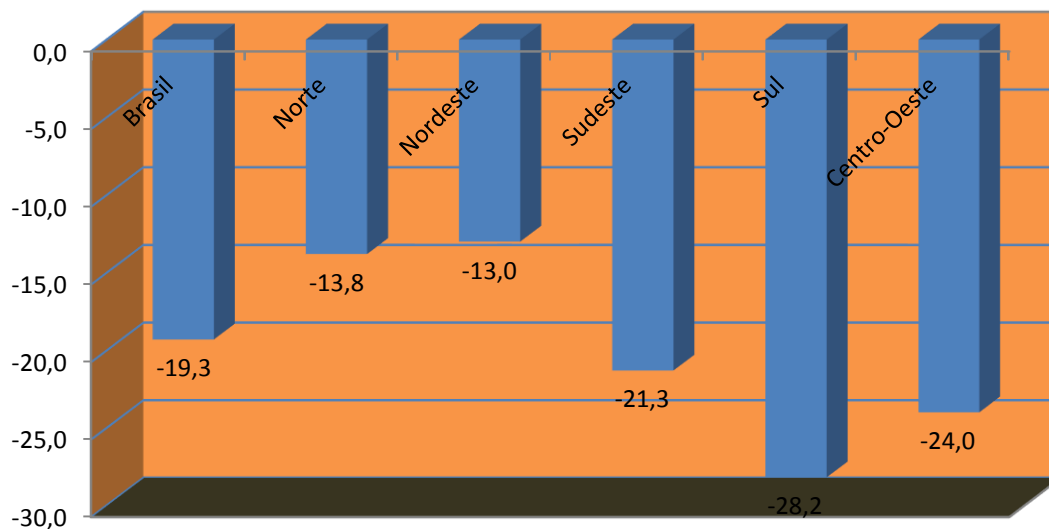
Gráfico 12 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas - Brasil e as Grandes Regiões - Setembro/2011



Fonte: IBGE (2012).

A análise regional mostrou queda nos índices da PD nas cinco Grandes Regiões. Destacando as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com redução superior a 20% (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Variação Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade desocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – 2009 e 2011



Fonte: IBGE (2012).

Traçou-se um perfil da PD em 2011 com a intenção de mostrar que, mesmo com a queda expressiva nos índices de desocupação, ainda há em alguns grupos, certo entrave para inserção no mercado de trabalho. Concluiu-se que mais da metade da PD eram mulheres; 35,1% nunca tinham trabalhado; 33,9% eram jovens entre 18 e 24 anos de idade; 57,6% eram pretos ou pardos; e 53,6% deles não tinham completado o ensino médio (IBGE, 2012).

As mulheres continuam sendo maioria na PD no ano de 2012. Diante da Tabela 13 podemos perceber que, apesar do total de número de mulheres ser maior do que o de homens na PIA, esta afirmativa se torna inversa na PEA, no Brasil e em todas as regiões. Este fato também é observado na PO.

Tabela 13 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o sexo e a condição de atividade e de ocupação na semana de referência ⁽¹⁾ - Brasil e Grandes Regiões – 2012

Sexo e condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoas de 15 anos ou mais de idade (1 000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012						
Total	154 086	11 852	41 506	66 549	22 769	11 410
Economicamente ativas	101 536	7 945	26 035	44 033	15 679	7 844
Ocupadas	95 293	7 448	24 048	41 329	15 028	7 439
Desocupadas	6 244	497	1 987	2 704	651	404
Já trabalharam antes	4 343	312	1 304	1 970	479	277
Nunca trabalharam	1 901	185	683	734	172	127
Não economicamente ativas	52 550	3 907	15 471	22 516	7 090	3 566
Homens	73 812	5 910	19 750	31 648	10 942	5 563
Economicamente ativas	57 480	4 720	15 049	24 562	8 677	4 471
Ocupadas	54 843	4 513	14 205	23 415	8 407	4 304
Desocupadas	2 637	207	844	1 148	271	167
Já trabalharam antes	1 908	133	603	851	200	121
Nunca trabalharam	728	74	241	297	71	46
Não economicamente ativas	16 332	1 189	4 701	7 086	2 265	1 092
Mulheres	80 274	5 943	21 756	34 901	11 827	5 847
Economicamente ativas	44 056	3 225	10 986	19 471	7 002	3 372
Ocupadas	40 449	2 934	9 843	17 915	6 622	3 135
Desocupadas	3 607	290	1 143	1 556	380	237
Já trabalharam antes	2 434	179	701	1 119	280	156
Nunca trabalharam	1 172	111	442	437	101	81
Não economicamente ativas	36 218	2 718	10 770	15 430	4 825	2 474

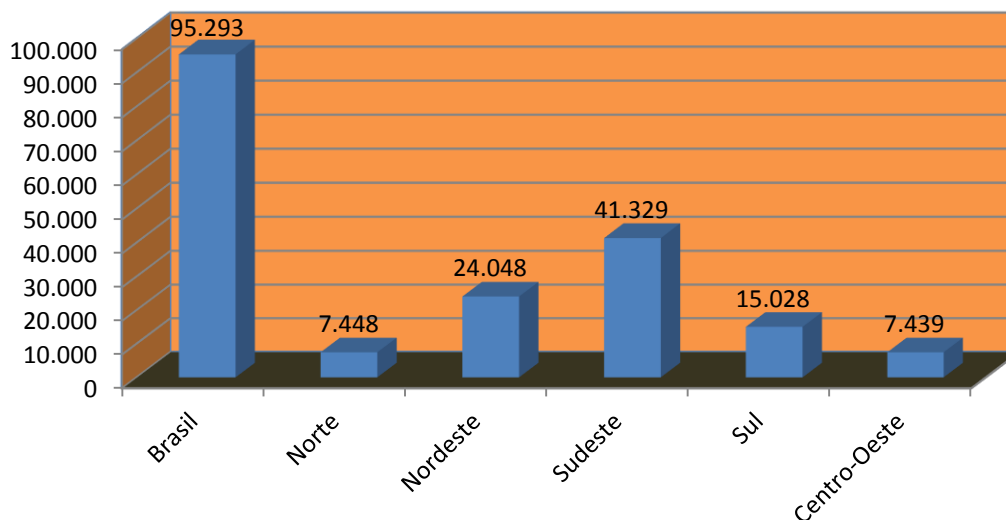
Fonte: IBGE (2014a, p. 136).

Nota: (1) Semana de referência: 23 a 29 de Setembro de 2012.

No que tange aos rendimentos, o público feminino recebe menos do que o público masculino: de acordo com a PNAD (2013), o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens foi de R\$ 1.890,00 e o das mulheres, R\$ 1.392,00. Proporcionalmente falando, as mulheres receberam em média 73,7% do rendimento de trabalho dos homens. Em 2012, essa proporção era de 72,8% (IBGE, 2014a).

Voltando a atenção para a PO, em 2012, o Brasil tinha 95.293 milhões de pessoas. Destes, o maior contingente se encontrava na Região Sudeste e o menor, na Centro-Oeste (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2012



Fonte: IBGE (2014).

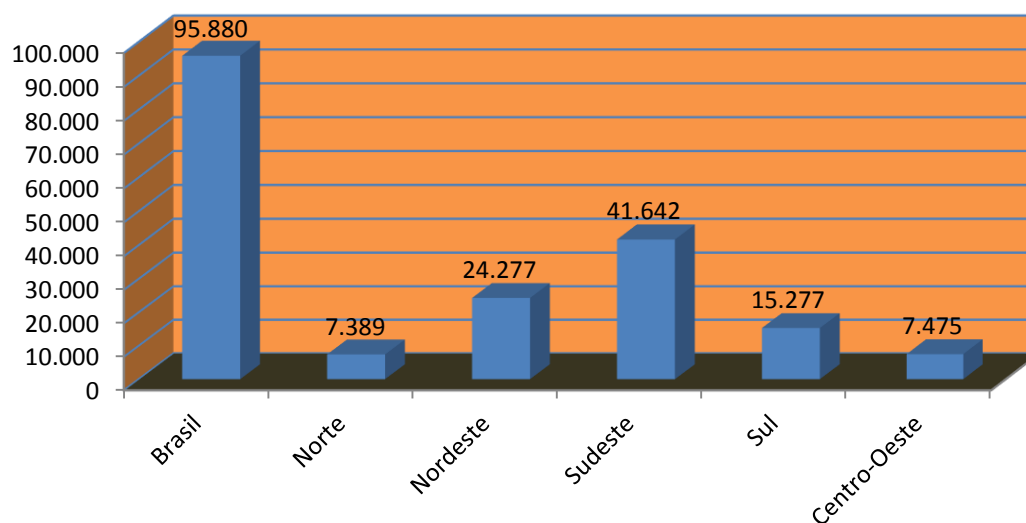
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014a) relata que, em 2013, a PIA foi estimada em 156,6 milhões de pessoas. Nesse grupo, 102,548 milhões, ou 65,5%, constituem a PEA do País, enquanto a População Não Economicamente Ativa (PNEA) totalizava 54,080 milhões de pessoas, ou 34,5%. Em comparação com 2012, os crescimentos da PIA, PEA e PNEA foram de 1,6%, 1,0% e 2,9%, respectivamente.

No ano de 2013, a Região Nordeste permaneceu registrando a menor taxa de atividade²² dentre as cinco Grandes Regiões, 62,7%, enquanto as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram as maiores: 68,5% e 67,8%, por essa ordem (IBGE, 2014b).

Ao se reportar a PO, observa-se que totalizou 95.880 milhões de pessoas em 2013 e, ao comparar com o ano anterior, o maior contingente continuou na Região Sudeste, entretanto, o menor passou a se concentrar na Região Norte (Gráfico 15), sendo esta a única Região do País que apresentou decréscimo na variação percentual da PO (Gráfico 16).

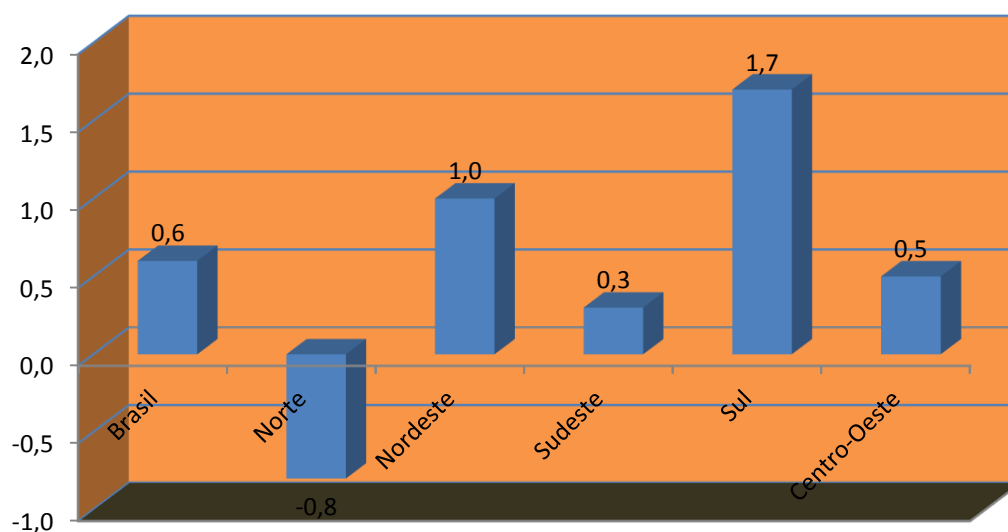
²² É a percentagem das pessoas economicamente ativas (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário) (IBGE, 2014b, p. 30).

Gráfico 15 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas - Brasil e as Grandes Regiões – Setembro/2013



Fonte: IBGE (2014).

Gráfico 16 – Variação Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, na semana de referência ⁽¹⁾ - Brasil e as Grandes Regiões 2012 e 2013



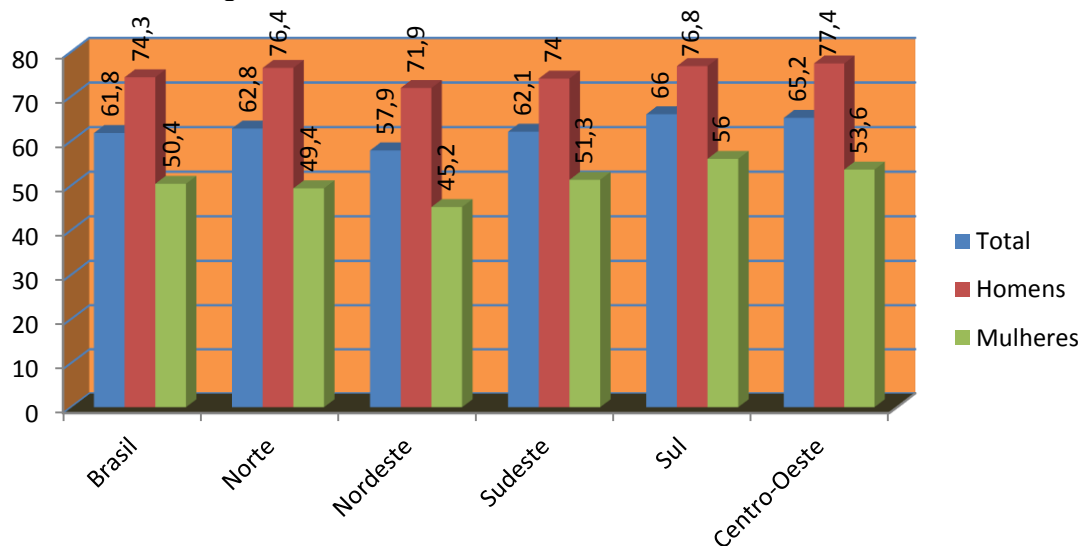
Fonte: IBGE (2014b).

Nota: (1) A semana de 23 a 29 de setembro de 2012, para a pesquisa de 2012, e de 22 a 28 de setembro de 2013, para a pesquisa de 2013.

Apesar de existir um contingente elevado de mulheres no mercado de trabalho, corroborando com diversas pesquisas que indicam o aumento da participação das mulheres no mercado laboral, o Gráfico 17 apresenta que ainda continuam sendo minoria se comparada ao público masculino. Apenas 50,4% das mulheres estavam ocupadas, enquanto para o público masculino

este índice era de 74,3%. Vale ressaltar que este índice é maior para o público masculino em todas as regiões do país.

Gráfico 17 – Nível de ocupação por sexo, das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil e Grandes Regiões, na semana de referência ⁽¹⁾ - 2013



Fonte: IBGE (2014b).

Nota: (1) Semana de referência: 22 a 28 de Setembro de 2013

Ao se tratar da forma de inserção no mercado de trabalho, o ano de 2013 mostrou a seguinte composição: A minoria (47,6%) estava alocada no emprego formal, sendo que 40,2% de empregados com carteira de trabalho e 7,4% de militares e estatutários. 52,4% estava de alguma forma, inserido no mercado informal, onde: 20,7% de trabalhadores conta própria; 14,7% estava empregado sem carteira assinada; 6,7% de trabalhadores domésticos; 6,5% estavam como trabalhadores não remunerados e na produção de auto consumo e 3,8% eram empregadores (Tabela 14).

Tabela 14 - População ocupada por categoria da ocupação - Brasil – 2013

Posição na ocupação	Empregados c/ carteira	Militares e est.	Empregados s/ carteira	Trab doméstico	Conta própria	Empregador	Não remun e auto consu
Distribuição (100%)	40,7	7,4	14,6	6,7	20,6	3,8	6,2
PO (em milhões)	37,2	7,0	14,2	6,4	19,7	3,6	6,0
Variação (%) 2013/2012	3,2	0,4	-2,5	-0,2	-0,2	0,5	4,1

Fonte: IBGE (2014).

Mesmo com índices de informalidade altos, avaliando a variação, percebe-se que houve uma diminuição nos índices de informalidade do ano de 2012 para o de 2013. Segundo o site do Ministério do Planejamento (2014), os números provêm de um quadro econômico estável, somado a uma gama de medidas que o governo passou a implementar para estimular a geração de vagas. Contribuiu para esse quadro a desoneração da folha de pagamento para setores que usam de mão-de-obra intensiva, o que permite diminuir o custo do trabalho e o incentivo à formalização de pequenas empresas, com a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI).

Outro ponto que merece destaque é o rendimento dos trabalhadores. O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos realizados em 2013 foi estimado em R\$ 1.651,00, valor 3,8% superior à média do rendimento apurado em 2012 (R\$ 1.590,00). De 2012 para 2013, todas as Grandes Regiões apresentaram crescimento do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos: 4,7% na Região Norte, visto que foi de R\$ 1.263,00 em 2012 para R\$ 1.322,00 em 2013; 4,5% na Região Nordeste, onde subiu de R\$ 1.086,00 em 2012 para R\$ 1.135,00 no ano seguinte; 3,3% na Região Sudeste, subindo de R\$ 1.804,00 em 2012 para R\$

1.864,00 em 2013; 4,5% na Região Sul, onde passou de R\$ 1.731,00 em 2012 para R\$ 1.809,00); e por fim, 4,5% na Região Centro-Oeste, subindo de R\$ 1.906,00 em 2012 para R\$ 1.992,00 no ano seguinte (Tabela 15).

Tabela 15 - Rendimento Médio Mensal Real de Trabalho - Brasil – 2012-2013

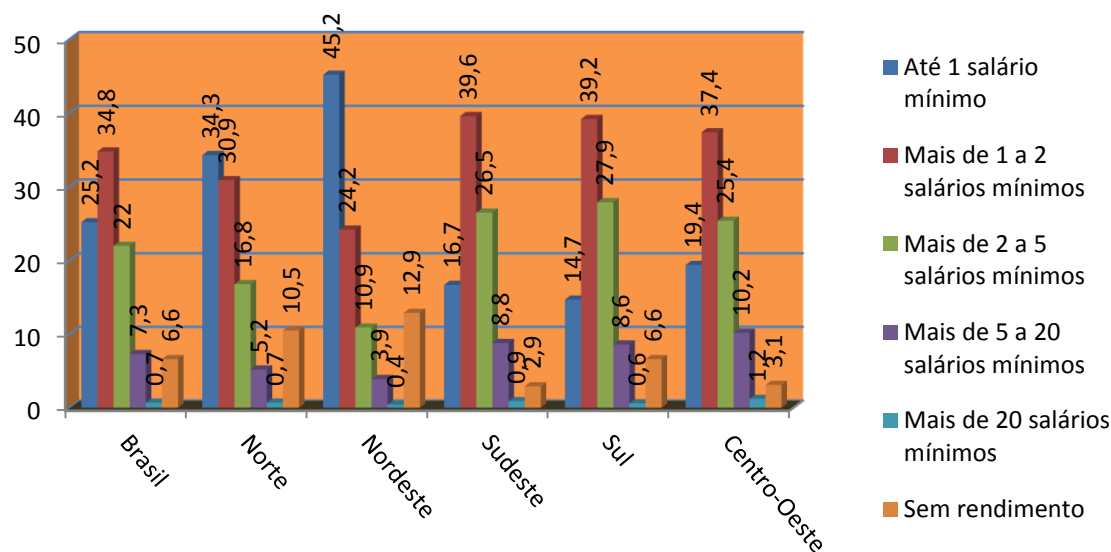
	2012	2013	Variação %
Brasil	R\$ 1.590	R\$ 1.651	3,8
Norte	R\$ 1.263	R\$ 1.322	4,7
Nordeste	R\$ 1.086	R\$ 1.135	4,5
Sudeste	R\$ 1.804	R\$ 1.864	3,3
Sul	R\$ 1.731	R\$ 1.809	4,5
Centro -Oeste	R\$ 1.906	R\$ 1.992	4,5

Fonte: IBGE (2014).

Conforme IBGE (2014a) grande parte das Unidades da Federação contaram com aumento nos rendimentos de todos os trabalhos de 2012 para 2013, com evidência para as variações percentuais de 12,8% no Amazonas (de R\$ 1.290,00 para R\$ 1.455,00); de 11,4% no Rio Grande do Sul (de R\$ 1.647,00 para R\$ 1.835,00); e de 10,3% na Bahia (de R\$ 1.113,00 para R\$ 1.228,00). O contrário foi observado no Acre, Amapá e Espírito Santo, pois ocorreram reduções do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos de R\$ 1.342,00 para R\$ 1.302,00, R\$ 1.632,00 para R\$ 1.616,00 e R\$ 1.77,00 para R\$ 1.557,00, respectivamente. As maiores médias do rendimento mensal real de todos os trabalhos em 2013 no Brasil foram observadas no Distrito Federal (R\$ 3.114,00) e em São Paulo (R\$ 2.083,00), enquanto no Ceará (R\$ 1.019,00), Piauí (R\$ 1.037,00) e Alagoas (R\$ 1.052,00) verificaram-se as menores médias.

Outra forma de observar o diferencial do rendimento é por meio da divisão das classes de salário mínimo. Podemos observar que em 2013 no Brasil, o maior contingente da PO recebeu até um salário mínimo (45,2%). O maior contingente que recebe mais de um até dois salários mínimos encontra-se na região Sudeste (36,9%); no grupo de mais de dois a cinco salários mínimos, a maior parte encontra-se no Sul (27,9%); no grupo que recebe mais de cinco até 20 salários mínimos estão no Centro-oeste (10,2% e 1,2% respectivamente) e por fim, o nordeste possui a maior parcela de PO sem rendimento do país (12,9%) (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Distribuição das pessoas ocupadas, segundo as classes de salário mínimo do rendimento médio mensal real de trabalho – 2013



Fonte: IBGE (2014).

Voltando a atenção para as faixas etárias da PIA brasileira, os grupos formados por pessoas de 30 a 49 anos de idade compunham os maiores percentuais de ocupados em 2013: 26,1% dos tinham de 30 a 39 anos de idade e 22% tinham de 40 a 49 anos de idade. Comparando com o ano de 2012, os grupos etários formados por pessoas de 15 a 29 anos de idade apresentaram tendência de redução de participação, enquanto as pessoas com idade acima de 30 anos de idade, apontam elevação. Houve estabilidade entre as pessoas de 40 a 49 anos de idade no período (Tabela 16).

Tabela 16 - Distribuição da população ocupada por grupo de idade – Brasil – 2012/2013

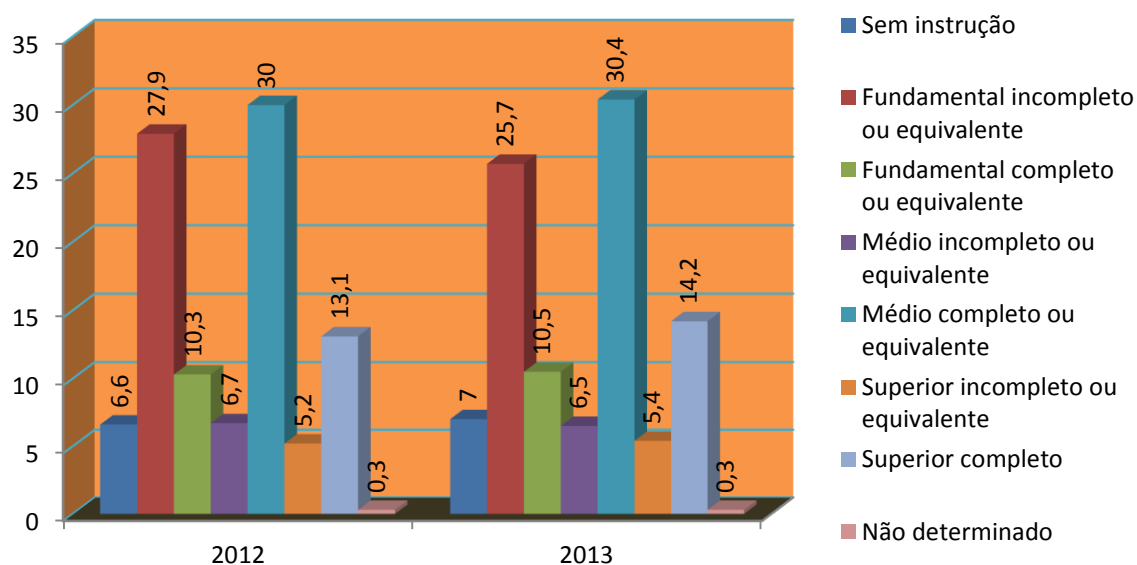
Idade	2012(%)	2013 (%)	Contingente 2012 (em milhões)	Contingente 2013 (em milhões)	Var (%)
15 a 17 anos	2,8	2,4	2,7	2,3	-12,3
18 e 19 anos	3,6	3,5	3,4	3,4	-1,5
20 a 24 anos	11,3	10,9	10,7	10,5	-2,7
25 a 29 anos	12,9	12,3	12,3	11,8	-4,1
30 a 39 anos	25,6	26,1	24,4	25,0	2,5
40 a 49 anos	22,0	22,0	21,0	21,1	0,4
50 a 59 anos	14,6	15,3	13,9	14,7	5,2
60 anos ou mais	7,2	7,5	6,8	7,2	5,2

Fonte: IBGE (2014).

Esta transição demográfica, já apresenta consequências gradativas no mercado laboral, visto que tem sido observado um menor crescimento e envelhecimento da PEA, poderá resultar no futuro em falta de mão de obra, independente da sua qualificação.

Além da idade, o grau de escolaridade também é uma vertente que merece atenção quando se fala de mercado de trabalho. Na distribuição da PO no ano de 2013, concernente ao nível de instrução, os maiores percentuais giravam em torno dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou equivalente (25,7%) e com ensino médio completo ou equivalente (30,4%). Contrapondo com o ano de 2012, apesar de serem os mesmos índices em destaque, houve uma redução concernente ao ensino fundamental incompleto ou equivalente (de 27,9% para 25,7%), entretanto, houve um pequeno aumento no ensino médio completo ou equivalente (de 30,0% para 30,4%) (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo o nível de instrução - Brasil - 2012-2013



Fonte: IBGE (2014).

Ainda assim, a gama de pessoas que não estavam ocupadas e tiveram atitude para adquirir um trabalho, classificadas como desocupadas, foi de 6,637 milhões de pessoas em 2013 em todo o território nacional. Comparando com 2012, houve crescimento de 6,3%, equivalendo a 393 milhões PD no Brasil (Tabela 17).

Tabela 17 – Total e variação percentual, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas, na semana de referência ⁽¹⁾ - Brasil e Grandes Regiões - 2012 -2013

	2012	2013	Varição %
Brasil	6.244	6.637	6,3
Norte	497	583	17,2
Nordeste	1.987	2.081	4,7
Sudeste	2.704	2.892	7,0
Sul	651	632	-2,9
Centro -Oeste	404	449	11,0

Fonte: IBGE (2014).

Nota: (1) A semana de 23 a 29 de setembro de 2012, para a pesquisa de 2012, e de 22 a 28 de setembro de 2013, para a pesquisa de 2013.

Com exceção do Sul, que apresentou redução de 2,9% no total de PD, as demais regiões brasileiras tiveram crescimento da desocupação, com destaque para Região Norte com aumento de 17,2%. Sobre este aumento, Wasmália Bivar, presidente do IBGE, ressalta que:

Esse aumento, a Pnad mostra é que um aumento pontual que deve ter acontecido alguma coisa mais localizada na região Norte, onde percebemos alguma coisa, e alguma coisa dentre os mais jovens. De certo modo, tem alguma indicação que tinha aumentado ligeiramente a taxa de ocupação para aquela semana pesquisa [a última semana de setembro de 2013] que a Pnad mostra. (BIVAR, 2014 *apud* MELLO, 2014).

Diante de todas as informações apresentadas, como perfil da PD, pode-se delimitar os seguintes aspectos em 2013: mais da metade (56,9%) dos desocupados eram mulheres; 31,3% nunca tinham trabalhado; 32,6% eram jovens de 18 a 24 anos de idade; 60,6% eram pretos ou pardos e 50,8% deles não tinham completado o ensino médio. Comparando com o ano de 2012, as variações mais significativas foram as de redução dos percentuais dos desocupados de 18 a 24 anos de idade (queda de 2,0 p. p.) e dos que não concluíram o ensino médio (queda de 2,4 p. p.) (IBGE, 2014a).

Os índices mais recentes de taxa de desocupação confirmam os dados favoráveis da forte geração de emprego nos últimos anos. Partiu-se da alta taxa apresentada em 2005 (9,3%), sendo reduzida ano após ano (houve uma pequena elevação em 2009, devido as dificuldades da economia após o início da crise internacional), até atingir 6,1% em 2012. Ainda assim, devem-se observar os salários oferecidos por estas vagas. A criação efetiva de empregos no período que compreende os anos de 2011 e 2012 esteve alocada na faixa que vai até 2 Salários Mínimos (SM). A partir daí, houve redução de oferta de empregos, com a queda

mais expressiva a partir da faixa de 2.01 a 3 SM. A situação ficou mais crítica em 2013, com redução da oferta de vagas com salário a partir de 1.51 SM (Tabela 18).

Tabela 18 – Geração de empregos formais por faixa de salário mínimo – Brasil - 2011-2013

	569.399	408.129	372.391	1.349.919	42,8
	1.224.785	888.793	917.044	3.030.622	96,0
	117.812	38.415	-51.772	104.455	3,3
	-139.636	-210.210	-196.928	-546.774	-17,3
	-97.684	-105.818	-119.477	-322.979	-10,2
	-37.273	-34.355	-59.707	-131.335	-4,2
	-38.599	-52.948	-52.034	-143.581	-4,5
	-17.266	-22.698	-33.245	-73.209	-2,3
	-8.214	-18.918	-22.743	-49.875	-1,6
	-7.282	-8.449	-11.716	-27.447	-0,9
	-7.517	-11.380	-15.269	-34.166	-1,1
	1.558.525	870.561	726.544	3.155.630	100

Fonte: Saboia (2014).

O índice de desocupação no Brasil chegou a 6,5% no último trimestre de 2013, mas teve um acréscimo no 1º trimestre de 2014 (6,8%) e continuou a crescer no 2º trimestre, chegando ao maior pico do ano (7,0%). A partir do 3º trimestre este índice começou a cair (6,9%), voltando a 6,5% no último trimestre do ano de 2014, se igualando ao último trimestre de 2013. Percebe-se também que o índice de ocupação em 2014, teve seu pico no 1º trimestre (57%), oscilando entre 56,8%, 56,7% e 56,9% nos trimestres subsequentes (Tabela 19).

Tabela 19 – Índices de ocupação e desocupação – Brasil - 2014

Índices (%)	Ano de 2014			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Ocupação	57%	56,8%	56,7%	56,9%
Desocupação	6,8%	7,0%	6,9%	6,5%

Fonte: Secretaria de Política Econômica (2015).

Vale pontuar que, num país com grande informalidade como o Brasil, a baixa taxa de desemprego ocorre concomitantemente com alta precariedade e informalidade no mercado laboral, exercida por uma gama de pessoas ocupadas recebendo baixos salários, sem carteira assinada, sem contribuição previdenciária ou trabalhando por conta própria. São inúmeras as situações típicas de trabalho com baixa produção onde é enquadrada como informal. O próprio fato de a geração de vagas no setor formal estar concentrada nos menores salários já sinaliza o baixo nível de produtividade e precariedade de tais empregos.

3.4 OS NÚMEROS DA INFORMALIDADE

Uma vez tendo tratado anteriormente sobre o desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro como um todo, é chegado o momento de discutir a questão da informalidade no país em números.

Faz-se necessário iniciar informando que um dos traços do início da década 1990, devido as alterações no contexto econômico descritos anteriormente, foi o aumento das relações informais de trabalho, tanto no âmbito do trabalho assalariado sem carteira quanto o trabalho por conta própria.

Ramos (2002) ressalta que, de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais cresceu de 40% para 47% no tocante as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME²³. De meados de 1996 até o final de 1997, o crescimento do grau de informalidade diminuiu o ritmo, ficando próximo de 48%.

Como resultado dos dissabores que passou a economia do país em 1998 e 1999, o desempenho do mercado de trabalho mudou, fazendo com que o processo de informalização voltasse a emergir, de tal maneira que nos últimos meses de 1999 passou de 50%, chegando a 51% no início de 2000. A partir de então, ocorreu uma ínfima redução, seguida de estabilização de 50% em todo o ano de 2001 (RAMOS, 2002).

Entre os anos 2005 à 2009, a informalidade permaneceu alta no cenário do mercado laboral do país, visto que, a OIT expressou que: “mais de 50% da força de trabalho do país está no campo da economia informal, ficando a margem da proteção social, aos direitos do trabalho e às formas de organização ou negociação coletiva formais” (KREIN; PRONI, 2010). Isto ocorreu porque um elevado excedente de mão-de-obra foi sendo mantido, não conseguindo ser abarcado pelo movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas, apesar da recuperação do emprego com vínculo formalizado na última década.

Santos (2010) explana que segundo dados do IBGE (2009), enquanto que nos anos 1990, tinha-se o registro de uma média anual do desemprego no Brasil de 5,6%, no período entre 2000 e 2009 este índice subiu para 9% (Tabela 20). Essa média corrobora com a PNAD que registrou 8,9% a média anual do desemprego em 2009.

²³ Regiões Metropolitanas de: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Tabela 20 - Comparativo das Taxas Médias Anuais de Desemprego – Brasil - 1990 a 2009 (%)

Período	Taxa de Desemprego (%)
1990	4,3
1991	4,8
1992	5,7
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,6
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,6
2000	7,1
2001	6,3
2002	7,2
2003	12,3
2004	11,5
2005	9,8
2006	10
2007	9,3
2008	7,9
2009	8,1

Fonte: IBGE (2010).

Entretanto, conforme Santos (2010), observa-se uma pequena redução dessas taxas de desemprego no Brasil no primeiro trimestre de 2010, apresentando o índice de 7,2%.

Os estados do Nordeste também sofrem com números expressivos no índice de desemprego. Santos (2010, p.131) informa que “na Bahia, em 1997, observa-se uma média de 71,8% de trabalhadores informais para o total dos ocupados, enquanto que, em 2007, registrou-se uma taxa de 66,78% para esse mesmo universo”. Estes números são uns dos mais elevados da Região Nordeste, como nos mostra a Tabela 21.

Tabela 21 - Grau de informalidade nos estados do Nordeste – Brasil - 1997-2007

Estado	Grau de informalidade (%)									
	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Maranhão	82,79	85,23	82,54	80,20	81,01	76,90	77,83	77,63	76,20	71,14
Piauí	77,87	76,91	79,45	78,01	80,11	78,80	77,34	77,22	76,85	74,64
Ceará	74,07	74,08	74,00	73,17	71,56	71,19	70,23	70,29	69,72	67,74
Bahia	71,81	72,07	72,75	71,28	71,25	69,59	69,69	69,18	67,14	66,78
Paraíba	68,30	66,96	66,05	66,04	68,50	66,42	68,63	67,58	68,86	66,54
Rio G. do Norte	65,33	62,83	63,23	60,46	60,90	61,11	63,02	61,09	59,56	59,60
Sergipe	64,45	65,10	65,34	60,77	63,96	63,76	61,98	60,85	62,18	59,39
Pernambuco	63,65	64,27	66,88	64,07	65,07	64,53	64,25	63,22	62,23	60,50
Alagoas	58,09	62,56	61,91	66,52	62,59	64,09	61,93	62,74	61,37	61,06

Fonte: IPEA (2007) *apud* Santos, (2010).

Observa-se na Tabela 21 que, mesmo com o ínfimo decréscimo da participação de trabalhadores informais na economia, o mercado laboral informal vem se apresentando, ao longo dos anos, com grande expressividade e relevância social, visto que, em 10 anos de análise da região Nordeste do Brasil, a taxa de informalidade dos estados foi sempre superior a 50%.

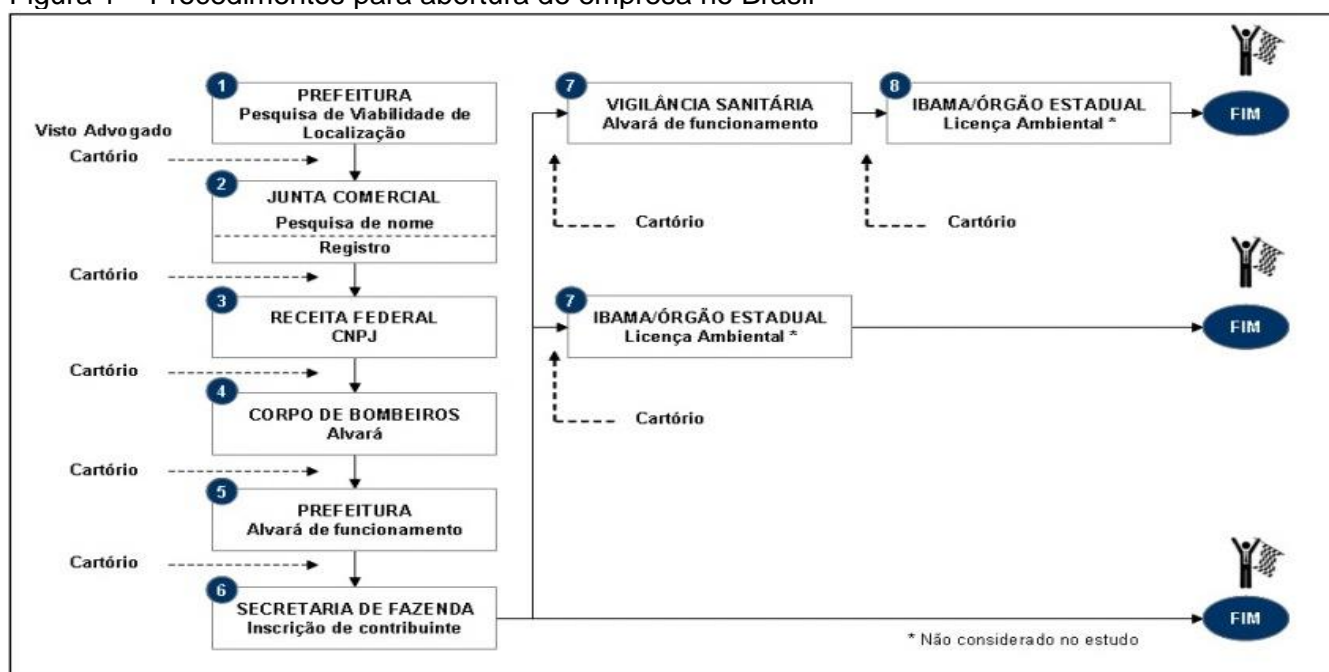
Vale pontuar outro fator que corrobora para a não diminuição dos números concernentes a informalidade ser o excesso de burocracia, visto que, para se conseguir abrir e formalizar um negócio precisa-se passar por um processo extremamente papelório. Rizza e Schwingel (2013) sinalizam que milhares de brasileiros são desestimulados todos os dias a empreender, devido a gigantescos trâmites que acabam por se tornar obstáculos arcaicos, desafiando o bom senso. Em virtude da burocracia, diversos empreendedores desistem de iniciar um negócio formal, buscando alternativas de renda no mercado informal.

Para se ter uma ideia, reunir toda a documentação para abrir uma empresa no Brasil pode levar até 119 dias. Nos casos menos demorados, é possível finalizar todas as etapas em 49 dias (CONSULTOR JURÍDICO, 2012). Rizza e Schwingel (2013, p. 47) relatam os entraves para a formalização:

Pelo trâmite atual, para registrar sua empresa, muitas vezes o empreendedor, após diversos comparecimentos à junta comercial ou ao cartório, a órgãos tributários e de emissão de alvarás, necessita, dentre outras providências, aguardar a vistoria do Corpo de Bombeiros, da vigilância sanitária, dos órgãos ambientais, antes de iniciar suas atividades. Muitas vezes, pagando meses de aluguel do imóvel comercial com as portas fechadas. Essas exigências prévias, além de impossibilitar o imediato início das atividades, são responsáveis por boa parte da morosidade do processo de regularização das empresas.

De forma sucinta, a Figura 1, apresenta as etapas para formalização de uma empresa no Brasil. Para que se consiga formalizar um empreendimento, deve-se passar por até 8 órgãos, que vai desde a consulta de viabilidade de localização, disponibilizado pela prefeitura, até a depender do caso, a confecção da licença ambiental. É importante lembrar que em todo o processo é necessária a ida a cartórios para autenticação de documentos, preparação de procurações e reconhecimento de firmas. Este trâmite acaba por envolver mais de 43 documentos, tornando o processo de formalização lento, oneroso e desestimulante (SISTEMA FIRJAN, 2010).

Figura 1 – Procedimentos para abertura de empresa no Brasil



Fonte: SISTEMA FIRJAN (2010).

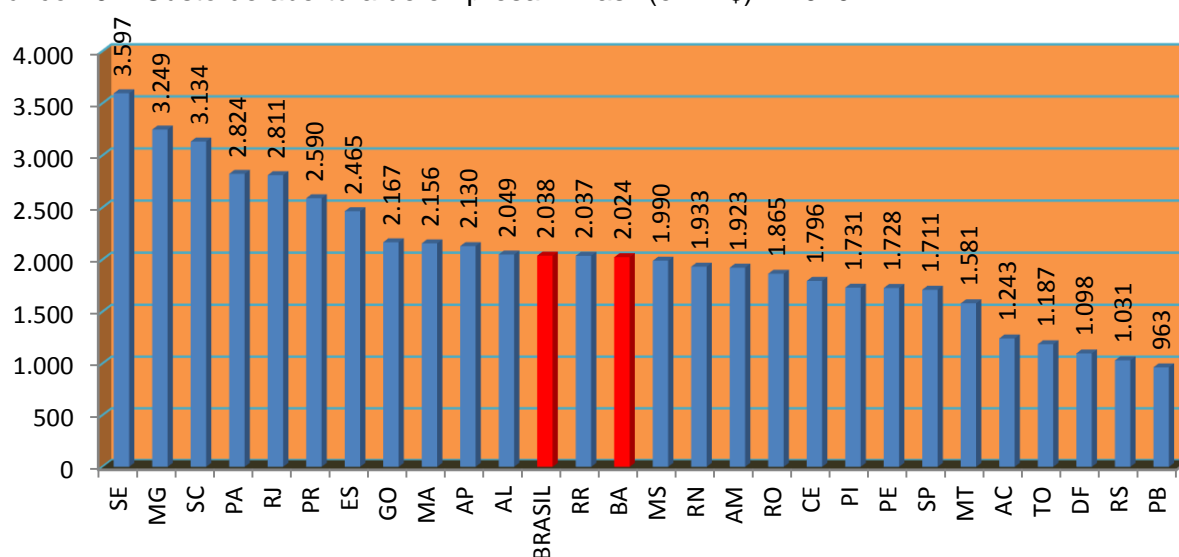
Para Oliveira (1970), a burocracia é positiva no âmbito de ordenação e orientação de sentido na estrutura organizacional e funcionamento da empresa, pois através dela ocorre o registro documental de atos administrativos, decisões, normas e ordens escritas. Entretanto seu excesso pode ser prejudicial a formalização de empresas. Raud-Mattedi (2005, p.140) informa que “se deve controlar a burocracia, porque ela tende a reduzir as iniciativas econômicas privadas”.

Rizza e Schwingel (2013, p. 47) destacam que: “O excesso de burocracia é um dos grandes entraves para a formalização e a expansão das empresas, dificultando o ambiente de negócios e comprometendo o desenvolvimento

econômico e social do Brasil.” Destarte, como o excesso de burocracia que ocorre no país acaba por se tornar mais um dos entraves para a formalização, o trabalho informal tem sido para muitos, uma válvula de escape para obter renda.

Além da burocracia, os custos para abertura de empresa no Brasil também se tornam barreiras para formalização de muitos negócios e o Estado da Bahia não foge a regra. Percebe-se que a Bahia está entre os 13 Estados mais caros para quem pretende abrir o próprio negócio dentro das conformidades legais, no ano de 2010 (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Custo de abertura de empresa - Brasil (em R\$) – 2010



Fonte: SISTEMA FIRJAN (2010).

A diferença do custo de abertura de uma empresa no Brasil, se deve ao fato de não haver padronização do critério utilizado na definição dos valores das taxas cobradas por cada órgão. Isso é observado até mesmo considerando um único órgão: o critério varia entre os estados ou municípios. Em muitos casos ainda faz-se necessário o visto de um advogado, do alvará do corpo de bombeiros, alvará sanitário e alvará de funcionamento, além do custo de registro da junta comercial (SISTEMA FIRJAN, 2010).

Levando em consideração a pesquisa feita pelo Sistema Firjan (2010), o Brasil, quando comparado aos 183 países reportados no relatório *Doing Business*²⁴ (Fazendo Negócios), é o 58º país mais caro para se abrir uma empresa. Vale ressaltar que o valor para abrir uma empresa no Brasil é também muito superior ao

²⁴ Relatório realizado pelo Banco Mundial.

custo para abertura de uma empresa nos países que compõem o “BRICS²⁵” (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), deixando-o em desvantagem (SISTEMA FIRJAN, 2010).

Soares (2008) verbaliza que devido aos altos custos para a formalização de empresas, os estudiosos já estão cogitando maneiras para dirimir o aumento da informalidade, pois diante dos encargos da legislação trabalhista e da alta carga tributária existentes no Brasil, a informalidade tem se apresentado para muitos como um caminho capaz de proporcionar acumulação de capital. Destarte, diversos teóricos estão propondo a redução da carga tributária e dos gastos que se tem com os trabalhadores (flexibilização das leis trabalhistas).

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas²⁶ (SEBRAE), assevera a preocupação com a informalidade ao pontuar que:

Especialistas estimam que a economia informal, em 2005, representava entre 30% a 40% do PIB nacional e tenha atingido cerca de metade da população economicamente ativa do Brasil. Todos os setores econômicos registraram trabalho informal. O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), estima que, em 2009, a economia informal brasileira movimentou R\$ 578 bilhões, valor superior ao PIB da Argentina. (SEBRAE, 2012, p.19).

Outro ponto que merece destaque é a quantidade de horas disponibilizadas para a atividade no mercado laboral informal. Normalmente o trabalhador ocupa-se por longas jornadas para ganhar um mínimo. É muito comum os vendedores ambulantes em ponto fixo trabalharem sem folga, de segunda a domingo. A jornada de trabalho média é de 76 horas por semana, o que pode acarretar inclusive em sérios problemas de saúde advindos da condição de vulnerabilidade, instabilidade e sobrecarga de trabalho (SINGER, 2001).

Vale salientar que os ganhos são incertos e muito variáveis para os trabalhadores informais. Os vendedores ambulantes em pontos fixos ganham em média R\$ 927,00 por mês. Além da alta carga de trabalho e ganhos incertos, ainda convivem com a insegurança das ruas e com o receio da repressão dos órgãos fiscalizadores e policial nas ruas, que apreendem a mercadoria, independente do

²⁵ O **BRICS** é um agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: **B**rasil, **R**ússia, **I**ndia, **C**hina e **A**frica do **S**ul. Não se trata de um bloco econômico ou uma instituição internacional, mas de um mecanismo internacional na forma de um agrupamento informal, ou seja, não registrado burocraticamente com estatuto e carta de princípios (PENA, 2015).

²⁶ É uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte (SEBRAE, 2015).

que seja e em alguns casos, ainda levam o trabalhador informal preso (SINGER, 2001). Além disso, a informalidade no Brasil caracteriza-se pela má remuneração, jornada incerta de trabalho e pela ausência de direitos trabalhistas ou previdenciários, pois a maioria dos não contribui voluntariamente para a Previdência Social (TEIXEIRA, 2011).

Mesmo com os contrapontos apresentados anteriormente, o mercado laboral informal abarca uma gama significativa da população que, não encontrando um espaço no mercado formal, adentra no informal como meio de sobrevivência. Ainda assim, pode-se perceber que o mercado de trabalho brasileiro vem mostrando uma redução no índice de informalidade.

A taxa de informalidade do país registrou em 2011 valores menores do que os registrados no primeiro trimestre dos anos anteriores, alcançando em março de 2011, 35,4%. O nível de informalidade médio da PO apresentou o índice de 35,6% no primeiro trimestre do ano de 2011, o que em relação ao primeiro trimestre de 2010 (37,5%) representa uma queda de 1,9 p.p. (IPEA, 2011a).

Continuando o decréscimo, a taxa de informalidade média para o primeiro semestre de 2011 ficou em 35,6%, abaixo dos anos anteriores, apresentando uma queda de 1,6 p.p. em relação a 2010. Em junho de 2011 alcançou o menor valor já registrado desde 2003, 35,3%. (IPEA, 2011b) É importante pontuar que a informalidade vem caindo contínua e significativamente e, para justificar esta afirmação, traz-se que a taxa registrada para o primeiro semestre de 2011 representa uma queda de 3,6 p.p. desde 2008 (IPEA, 2011b).

Se mantendo abaixo dos níveis verificados em anos anteriores, o nível de informalidade médio da PO em 2011 ficou em 35,1%, o que representa um decréscimo de 1,9 p.p. em relação a 2010. Vale pontuar que, em dezembro de 2011 foi registrado o menor valor para o período desde o ano de 2003, 34,4% (IPEA, 2012a).

Ao se analisar o ano de 2012, o nível de informalidade médio da PO no primeiro trimestre ficou em 34,1%, mostrando uma queda de 1,5 p.p. em relação a 2011. Vale ressaltar que após ter registrado em fevereiro 33,8%, a taxa teve um pequeno aumento em março ficando em 34,1% (IPEA, 2012b). Nos cinco primeiros meses de 2012, o nível de informalidade médio da PO foi de 34,1%, o que demonstra queda de 4,2 p.p. em relação a 2011. Assim como em março houve um

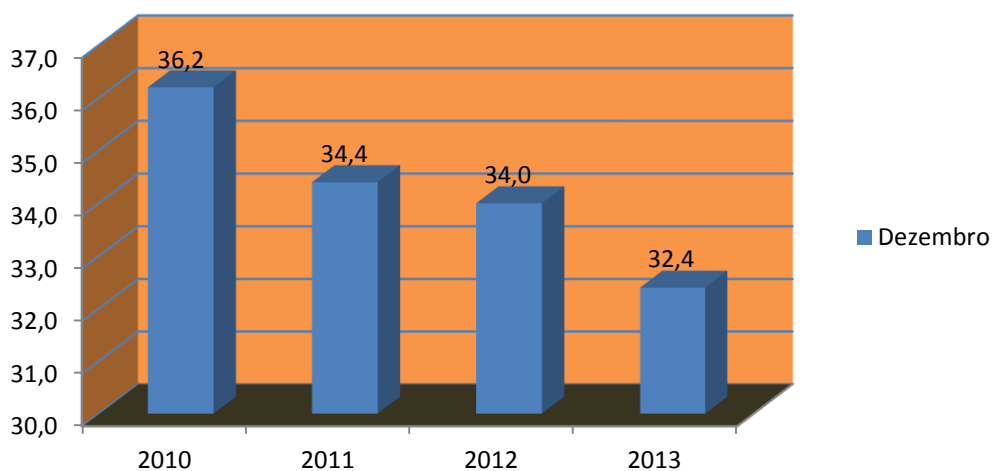
aumento no índice, em abril ele voltou a cair, mas apresentou outra oscilação em maio, registrando 34,06% (IPEA, 2012c).

No terceiro trimestre de 2012, o nível de informalidade médio da PO ficou em 33,8%, o que representa um declínio de 0,9 p.p. em relação ao ano anterior. É interessante pontuar que mesmo a taxa apresentando uma redução significativa ao se comparar os anos de 2011 e 2012, a mesma retratou alta, mesmo que singela, entre agosto e setembro de 2012, chegando a 33,9%. Ainda assim, o valor apresentado é 0,5 p.p. menor que o de setembro de 2011 (IPEA, 2012d).

O país fechou o ano de 2012 com nível de informalidade médio da PO em 34%, denotando uma queda de 1 p.p. em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2012, a taxa de informalidade foi de 34%, menor que a do mesmo período em 2011, 34,4%. Percebe-se, destarte, uma tendência contínua de queda desse indicador (IPEA, 2013a).

O ano de 2013 continuou a expressar redução no índice de informalidade: a taxa de média da PO no primeiro semestre do ano foi de 33,2%, representando uma queda de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. É importante destacar que este índice apresentou uma redução contínua ao longo do primeiro semestre de 2013, chegando a junho com a taxa de 32,9% (IPEA, 2013b).

Ao findar o ano de 2013, o nível de informalidade médio da PO no ano ficou em 33%, o que representa um declínio de 1 p.p. em relação a 2012. Ainda verifica-se a tendência quase contínua de depreciação desse índice, que vem sendo a tônica nos últimos anos (à exceção de 2012, que apontou um crescimento atípico nos últimos meses). Seguindo esta tendência, no mês de dezembro de 2013, a taxa de informalidade chegou a 32,4% (Gráfico 21), diferente da taxa de 34% em dezembro de 2012, se mantendo em patamares bem abaixo do ano anterior (IPEA, 2014a).

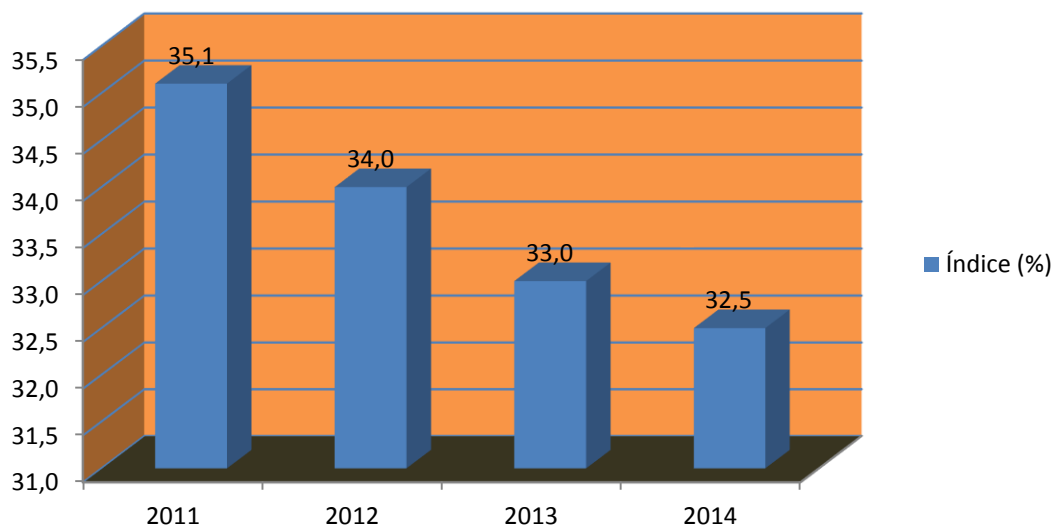
Gráfico 21 - Taxa de informalidade (%), no mês de referência ⁽¹⁾ - Brasil 2010 - 2013

Fonte: Elaboração própria (2015).

O ano de 2014 não foi diferente, visto que a taxa de informalidade média da PO no primeiro quadrimestre ficou em 32,4%, o que mostra uma queda de 0,9 p.p. se comparado ao primeiro quadrimestre de 2013. Mas, é importante salientar que nos primeiros meses de 2014 houve uma mudança na tendência de queda da informalidade que vinha sendo registrada no ano imediatamente anterior. Por conta disso, a diferença entre os índices apresentados em 2014 e os registrados em 2013 foi decaindo mês a mês, chegando a 0,8 p.p. em abril, onde a taxa de informalidade foi de 32,4% (IPEA, 2014b).

O nível de informalidade médio da PO observado em 2014 foi de 32,5% (Gráfico 22), ficando estável ao se comparar com à média do período em 2013. Diferente do que ocorreu nos anos anteriores, a taxa de informalidade oscilou bastante ao longo do ano de 2014 e, mesmo começando o ano de 2015 em um nível acima do ano anterior, houve uma redução significativa no segundo mês do ano ao comprar o mesmo período de 2014 (0,6 p.p.) (IPEA, 2015).

Gráfico 22 - Nível de informalidade médio anual da população – Brasil 2011-2014



Fonte: Elaboração própria (2015).

Mesmo com todo este histórico de diminuição dos índices de Informalidade, Pochmann *apud* OIT (2015) afirma que o Brasil ainda apresenta altos índices de informalidade. Assim sendo, faz-se necessário incrementar políticas que facilitem o acesso ao microcrédito, mecanismos de economia solidária, aperfeiçoamento do regime tributário e aumento do diálogo com os estados, garantia da formalização, que deve ser buscada por meio da qualificação e formação do MEI, por exemplos. Ele complementa: “O Brasil deve continuar crescendo e investindo em políticas de geração de empregos. Sem crescimento econômico é difícil reduzir a informalidade”.

Por fim, feitas as devidas observações sobre o mercado de trabalho nacional e pontuando os números da informalidade, analisar-se-á agora o mercado laboral da cidade de Salvador (Ba) afim de compor mais um capítulo de fundamentação deste trabalho.

4 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR (BA)

Ao se expor, no capítulo 3 o mercado de trabalho brasileiro, desenvolvendo-o a partir de 1980, agora se faz necessário explorar o mercado laboral no âmbito da cidade de Salvador e para tanto é importante uma apresentação da sua formação, evidenciada na primeira seção deste capítulo.

Na segunda seção, apresentam-se informações deste mercado a partir dos anos 2000, dando ênfase para os vendedores ambulantes, que serão objeto de análise da terceira seção, com o estudo de sua história e na última seção, descreve-se o vendedor ambulante e seus aspectos mais atuais.

4.1 A CIDADE DO SALVADOR E O TRABALHO: BREVE RESGATE HISTÓRICO

Percebe-se a importância histórica de Salvador ao se analisar que é uma das mais antigas cidades do Brasil, foi capital do país durante a maior parte do período colonial (meados do século XVIII). Ainda assim, no século XIX, Salvador perdeu a primazia no Nordeste para Recife e viu sua base agrícola no Recôncavo sucumbir (SINGER, 1980 *apud* DURÃES, 2004).

Vale ressaltar que, desde o início do século XX, até 1950, a Bahia e em especial Salvador, foi caracterizada como atrasada industrialmente, bem diferente do resto do país, principalmente no que concerne ao eixo moderno Sul e Sudeste. Com isto, houve um crescimento lento do mercado de trabalho baiano se comparado ao que ocorria no Sul do país, demorando de se consolidar os trabalhos formais e suas formas regulares de assalariamento (DURÃES, 2006).

Em meados de 1940, Salvador era a menos desenvolvida das grandes capitais regionais do Brasil em termos industriais (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife) (SINGER, 1980 *apud* DURÃES, 2004). Até o final dos anos 1940, a economia de Salvador, bem como a do Recôncavo Baiano, permaneceu anexa à evolução de alguns complexos produtivos no estado que exportavam *commodities* minerais e agrícolas. A diversidade baiana de exportação incluía uma gama de itens, mas apenas três produtos se destacavam: cacau, açúcar e fumo (ALMEIDA, 2008).

Esta dependência explicava o pequeno espaço onde a economia estava inserida, visto que a Bahia se especializou em produtos que a oferta mudava com muita frequência, devido ao surgimento de diversos concorrentes: todas as

tentativas de industrialização na Bahia foram superadas por Pernambuco, com a modernização de sua indústria açucareira, por volta dos anos de 1930; a região cacaueteira – o eixo Ilhéus-Itabuna – deslocou seu abastecimento em bens de consumo, de Salvador para o centro e sul do país, fortalecendo laços comerciais diretos com as cidades de Vitória do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Teófilo Otoni e outras cidades mineiras; o desinteresse dos empresários de São Paulo pela cafeicultura a partir de 1930, mudando seus negócios e interesses inclusive pelo açúcar. Quando a produção deste produto paulista começou a crescer, as usinas da Bahia não conseguiram resistir à pressão dessa nova e forte concorrência, baseada em uma tecnologia agrônômica superior (ALMEIDA, 2008).

Ao se reportar ao fumo, deve-se recordar que o complexo fumageiro baiano era formado de três segmentos: uma fumicultura baseada no minifúndio, “armazéns” ligados a casas comerciais de exportação e manufaturas de charutos e cigarrilhas. Com isso, muitos agricultores e operários manuais eram ocupados nestas atividades, fundamentais para a economia de Salvador, e que tiveram seu ápice entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Entretanto, o fumo também caiu em decadência, devido a quatro fatores, conforme Almeida (2008, p.16) apresenta:

1ª) a especialização da fumicultura baiana em tabaco escuro, destinado a charutos fortes, no momento em que a indústria mundial se deslocava para os fumos claros, matéria-prima para cigarros; 2ª) a concentração do crescimento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo, dificultando o acesso das empresas instaladas na Bahia aos principais mercados nacionais para artigos de fumo; 3ª) a vitória do truste anglo-americano do fumo (*British American Tobacco*), produtor de cigarros, na luta pelo mercado brasileiro, entre os primeiros anos do século XX e a década de 1930, truste que optou por desenvolver a fumicultura no sul do país, a partir da compra da Souza Cruz; e, 4ª) as derrotas alemãs nos dois conflitos mundiais, que reduziram a importância da colônia germânica em Salvador e a forte presença das empresas alemãs e de suas redes de relações internacionais na economia baiana.

A decadência da indústria fumageira resultou na liberação de um contingente relevante de mão de obra sem perspectiva de trabalho, originando o aumento de atividades irregulares vinculadas à economia urbana, principalmente, o comércio ambulante. Assim, percebe-se a criação de uma gama de atividades informais, dando início ao processo de heterogeneidade que se configura este segmento de trabalhadores e na relação e insistência destas atividades informais com o crescimento do capital e a conseguinte migração e urbanização (ALMEIDA, 2008).

O mercado laboral informal tornou-se tão expressivo que se tentou estabelecer em 1939, uma representação institucional. Esses trabalhadores conceberam um projeto de Lei prevendo a regulamentação da atividade, conforme se pode ler na matéria do Quadro 6.

Quadro 6 – Matéria informando a regulamentação da atividade de vendedor ambulante

Jornal	Data	Título da Matéria	Trecho da Matéria
Estado da Bahia	1939	Elegância e hygiene por decreto	Os vendedores ambulantes são, muitas vezes, a nota alegre da cidade, tabuleiro à cabeça, cesto seguro pela alça. Os 'remediados', os mais 'progressistas' possuem um animal, um burrinho de carga. De uma forma ou de outra, porém, eles são typos definidos, clássicos, da nossa velha verbe Thomé de Souza. Laranja do Cabula! É doce e é madura! A rima, o chiste, a chalaça, chamam a atenção, atraem os fregueses generosos. [...] Os vendedores ambulantes porém, não ostentam preconceito. Não exibem distintivos capazes de os diferenciar de outras profissões, o que o torna inconfundível é, sem duvida alguma, o espírito folgazão, o bom humor, o sadio optimismo que suas atitudes denotam. Sabe-se, agora, que a profissão do vendedor ambulante vai ser regulamentada. Encontra-se já pronto o ante-projecto, a ser convertido, brevemente, em decreto-lei. Vão eles começar a "existir", deixarão de pertencer a um "typo". Serão classificados, fichados, os nomes nos armários das repartições. Passarão a adquirir carteira profissional no Ministério do Trabalho. Em consequência da regulamentação, vae ser "standartizado" o vendedor ambulante. [...] Pelo menos é o que dá a entender o telegrama a seguir: RIO, 20 (Agencia Nacional) – Está pronto o ante-projecto regulamentando a profissão de vendedores ambulantes em todo o país. Ninguém poderá ser licenciado ambulante sem que possua carteira profissional e bôa conduta. Os vendedores de gêneros alimentícios serão obrigados a usar roupas apropriadas, compostas de uniforme e gôrro, e manter-se em rigoroso asseio, não podendo prestar solidariedade á falsificação de alimentos ou aproveitamento dos que estejam alterados, contaminados ou deteriorados Os receptáculos destinados a mercadorias ambulantes constantes de gêneros alimentícios obedecerão a um typo uniforme, não podendo ter frestas por onde penetrar poeira, quando se tratar de refrescos, sorvete, pães, dôces, balas, bombons e outros gêneros alimentícios.

Fonte: Santos (2010).

O Quadro 6 revela um pouco da atuação do vendedor ambulante de Salvador em 1939. Observa-se que era um trabalhador que com graça e alegria, ganhava a simpatia dos fregueses. Era tão presente e passou a ter um significado tão importante para a economia, que, naquele ano, começou-se a promulgar projetos de lei com o intento de organizar o trabalho nas ruas.

Entretanto, mesmo com a tentativa de regulamentação, observa-se que andando na contramão, existia a continuidade de representações tradicionais sobre

estes trabalhadores que os consideravam à margem da sociedade, “vândalos e selvagens”, e deveriam ser repreendidos pela fiscalização municipal (Quadro 7).

Quadro 7 – Matérias informando a hostilidade da população com o vendedor ambulante (Século XX)

Jornal	Data	Título da Matéria	Trecho da Matéria
Diário de Notícias	13 de julho de 1939	Um “SHOW” selvagem na rua Chile deu a Fiscalização Municipal	Um “show” selvagem na rua Chile, deu a Fiscalização Municipal. Esmurrados os pobres “camelots”. “Não é assim que se combate os infratores das posturas municipais – verberava um homem do povo com ares solenes em moldes de tribuno bahiano, em plena rua Chile. E ele tinha razão.” “Eram mais ou menos 17 horas quando assistimos em pleno coração da cidade, na rua ‘BEM’ da nossa quadricentenária urbe, uma cena de vandalismo, praticada também mais uma vez pela Fiscalização Municipal.” Encontravam-se os prepostos do município no combate aos ‘camelots’, que diariamente desrespeitam e infringem as ‘posturas municipais’. Não há dúvida que devem ser combatidos não só porque comerciam sem a devida observância da legislação municipal, fazendo concorrência ao comerciante devidamente legalizado, como também pelo aspecto do asseio da nossa Cidade, que eles procuram emporcalhar. Mas, nada justifica que sejam os ‘camelots’ submetidos a um tratamento selvagem de sócos, ponta-pés, cassetadas e outras violências, como as que presenciámos ontem. Está aqui feito o reparo, e não se venha amanhã dizer que os jornalistas não sabem o que querem. Nós queremos o cumprimento da lei, mas não pedimos violências, selvagerias.
A Tarde	29 de outubro de 1959	Camelôs espancados protestam	Camelôs espancados protestam. Camelôs que há dias foram espancados por dois fiscais, acompanhados de dois vigilantes municipais, na ladeira de São Bento (local permitido pela Prefeitura para esse tipo de comércio) vieram queixar-se na redação do “A Tarde”. O camelô Geraldo Lopes Teles foi o mais atingido recebendo ferimento numa das mãos, que mostra na fotografia feita quando da vinda dos queixosos a este jornal. Esses métodos – já recomendou o prefeito aos fiscais – já foram há muito tempo superados e não produzem qualquer efeito. Pelo contrário, desgostam a opinião pública.

Fonte: Santos (2010).

Percebe-se então, diante dos relatos apresentados anteriormente, a dicotomia concernente ao tratamento da sociedade acerca dos trabalhadores informais: se de um lado, existiu um esforço de regulamentar a atividade laboral informal em 1939, do outro lado, existiam práticas contínuas de desrespeito dos funcionários municipais, sempre relacionando os informais à desordem da vida urbana, devendo ser alvo de intervenção e fiscalização constante (SANTOS, 2010).

Mesmo com as humilhações que sofriam, o quantitativo de vendedores ambulantes nas ruas não diminuía, visto que, as dificuldades para conseguir um trabalho formal só aumentavam. Bettio (2009) apresenta que em 1950 havia em

Salvador o índice de subempregados e desempregados de 32,1%. Há que se destacar que, no contexto dos anos de 1940 a 1980, o Brasil foi evidenciado pelo fenômeno de urbanização, que culminou na proliferação de cidades e no crescimento das populações metropolitanas, bem como a intensa migração para a cidade de São Paulo convergiu em desemprego, subemprego e pobreza em regiões do Nordeste.

Com o início da exploração de petróleo na bacia do Recôncavo Baiano, no início dos anos de 1950, esta realidade começou a apresentar mudanças, entretanto, o desenvolvimento econômico de Salvador ainda se expressava de forma tímida.

Nem a expansão da soja no Oeste baiano (Barreiras), da cafeicultura no Sudoeste (Vitória da Conquista) e também nos cerrados, da fruticultura irrigada no vale do São Francisco e de algumas outras lavouras mercantis, como o algodão no planalto de Guanambi, a partir dos anos 1980, conseguiram ajudar no desenvolvimento econômico de Salvador. Esses fatores, bem como a falta de uma verdadeira base industrial, numa visão em longo prazo, podem ajudar a explicar as altas taxas de pobreza e desemprego em Salvador na virada do século XX para o XXI (ALMEIDA, 2008).

Na cidade de Salvador da primeira metade do século XX, as atividades de comércio e administração pública eram os principais agentes econômicos. A grande maioria da PEA era formada por descendentes analfabetos de escravos. A modernização foi acontecendo de forma muito lenta, principalmente ao comparar com outras cidades do país, o que atrapalhou o desenvolvimento econômico da capital baiana.

A maior parcela das ocupações era encontrada na prestação de serviços pessoais, no artesanato, na burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio varejista. O movimento comercial era limitado, basicamente, ao fluxo de mercadorias entre Salvador e as cidades menores, por via marítima, concentrando-se no interior do Recôncavo. Não existindo meios de transporte adequados, o comércio entre as cidades de menor porte tinha pouca expressão. Comércio, construção civil pesada (portos e estradas), transporte, crédito e serviços públicos cresciam em função da expansão das atividades agroexportadoras estaduais. Como a expansão dessas atividades era débil, além de cíclica, as cidades baianas não atraíam novos investimentos, nem, por consequência, imigrantes em busca de trabalho. Assim, pouco cresceram no período. (ALMEIDA 2008, p.17).

A realidade econômica da Bahia e de sua capital começou a mudar com a iniciativa de estatais entre os últimos anos da década de 1940 e o final dos anos de 1950, dentre elas a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116) e a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (ALMEIDA, 2008).

A usina em Paulo Afonso aumentou a oferta de energia no Estado, proporcionando a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), um marco na história, visto que era a primeira usina do complexo hidrelétrico, assegurando depois de algumas ampliações, abastecimento para Recife e Salvador. A BR-116 começou a ser construída em 1939 e foi concluída (mas não asfaltada) em 1949. Foi à primeira estrada do Brasil de longo percurso e a primeira grande via terrestre de integração nacional, o que permitiu o rápido desenvolvimento do comércio interestadual bem como o processo de conexão entre a economia regional e o centro industrial do país (ALMEIDA, 2008).

Além disso, é importante salientar que esta via também foi usada massivamente para transferência de mão-de-obra excedente da Bahia para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Com o BNB entrando em funcionamento, em 1954, e a criação da SUDENE, em 1959, ampliou-se a oferta de financiamentos públicos de baixo custo, amortizáveis em longo prazo, capazes de garantir novos investimentos industriais, a modernização das plantas que já existiam e a implantação de infraestrutura urbana (água potável, saneamento, energia, telecomunicações e transporte) (ALMEIDA, 2008).

Mesmo a construção do terminal marítimo de Madre de Deus e a implantação da refinaria Landulpho Alves em Mataripe (RLAM), com todo o desenvolvimento e expansão econômica que proporcionaram, não conseguiram implantar uma base industrial sólida e diversificada, o que resultou numa estagnação econômica em Salvador no decênio 1990-2000, e conseqüentemente, as taxas recordes de desemprego (ALMEIDA, 2008).

É preciso lembrar que a hiperconcentração setorial e da propriedade do capital, nessa indústria, reduziu também seus efeitos indiretos e induzidos. Primeiro, porque sua natureza de “quase enclave” implicou “vazamento” extra-regional da sua própria demanda de insumos; segundo, porque a concentração dos rendimentos do capital reforçou a concentração da renda do trabalho implícita na limitada geração de empregos diretos, com postos

inicialmente bem remunerados, mas acessíveis apenas a uma minoria de trabalhadores qualificados; e, terceiro, porque implicou “fugas” e “vazamentos” extra-regionais do excedente, na medida em que os grandes grupos econômicos envolvidos usaram seus lucros locais para impulsionar seus investimentos em outros estados e países. (ALMEIDA, 2008, p. 27).

Silva (2003) aponta que com as mudanças ocorridas nas indústrias – Centro Industrial de Aratu (CIA) e Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) - e a modernização de seu parque industrial com a implantação de inovações tecnológicas que reduziram ainda mais a mão-de-obra, a questão do desemprego passa a se agravar com a reestruturação bancária e o fechamento de grandes lojas, a exemplo da Mesbla e Pernambucanas, nos anos 1990, tornando-se um problema bastante grave para a economia da cidade.

A incapacidade da indústria baiana de absorver o excedente de mão de obra, bem como a gama de trabalhadores que antes laboravam na agricultura, mas migraram para a zona urbana, reforçaram tanto o crescimento do desemprego, como a expansão de realização de pequenas atividades do comércio no espaço urbano, como a de vendedores ambulantes.

Este excedente, oriundo das constantes migrações do interior do estado para a capital, bem como o rápido processo de industrialização, que se deu a partir dos anos 1950, levaram a cidade a uma grande expansão urbana: Salvador passa de 290.400 habitantes, em 1940, para 655.700, em 1960, e 1.006.400, em 1970 (SANTOS, 2008).

Diante deste fato, grandes mudanças passaram a transformar radicalmente o quadro urbano e o arcabouço comercial de Salvador: avenidas foram construídas nos vales para diminuir os congestionamentos, a estação rodoviária é deslocada a 6 km do centro; a Avenida Paralela é construída, uma via rápida da rodoviária ao aeroporto, o Centro Administrativo da Bahia (CAB) é movido para as margens da Av. Paralela, o primeiro grande *shopping center* do Nordeste, o *Shopping Iguatemi* (atual *Shopping da Bahia*), surge em frente à Rodoviária, em 1975, consolidando esta área como o novo centro soteropolitano (HEINONEN, 2005; SANTOS, 2008).

Com o aumento do número de pessoas ofertando sua força de trabalho, Durães (2004) apresenta a triste realidade da capital baiana ao relatar que Salvador em 1980 possuía mais de 85% da PEA empregada nos setores não primários da economia, a saber, na construção civil e nos diversos ramos do setor terciário, onde prevalecem as atividades de baixa produtividade. Além disso, diversos trabalhadores

que não conseguiam trabalho com carteira assinada, estavam recorrendo ao mercado informal para conseguir renda.

Destarte, percebe-se a formação e o crescimento do setor de serviços e, nele, do comércio ambulante. Este contingente já tinha tomado uma proporção tão grande, que começaram a causar desconforto para a sociedade em alguns pontos da cidade (Quadro 8).

Quadro 8 – Matéria informando a ampliação da atuação dos vendedores ambulantes na cidade de Salvador (Ba)

Jornal	Data	Título da Matéria	Trecho da Matéria
A Tarde	27 de agosto de 1982	Aumenta o comércio de ambulantes na cidade	O grande número de desempregados em Salvador tem provocado o aumento do comércio ambulante na cidade. Aliás, comerciante ambulante é até uma expressão não apropriada, porque eles se estabelecem nas calçadas ou em qualquer local, onde o movimento seja grande e prometa boas vendas. Para os pedestres, eles impedem o trânsito nas calçadas e, para os comerciantes, constituem concorrentes desleais, porque, além de lhes roubarem parte da clientela, não pagam tributações ao estado. Mas, para milhares de migrantes do interior e desempregados, em geral, as banquinhas são uma das poucas alternativas de sobrevivência dentro de um quadro onde o mercado de trabalho se apresenta em grande retração.

Fonte: Santos (2010).

Mesmo com passar dos anos, esta realidade não mudou. Na década de 1990, especificamente em 1998, conforme os dados da PED, 75,6% da PEA de Salvador também estavam alocados nos setores não primários da economia. Em 1998, se dividir o mercado em formal e informal por setor de atividade, notou-se uma relevante participação da informalidade nos diversos setores, visto que, os trabalhadores precisaram recorrer à informalidade como forma de sobrevivência (DURÃES, 2006).

O comércio ambulante, historicamente, tem se consagrado como responsável pela absorção de grande parte da força de trabalho que não consegue integração aos setores mais dinâmicos e modernos da economia capitalista, denominado de mercado formal e a cidade de Salvador de hoje pode ter entre outras conceituações, uma diferenciada: a de capital brasileira do trabalho de rua ou capital da informalidade. Para todos os lados que se olhe na cidade existem trabalhadores de rua (DURÃES, 2006).

4.2 PANORAMA DO MERCADO LABORAL SOTEROPOLITANO A PARTIR DOS ANOS 2000

A trajetória de Salvador é traçada por décadas de estagnação econômica, pela pobreza da sua população e por um processo de modernização excludente que resultou nos problemas de moradia, infraestrutura e na falta de disponibilidade de empregos formais, acontecimentos ocorridos devido à reestruturação consequente do capitalismo.

Como o capitalismo não pretende alcançar o pleno emprego, conclui-se que o EIR é importante para o desenvolvimento deste sistema e sua extinção foge completamente da lógica regida por ele. Assim sendo, mesmo com tantas investidas de uma gama de políticas econômicas, os governos não conseguem controlar o desenvolvimento do desemprego (SOARES, 2008).

Soares (2008, p.54) ao falar de desemprego, ressalta que:

Para se tratar da questão do desemprego é preciso entender a origem e sua funcionalidade para o sistema de capital, uma vez que o desemprego não é produto de um casual descompasso econômico, de um fortuito desequilíbrio econômico, ou voluntário, por parte dos trabalhadores, mas, sim, produto necessário do modo de produção capitalista.

É importante pontuar que Salvador é uma referência urbana importante no Brasil, não só pela sua dimensão populacional, girando em torno dos 3.457 habitantes por km² e 2,4 milhões de pessoas residentes em 2000, o que lhe confere o terceiro lugar entre os municípios capitais, mas, sobretudo, pelo seu mais de 450 anos de história (FERNANDES, 2008).

Estas características fazem com que a cidade seja procurada por muitos trabalhadores que percebem nela uma chance de melhorar de vida, que antes eram alocados na agricultura, mas migraram para a zona urbana, acelerando o processo de urbanização e ocupação da cidade, o que acabou por resultar num elevado excedente de mão de obra, pois o sistema industrial é incapaz de absorver todos.

Além disso, a alta do desemprego em Salvador pode ser explicada quando são considerados também alguns fatores presentes no âmbito desta oferta de trabalho. Almeida (2008) traz que em Salvador a proporção de recém-imigrados na PEA (imigrantes com menos de 3 anos de moradia) vem diminuindo. Além disso, revela uma proporção de recém-imigrados de 7,2%, no estudo de 1997-1998, e de 6,1% no de 2003-2004. Percebe-se ainda o aumento da participação das mulheres

na força de trabalho: em Salvador, de 44,6% em 1987-1988, para 48% em 2003-2004.

Observa-se também o rápido aumento da quantidade de jovens e adultos jovens em busca de trabalho. Em Salvador, as faixas de trabalho de idade da população total eram de 10 e 24 anos em 1997-1998, e entre 15 e 29 anos em 2003-2004, reunindo, respectivamente, 33,5% e 32% da população local em cada um dos períodos. Vale salientar que no intervalo de 2003-2004, 45% da força de trabalho da capital baiana estava na informalidade (ALMEIDA, 2008).

Concernente ao mercado de trabalho soteropolitano, Borges (2003) *apud* Borges e Carvalho (2012) aponta que ao final da primeira década do século XXI persistiam as características que historicamente marcaram este mercado, recebendo reforço da reestruturação produtiva dos anos 90:

Elevado desemprego (13%), que embora declinante durante a década ainda se mantém entre os mais elevados do país; largos contingentes na informalidade, mesmo com a expansão da economia e dos empregos com carteira assinada (17,6% empregados sem carteira, 18,7% conta própria e 1,1% não remunerados); forte participação das atividades de Serviços e do Comércio na ocupação total (82,7%), com os Serviços Domésticos respondendo, isoladamente, por cerca de 9,1% desse total. Finalmente, as ocupações mais bem remuneradas são em número bastante reduzido - apenas 6,4% dos ocupados alcançava a classe de rendimento de 10 ou mais salários mínimos considerando a soma de todos os trabalhos - encontrando-se a maioria (68,9%) na faixa de até 2 salários mínimos de rendimento mensal sendo que 39,4% ganhava, no máximo, até um salário mínimo. Trata-se de indicadores de um mercado de trabalho marcado pela pobreza da maior parte das ocupações que gera e, que por isso mesmo, se constitui em um dos principais mecanismos de reprodução da pobreza e da desigualdade no município da capital. (BORGES, 2003 *apud* BORGES; CARVALHO, 2012, p. 6- 7).

Percebe-se que estes fatos quando somados, contribuíram para a redução da capacidade econômica de gerar empregos em Salvador, o que acaba por provocar a criação de atividades alternativas por parte dos trabalhadores, com baixa produtividade, normalmente informais, mas que pudessem ajudar a suprir a necessidade das famílias.

Organista (2013) relata que no ano 2000, 48,7% dos trabalhadores ocupados em Salvador estavam inseridos no contexto da informalidade. Com o índice de desempregados tão alto e, em concomitante, com o número alto de pessoas com espírito empreendedor²⁷, cresce também o número de empreendimentos informais.

²⁷ O fenômeno do empreendedorismo tem sido apontado como altamente relevante para o crescimento econômico, a produtividade, a inovação e o emprego. Greco *et al* (2010) na publicação "Global Entrepreneurship Monitor (GEM)" informa que o Brasil é o segundo país mais empreendedor do mundo, perdendo apenas para a China.

Almeida (2008) expõe que segundo a PED, a taxa de desemprego aberto em Salvador saltou de 15,7% nos anos de 1987-1988, para 21,8% em 1997-1998, e 26,0% em 2003-2004. Esta triste realidade mostra que no início do século XXI, após meio século de “industrialização”, um em cada quatro soteropolitanos estava sem ocupação. De acordo com o IBGE (2009), em 2002, 265 mil trabalhadores em Salvador faziam parte do setor informal. Conforme Gomes (2008), em 2007 na RMS, mais 17 mil pessoas apostaram a sobrevivência no trabalho sem carteira assinada, formando 532 mil ocupados na informalidade.

Entre 2002 e 2009, os grandes números mostram que o mercado de trabalho apresentou um comportamento diferente do visto na década anterior sob diversos aspectos: a PO cresceu mais do que a PEA (2,6% a.a. e 2,4% a.a., respectivamente), entretanto esse crescimento não foi homogêneo em todo o país. Nos mercados de trabalho metropolitanos, o ritmo de crescimento da PO variou bastante, sendo mais elevado (4,4% a.a.) o da Região Metropolitana de Salvador (RMS), que exhibe, historicamente, as maiores taxas de desemprego no cenário metropolitano, alternando com Recife essa posição. Pode-se observar também um incremento de empregos formais elevado na RMS (53,3%), contudo ainda permanece nessa região, o crescimento percentual de empregados sem carteira (24% entre 2002 e 2009), ressaltando a sinalizando para a tenacidade da precarização como ponto estrutural do mercado de trabalho laboral local, com destaque de 24,2% de aumento no percentual de ocupados por conta própria. Apesar do aumento do chamado "emprego formal" em 2009, mais da metade da PO residente em áreas urbanas ainda ocupava postos de trabalho socialmente desprotegidos, o que traduz os limites da recuperação de empregos do mercado de trabalho (BORGES, 2010).

Mesmo com o aumento do emprego formal, os índices de empregados sem carteira assinada e por conta própria ainda eram altos nos anos 2009 e 2011 na RMS (Tabela 22). Entretanto, podemos perceber que ambos apresentaram declínio, fato esse que também pode ser usado para corroborar com a afirmativa do crescimento do emprego formal.

Tabela 22 - Participação (em %) dos empregados sem carteira assinada e por conta própria na ocupação total - RMS – 2009/2011

	Sem carteira	Conta própria
2009	20,0	21,4
2010	19,4	21,6
2011	17,5	19,9

Fonte: IPEA (2012).

Outro indicador que apresenta informações sobre o mercado laboral é o Índice de Qualidade do Mercado de Trabalho (IQMT)²⁸, que por sua vez, vem apresentando melhorias, chegando em fevereiro de 2012 a marca de 0,671 para a RMS. Este resultado é o melhor resultado para o referido mês desde 1996, indicando uma melhora das condições de funcionamento do mercado de trabalho na região. A Bahia gerou um saldo de 11.159 postos de trabalho no segundo trimestre de 2012, entretanto, do conjunto das movimentações no trimestre, a RMS foi responsável pela eliminação de 2.033 postos de trabalho formal no estado. Portanto, nesse mesmo período o interior do estado teve a maior participação no saldo, com 13.192 postos gerados (SEI, 2012).

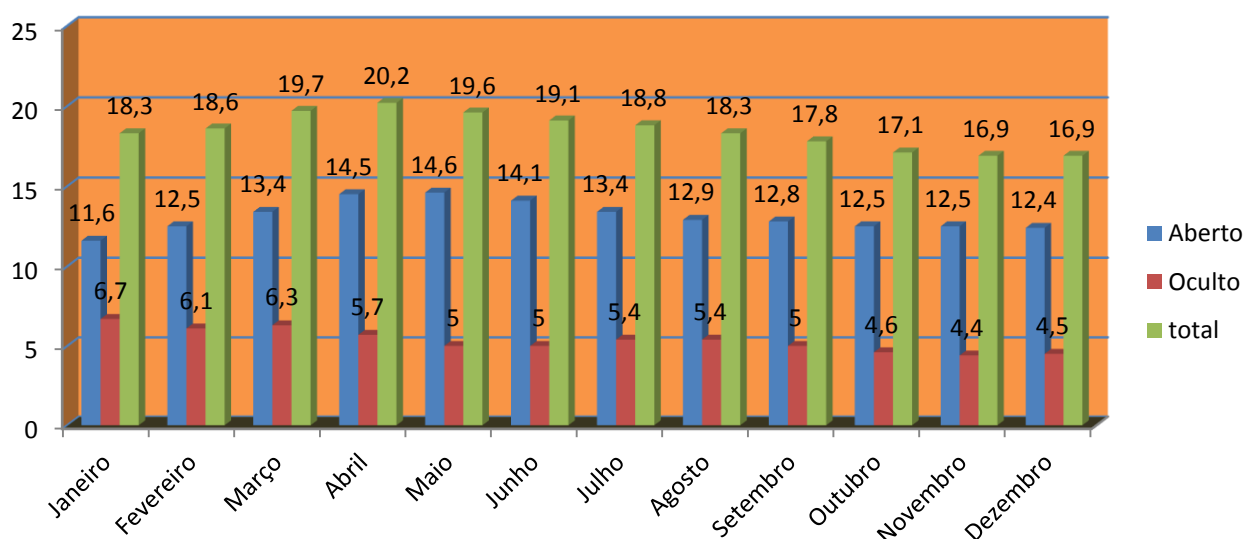
De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2013), na análise comparativa da média entre os primeiros semestres de 2012 e 2013 na RMS, a taxa de atividade aumentou para 1,4 p.p.. Entre as Regiões Metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), destaca-se a RMS, que obteve o crescimento de 5,1% ao se comparar o desempenho médio da ocupação do primeiro semestre de 2013 com valores médios do mesmo período em 2012. Isso nos permite dizer que a hipótese que as taxas de informalidade e de desocupação estão caindo e o nível de atividade e do rendimento aumentando é verdadeira.

É importante destacar que em 2012, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (2012), Salvador ficou em 6º lugar no *ranking* de evolução do emprego formal em municípios com mais de 30.000 habitantes do estado da Bahia, com 23.428 admissões, 23.215 desligamentos, obtendo um saldo de 213 vagas de emprego e com a variação relativa de 0,03%. Neste mesmo período a RMS registrou acréscimo de 954 empregos formais (+0,11%).

²⁸ Indicador desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para avaliar a evolução das condições do funcionamento do mercado de trabalho. Assume valores que variam entre zero e um, onde os resultados mostram deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho ao se aproximarem de zero e melhoria ao se aproximarem de um.

Assim sendo, está havendo uma mudança nos índices que compõem o mercado de trabalho. É interessante relatar os últimos dados estatísticos apresentados pela PED da RMS (2013), sobre a configuração do mercado de trabalho local. A taxa de desemprego total (soma das taxas de desemprego aberto²⁹ e oculto³⁰) vem diminuindo gradativamente, chegando em outubro/2013 aos índices de taxa de desemprego aberto de 12,5% e a de desemprego oculto, de 4,6%, os menores desde o início do ano de 2013 (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Taxas de desemprego por tipo - RMS - 2013



Fonte: PEDRMS (2013).

Em dezembro de 2013, a taxa de desemprego total da RMS permaneceu estável e se manteve no menor nível observado em todo o ano de 2013: 16,9%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto ficou relativamente estável, ao passar de 12,5%, em novembro, para 12,4%, e a de desemprego oculto passou de 4,4% para 4,5%.

De acordo com a PED (2013), em novembro de 2013, o contingente de desempregados foi calculado em 317 mil pessoas, 5 mil a menos que no mês

²⁹ Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias (SEADE, 2014).

³⁰ Caracterizado de duas formas: 1. Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste. 2. Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (SEADE, 2014).

anterior e em dezembro de 2013, foi estimado em 315 mil pessoas, 2 mil desempregados a menos que no mês anterior. Diante do exposto, pode-se perceber que houve uma redução significativa das taxas de desemprego.

Entretanto, mesmo com redução, o índice de desemprego ainda é alarmante. Para estes trabalhadores, uma saída é adentrar no mercado laboral informal a fim de conseguir recursos para o sustento dos seus.

Um dos fatores que auxilia na compreensão da grandeza da informalidade é a composição da renda de uma parcela significativa dos trabalhadores. O retrato da pobreza em Salvador dos anos 2000 também se evidencia quando o olhar se volta para o rendimento médio anual da população. Carvalho (2008) verbaliza que no referido ano, 26,6% da PO na capital baiana recebia um rendimento médio anual de até um salário mínimo; 54,8%, de até dois salários mínimos; 67% ganhavam até três salários e somente 33% ganhavam acima desse valor.

Numa época mais recente, auferindo o rendimento médio real dos ocupados (assalariados e autônomos) percebe-se que no mês de outubro de 2013, o rendimento médio real pouco aumentou tanto para os ocupados (0,9%), quanto para os assalariados (0,6%). Seus valores passaram a equivaler R\$1.172 e R\$1.251, respectivamente. Os assalariados do setor privado sem carteira assinada ganharam menos que os trabalhadores autônomos no período analisado, entretanto, os autônomos, apesar de terem alcançado uma média de renda maior que os assalariados sem carteira, apresentam um resultado muito inferior à média do total de assalariados. Em novembro de 2013, os autônomos registraram uma renda de R\$ 921,00. Ainda assim, este grupo apresentou um crescimento gradativo da renda entre novembro de 2012 e novembro de 2013 de 10,2% (Tabela 23).

Tabela 23 - Rendimento médio real⁽¹⁾ dos ocupados, assalariados, segundo categorias selecionadas e dos trabalhadores autônomos e as variações percentuais - RMS - Novembro de 2012 e Novembro de 2013⁽²⁾

Categorias Selecionadas	Rendimentos (em reais de Nov. 2013)			Variações (%)	
	Nov. 2012	Out. 2013	Nov. 2013	Nov. 2013 Out. 2013	Nov. 2013 Nov. 2012
Total de Ocupados	1.136	1.161	1.172	0,9	3,2
Total de Assalariados ⁽³⁾	1.245	1.243	1.251	0,6	0,5
Setor Privado ⁽⁴⁾	1.092	1.116	1.121	0,5	2,6
Indústria de transformação ⁽⁵⁾	1.497	1.496	1.407	-5,9	-6,0
Comércio e reparação de veículos ⁽⁶⁾	916	954	949	-0,6	3,5
Serviços ⁽⁷⁾	1.049	1.070	1.087	1,6	3,6
Com carteira assinada	1.161	1.190	1.189	-0,1	2,4
Sem carteira assinada	655	645	642	-0,4	-1,9
Setor Público	2.120	2.125	2.127	0,1	0,3
Trabalhadores Autônomos	836	947	921	-2,7	10,2

Notas: (1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. (3) Inclui os que não sabem a que segmento pertence a empresa em que trabalham. (4) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); construção (Seção F); organismos internacionais e outras instituições de gestão extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

Fonte: PED (2013).

Ainda assim, para uma análise mais precisa dos fatos é importante averiguar a distribuição dos ocupados na RMS tomando como base a posição por ocupação, de forma a salientar outras considerações importantes destes resultados (Tabela 24).

Tabela 24 - Estimativa dos ocupados por posição na ocupação - RMS- Trimestre de Outubro de 2012 a Dezembro de 2012 e Trimestre de Outubro de 2013 a Dezembro de 2013

Posição na Ocupação	Estimativa (em mil pessoas)					
	Out. 2012	Nov. 2012	Dez. 2012	Out. 2013	Nov. 2013	Dez. 2013
Total de ocupados	1.536	1.562	1.555	1.559	1.560	1.549
Total de assalariados ⁽¹⁾	1.028	1.059	1.064	1.054	1.053	1.062
Setor privado	868	895	900	909	905	907
Com carteira assinada	736	761	774	786	785	795
Sem carteira assinada	132	134	126	123	120	112
Setor Público	160	166	165	145	148	155
Autônomos	319	317	306	321	317	296
Domésticos	123	127	123	125	123	124
Outros ⁽²⁾	66	59	62	59	67	68

Notas: (1) incluem os que não sabem a que segmento pertence a empresa em que trabalham. (2) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.
Fonte: PEDRMS (2013).

O mercado de trabalho na RMS apresenta uma característica própria. Conforme dados da PED (2013), em dezembro de 2013, 19,10% dos ocupados que exerciam alguma forma de trabalho autônomo, 7,23% são assalariados do setor privado sem carteira assinada e 8% são empregados domésticos. Destarte, levando em conta a natureza destas ocupações, se pode dizer que 34,33% da PEA da RMS em dezembro de 2013 está baseada em algum tipo de trabalho descrito, em alguma medida, como informal.

Entretanto, o que se pode observar dos números apresentados acima é uma redução gradual da informalidade, pois nas três posições de ocupação apresentadas (autônomo, assalariado do setor privado sem carteira assinada e domésticos) os números vêm diminuindo gradativamente. Os autônomos, por exemplo, tem seus índices apresentados de forma decrescente, reduzindo de 20,76% em outubro de 2012 para 19,10% em dezembro de 2013. Assalariados do setor privado sem carteira seguem também em decréscimo. Vale ressaltar o crescimento de

trabalhadores com carteira assinada, que registrou um aumento de 47,91% em outubro de 2012 para 51,32% em dezembro de 2013.

É importante ressaltar que entre os anos 2013 e 2014, houve um decréscimo na população feminina desempregada de 201 mil para 181 mil, sendo que a PEA feminina é de 898 mil. No mesmo período, ocorreu um acréscimo na quantidade de homens desempregados de 140 mil para 144 mil, sendo que a PEA masculina é de 972 mil. Os números apontam que o desemprego entre as mulheres caiu 20,2% e entre os homens, a queda foi de 14,9% no período em questão (MENDES, 2015). Mais uma vez as pesquisas indicam o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mendes (2015) ainda relata que ao se tratar de número de empregados, o quantitativo de mulheres com ocupação subiu de 701 mil para 717 mil entre 2013 e 2014, enquanto para os homens, houve uma elevação de 819 para 828 mil, no mesmo período. Mesmo com todo o crescimento no índice de emprego feminino, os homens ainda estão em maior número, com diferença de 111 mil postos de trabalho.

Apesar da melhora apresentada em índices anteriores, Salvador apontou um saldo negativo de emprego preocupante: Em outubro de 2014 foram 30.283 vagas a menos que no mês anterior, resultado de 1.718.373 admissões e 1.748.656 demissões. Este é o pior saldo para meses de outubro desde 1999 (FALCÃO, 2014).

Estes são resultados das grandes transformações que a sociedade contemporânea tem participado nas últimas décadas, tanto pelo padrão da acumulação globalizada, quanto pela reconfiguração dos papéis do Estado no âmbito de sua função de proteção social, com enormes efeitos sobre o padrão de dessocialização dos trabalhadores e da economia como um todo. Esse processo é notado pela tendência à precarização das relações de trabalho, bem como no crescimento dos índices de desemprego, além do aumento dos níveis de pobreza e da informalidade das relações de trabalho.

Os fatores expostos anteriormente corroboram com a afirmativa que é crescente o número de pessoas que saem do trabalho como empregado e se dispõem a abrir seu próprio negócio. Muitas vezes, isso ocorre devido a não satisfação com os salários, entretanto, o que muitos destes trabalhadores não possuem é um negócio formal à luz do Estado, pois não praticam a cidadania Constitucional, por não declararem renda e não desempenharem uma identificação profissional (BITTENCOURT; GOMES, 2012).

Além disso, ainda tem os profissionais que após anos de trabalho com carteira assinada são demitidos e por encontrar dificuldades de nova inserção no mercado de trabalho formal, decidem ir para a informalidade para garantir a sobrevivência da família. Sobre isso, Anjos *et al* (2008, p.65) explanam:

A Secretaria dos Serviços Públicos (SESP) estima que existam cerca de 10.600 ambulantes licenciados na capital baiana, mas essa quantidade pode triplicar se considerarmos os vendedores não-legalizados [...] Liberdade, Iguatemi, Avenida Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros e Feira de São Joaquim são os locais que concentram a maior parcela dos trabalhadores informais da cidade.

Verifica-se que os vendedores ambulantes estão por todos os lugares na cidade de Salvador. Percorrendo as ruas com suas guias ou com suas barracas fixas em um local, vendem os mais diversos produtos. A mercê das intempéries do tempo, ou seja, mesmo sob forte chuva ou sol, estes trabalhadores movimentam diariamente o mercado informal da capital baiana. Mas o clima não é o único problema enfrentado por eles: o preconceito da população, a burocracia na busca pela legalização e uma rotina desgastante também são barreiras que tornam o trabalho deles um desafio diário (BITTENCOURT; GOMES, 2012).

Silva (2003) contextualiza que Salvador, como sendo uma cidade tropical e litorânea, disponibiliza características que ajudam a realização de atividades informais ao ar livre. As praias retratam locais em potencial para a atividade informal, aumentando a renda daquelas pessoas que trabalham nestas regiões costeiras. Pode-se analisar também que, com as demissões em massa que ocorreram neste período, pessoas com um alto grau de experiência e conhecimento também precisaram recorrer às vias alternativas oferecidas pelo mercado informal para sobreviver. Destarte, Silva (2003, p.71) afirma que:

Uma nova realidade começou a despontar na informalidade nos anos 90; trata-se de um novo perfil de trabalhadores informais, bem como o surgimento de novas atividades informais, tanto inovadoras quanto atividades tradicionais reformuladas ou até mesmo modernizadas, que passam a configurar um cenário ainda mais heterogêneo para a informalidade.

Assim sendo, o cenário do mercado informal do Salvador passou de exclusivamente constituído de pessoas pobres, sem experiência ou sem acesso a educação de qualidade que vivem à margem da sociedade para incluir pessoas com experiência no mercado e alto grau de qualificação profissional. Esses pontos característicos dos novos informais são fatores de grande importância para o sucesso do negócio. Se por um lado a escolaridade amplia a visão comercial e

capacidade de compreender as mudanças do mercado, bem como distinguir os nichos, por outro lado, o tempo de experiência indica o nível de conhecimento do negócio (ALMEIDA, 2008).

Silva (2003) complementa o raciocínio quando afirma que os trabalhadores passam a desenvolver atividades informais, mesmo que temporariamente, originando um fluxo que pode ser nomeado de novo circuito da informalidade em Salvador. Esses novos entrantes passam a tecer uma realidade diferente para a informalidade no final do século XX e início do século XXI. Embora também movidos pelo desemprego, esses novos trabalhadores encontram na informalidade uma saída através das novas ocupações, totalmente articuladas com a demanda do mundo moderno.

Além disso, diante da gama de atributos e *expertise*, esses novos informais obtêm rendimento maior do que se estivesse em uma empresa capitalista. Destarte, observa-se que a remuneração do trabalhador informal não está associada a baixos níveis de renda. O que a determina é o tipo de atividade ou produto oferecido, custos para a produção e o público alvo.

Nesta esteira de pensamento, Lemos (2015) relata que o núcleo mais tradicional do trabalho informal da cidade de Salvador é composto por trabalhadores por conta própria ou autônomos, se tornando moderno, pela inserção dos novos informais e ao passo que já não é mais sinônimo de pobreza e de pessoas à margem da sociedade, somente. Agora, o trabalho na informalidade faz parte de uma estratégia de inserção social para um grupo bem seletivo com condições peculiares.

Segundo Almeida e Azevedo (1999), o mercado de trabalho informal de Salvador pode ser caracterizado partindo da identificação de três segmentos definidos com base na distribuição da renda: informais excluídos, informais incluídos e informais integrados. Enquanto no primeiro, a informalidade estaria correlacionada à pobreza e a exclusão social (vendedores ambulantes); no segundo, ela aponta atividades informais com melhores níveis de renda (motorista); enquanto que no último segmento, a informalidade se apresentaria relacionada aos altos rendimentos (consultor financeiro).

Observou-se que, diante das mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho, os indicadores necessários para o adequado entendimento desta dinâmica precisam ser estudados, em especial, concernente aos vendedores ambulantes.

Para que isto ocorra, inicialmente é importante entender o surgimento de tal atividade e o seu grau de importância para economia soteropolitana. Estes aspectos serão apresentados na próxima seção.

4.3 O VENDEDOR AMBULANTE: ASPECTOS INICIAIS

A cidade de Salvador, a mais antiga cidade brasileira, fundada em 1549, foi durante três séculos a aglomeração urbana mais importante e mais populosa, além de possuir o principal porto do país. No século XIX, Salvador foi considerada como uma estrutura econômica essencialmente agro mercantil, visto que era baseada na produção monocultural de produtos primários e de sua exportação para mercados no exterior, mas que, no decorrer do período entrou em processo de declínio econômico primordialmente pela decadência do regime de produção açucareira do Recôncavo baiano (DURÃES, 2006).

A Salvador do final de século XIX pode ser caracterizada como uma cidade portuária, que vivia de um comércio (sociedade agrário exportadora) onde seus trâmites eram essencialmente realizados por negros e mestiços. Uma cidade abarrotada de carregadores, marítimos, ganhadores/as e uma gama de trabalhadores de rua.

Apesar dessa movimentação, era dívida por interesses distintos, medida pela relação de dominador-dominado. Tinham-se então dois extremos, o branco dominante, sempre associado ao desenvolvimento social e econômico, e o negro³¹ dominado, à margem da sociedade e controlado o tempo todo. Em 1835, a população de Salvador chegou a 71,8% de negros, dando a ela o título de a cidade com maior presença de negros do Brasil (DURÃES, 2006).

Falando da composição étnica da cidade de Salvador, Durães (2006, p.73) verbaliza que:

A população de Salvador em 1835 é estimada em 65.500 pessoas, dessas 42% eram escravos e 58% livres (brasileiros e europeus brancos) e libertos (cabras, mulatos, crioulos e outros mestiços). Havia, portanto, uma *maioria de livres e libertos na Bahia*, a qual provavelmente se estendeu ou até se expandiu com a proximidade da abolição, pois muitos escravos foram libertados ou alcançaram a alforria mesmo antes de 1888. Essa população

³¹ Ser de cor preta era ser taxado de inferior, sujo, africano, prevalecendo o tom pejorativo. Isso foi vivido e vivenciado, em especial, nas ruas do Rio de Janeiro e de Salvador, pois naquele contexto essas duas cidades eram ocupadas por negros que labutavam e resistiam na lida diária das ruas (DURÃES, 2006, p. 47). Esta realidade nos retrata uma contradição, pois, o negro é componente essencial da formação do país, visto que, foi a base do sistema colonial.

era composta por uma mistura étnica e racial diversa. A sociedade baiana era um emaranhado de situações sócio raciais e étnicas (negro, cabra, mulato, crioulo, português...). No início do século XIX (1835), houve um predomínio de negros e mestiços (africanos e, depois, brasileiros) na população baiana, chegando a um percentual de 71,8%, algo que caracterizou e ainda caracteriza Salvador como a cidade com maior presença de negros do Brasil.

A presença dos negros era tão forte e expressiva na cidade que, em visita a Salvador, no ano de 1859, o viajante e médico alemão Robert Avé-Lallermant, fez o seguinte comentário a respeito da cidade:

Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros da Bahia são negros. (AVÉ-LALLERMANT, 1980 *apud* DURÃES, 2006, p.75).

Negros estes que faziam todo o tipo de trabalho e movimentavam a economia da cidade, seja para carregar ou descarregar os navios, conduzir as mercadorias para os respectivos estabelecimentos comerciais e até para levar pessoas de um lugar para outro, em cadeiras de arruar, sem deixar de citar as movimentações dos engenhos de açúcar, principal atividade econômica da Bahia na época.

Com tudo isso, o negro ainda era perseguido, vigiado e humilhado, o que caracteriza uma contradição, posto que o trabalho do negro era de suma importância, mas que pode ser facilmente entendida quando se analisa que o poder econômico e as classes mais altas da sociedade soteropolitana eram compostos por brancos.

Theodoro (2005) cita que cidades como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Luís, quatro das mais importantes cidades do século XIX, concentravam uma gama muito grande de escravos. Eram eles os responsáveis pela maior parte dos serviços realizados.

Mattoso (1992) *apud* Barbosa (2012) ressalta que a rua era um local de comer e beber e por isso desde as primeiras horas do dia que já se podiam ver as “negras ganhadeiras³²” preparando canjica, mingau de tapioca, açaças bem quentes de farinha, arroz e milho, arroz com carne-seca, inhame cozido, entre outros.

³² Negras que vendiam seus produtos, mas eram obrigadas a dar uma parte do valor aos seus senhores.

Deste modo, o panorama das ruas de Salvador no final do século XIX era desordenado, composto por, de um lado, o controle dos brancos sob os negros, prisões sem motivo aparente, e por outro, vadiagens, chalaças, capoeira, além de resistências dos negros a soberania branca (DURÃES, 2006).

Na paisagem urbana era clara a identificação de pobres e pretos, homens e mulheres livres, libertos mendigos e cativos que conheciam e viviam vagando, se caracterizando como parte da estrutura sócio espacial da cidade. Os trabalhadores das ruas eram negros e mestiços, descendentes diretos dos africanos (via escravidão). Muitos eram libertos e exerciam atividades nas ruas como forma de sobrevivência (DURÃES, 2006).

Corroborando com o exposto acima, Durães (2006, p. 30), nos traz que:

A rua representa um momento do reino do possível e não do reino da escolha, isto é, ingressar nas fileiras do trabalho de rua, principalmente no século XIX, era a maneira possível do indivíduo negro, mestiço ou até de alguns brancos pobres se auto reproduzirem socialmente. Para a maioria destes e destas, ali inseridos, não havia outras possibilidades diante de uma sociedade guiada pela elite branca, que estigmatizava o ser que trabalhava manualmente como pertencente a uma corja de pretos racialmente inferiores e africanos. Assim, sua única saída era a rua, era mover a cidade de canto a canto, ocupando-a, integrando-se e resistindo, na medida do possível em um contexto estranho e ameaçador, que com o tempo passa a ser modelado e reconfigurado pelos próprios trabalhadores (as) de rua.

Com a falta de oportunidade, existia uma forma muito peculiar de ganhar a vida dia a dia. Os “ganhadores” ficavam registrados em pontos de aglomeração de ganhadores à espera de trabalho (denominados de canto). Inicialmente eram apenas homens que exerciam a função de carregadores, mas com a decadência da economia açucareira e do tráfico de africanos para o Brasil, ocorridos principalmente em 1870, profissionais como pedreiro, marceneiro, ferreiro, padeiro, dentre outros, e até mulheres passaram a serem ganhadores também. Os homens tinham por ofício serem carregadores, enquanto as “ganhadeiras” percorriam as ruas das cidades, de canto em canto e ocupavam os espaços com tabuleiros vendendo quitutes, hortaliças, verduras, peixes, frutas e uma gama de iguarias de origem africana (DURÃES, 2006).

Diante desta configuração, às mulheres negras tiveram um papel importante, pois eram as escravas de ganho e vendedeiras³³. Vale ponderar que o sistema de

³³ Diferente das ganhadeiras, as vendedeiras eram negras libertas que não precisam dividir o valor ganho com a venda de produtos.

ganho³⁴ era a característica marcante nas relações escravistas nas ruas de Salvador. Mesmo não integrando um grupo homogêneo, elas conseguiam se instalar no comércio urbano, retirando desses negócios o suficiente para a sua sobrevivência e de seus familiares e algumas até alcançavam certa prosperidade.

Além das ganhadeiras e vendedeiras que viviam perambulando e vendendo coisas pelas ruas da cidade de Salvador de finais do século XIX, existiam também os mercadores que também podem ser caracterizados como ganhadores, visto que também eram vendedores ambulantes que vendiam uma gama de produtos, ganhando o sustento dia a dia. Esta movimentação de negros e mestiços pelas ruas começou a não agradar a elite branca e a repressão passou a ser uma constante na vida destes trabalhadores. Soares, (1994) *apud* Durães (2006, p.79, 80) mostra que:

Devido ao fato deles fazerem seu trabalho de maneira itinerante ou fixarem-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites [de negros e mestiços, de passado conflituoso]. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX, levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais.

Como o controle era exercido totalmente pelos brancos, a polícia era quem mandava e desmandava nas ruas. Assim, para ir preso apenas fazia-se necessário estar na rua e ser negro, mestiço ou então estar inserido em atividades ditas pelos brancos como perigosas. O comum era prender uma pessoa apenas por suspeita, sem provas, mas apenas pelo desejo de algum chefe de polícia ou de alguma figura importante da cidade, o que dificultava ainda mais a vida dos trabalhadores de rua (DURÃES, 2006).

Ainda assim os trabalhadores das ruas demonstravam, em alguns momentos, que preferiam conquistar dia a dia seu sustento à viver como escravo ou trabalhando para os outros, controlados pelo Estado. Pensavam então, que o trabalho livre era o caminho da dignidade e moral humana, principalmente para o liberto, os imigrantes e os subalternos em geral. Como os trabalhadores de rua faziam o próprio “horário de trabalho”, sempre havia tempo para o lazer, as festas, a capoeira e as conversas (DURÃES, 2006).

³⁴ No sistema de ganho, os escravos eram obrigados a dar a seus senhores um valor acordado anteriormente, em um contrato informal estabelecido entre eles. O que excedesse deste valor era propriedade do escravo. O escravo de ganho assumia um papel diferente dos demais escravos na sociedade. Primeiro, tinha direito a receber uma parte do fruto do seu trabalho. Segundo, podia circular livremente pela cidade.

Portanto, mesmo com todos os dissabores, existiam pessoas que preferiam viver destas atividades incertas, perigosas e incontroladas das ruas, conquistando ali momentos de liberdade e de satisfação a ter que sujeitar-se aos rigores do trabalho escravo ou ao regulador trabalho assalariado.

Vale salientar o significado das ruas na cidade de Salvador no fim do século XIX. A rua era o ponto central da cidade. Era nela que tudo ocorria, seja na movimentação dos portos, com entrada e saída de mercadorias, seja ela ponto para repressão (prender, castigar, açoitar negros/escravos em pelourinhos), ou ainda para trabalhar, bem como simplesmente para descanso dos trabalhadores de rua. Um espaço aberto de festejos coletivos (lavagens, comemorações religiosas diversas) feitos pelos negros da mesma maneira que servia de palco para os passeios da elite branca. Com esta gama de atributos, não é difícil imaginar a intensa movimentação diária nas ruas de Salvador, assim como seu potencial comercial.

A rua continuou sendo palco principal de todos os acontecimentos da cidade, mesmo com o início dos trabalhos feitos por escravos libertos. A referência inicial da transição para o trabalho livre foi dada pela abolição do tráfico de escravos no ano de 1850, bem como, a Lei do Ventre Livre de 1871, resultado de um acentuado debate sobre o fim da escravidão e o futuro da economia baseado no trabalho livre (THEODORO, 2005).

Esta situação vai culminar, em paralelo, ao aumento da população de “livres e libertos” que não está contida no binômio senhor-escravo, e que não conseguiam se encaixar em qualquer atividade, estando então em situação de privação de trabalho. Com o término da abolição da escravatura, a venda na rua era uma das poucas alternativas que os alforriados e não alforriados se deparavam para sobreviver.

Com o fim da escravidão e o movimento de imigração europeu, houve uma nova configuração do perfil de ocupação da força de trabalho não só em Salvador, mas no Brasil como um todo. A mão de obra imigrante chegou e se ocupou da produção do café e uma parte da população liberta, que eram escravos, se uniu a esta gama de homens livres, dedicando-se (em sua maioria) a economia de subsistência³⁵, a alguns ramos assalariados e pequenos serviços urbanos (BETTIO, 2009).

³⁵ É baseada na agricultura ou pecuária e que apenas serve para sobrevivência da família ou grupo social do entorno, seu alimentar e vestir, sem produzir remanescente para ser comercializado.

Bettio (2009, p.782) destaca que:

O surgimento do mercado de trabalho, ou a ascensão do trabalho livre, como base da economia foi acompanhada pela entrada significativa de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas, esse processo vai dar origem ao que algumas décadas mais tarde se denominarão “setor da informalidade”.

Na segunda metade do século XIX, a mão-de-obra imigrante passa a substituir a mão-de-obra escrava, em especial nos centros mais dinâmicos da economia brasileira. No início as regiões produtoras de café, principalmente no Oeste Paulista, que recebeu um contingente grande de migrantes europeus. Após 1874, a substituição do trabalho escravo foi acontecendo cada vez mais rápida (THEODORO, 2005).

Falando em urbanização e dos problemas sobre o excesso de concentração de população em algumas cidades, a complexidade foi maior a partir de 1930. Contudo, pode-se analisar que já no findar do século XIX, houve o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, fator que resultou do acúmulo de ex escravos. Nesta época, já proliferavam nas grandes cidades as favelas, onde os pobres faziam suas precárias moradias. Sobre os primeiros anos de trabalho livre no Brasil, em 1890, a população total era de 16,5 milhões de habitantes, dos quais 1,1 milhão eram de imigrantes. Nos anos subseqüentes, até 1920, observa-se à intensificação da industrialização e do crescimento urbano desordenado, sem maiores mudanças no perfil da mão-de-obra absorvida (THEODORO, 2005).

Nessa direção, observa-se que o mercado formal não conseguiu absorver toda a PEA. Soares (2008) aponta que Joan Robinson, economista britânica, na década de 1930 percebeu que os desempregados, para própria sobrevivência, estavam desenvolvendo atividades autônomas, com características semelhantes com o que foi mais tarde disseminado, na metade do século XX, como “setor informal”. Neste momento, ela chamou de “desemprego disfarçado” as atividades com baixa produtividade e baixo rendimento.

Martini (1990) *apud* Bettio (2009) aponta que nos anos de 1980 houve um aumento da população urbana, onde 2/3 da população brasileira se aglomerava nos centros urbanos contra 1/3 da população na zona rural. Esse fato resultou em efeitos típicos do processo de urbanização, tais quais: a proliferação de subúrbios e favelas e a concentração da pobreza nas cidades e regiões metropolitanas. Em

consonância, essa população pobre contida no âmbito urbano, vai se empenhar em pequenos serviços e atividades de comércio ambulante, trabalho doméstico, entre outros.

Os anos 1990 foram caracterizados por alguns aspectos importantes que auxiliaram para o crescimento do desemprego, e assim sendo, para o crescimento dos trabalhos informais. Pode-se destacar o processo de Globalização, a reestruturação produtiva da economia, bem como o neoliberalismo, que culminaram em alterações expressivas na sociedade como um todo, bem como no âmbito do mundo do trabalho. Pela falta de espaço no mercado formal, muitos veem nas ruas a saída para sobreviver. Passa-se a ter um contingente de indivíduos que são capazes de construir uma atividade remunerada na sociedade sem empregos indo vender produtos em vias públicas.

Sob este olhar, Bettio (2009, p. 788) destaca que:

Dessa forma o discurso dominante passa a integrar ideologicamente a noção do empreendedorismo ou “auto-emprego” “patrão de si mesmo” uma alternativa em função das altas taxas de desemprego e subemprego, criando assim, a empregabilidade como meio de legitimar um problema relacionado ao mercado de trabalho. Essa ideologia que prega o “auto emprego”, ou “patrão de si mesmo” ou “empreendedor”, está coerente com as propostas de flexibilização das relações de trabalho, busca ampliar o espaço de convencimento do capital na (con) formação humana, na “adaptação” de pessoas a nova situação, facilitando assim a transferência do ônus dessa para os trabalhadores, em prejuízo ou consequência de sua própria formação profissional.

É importante pontuar que a depender do produto vendido, o vendedor ambulante extrai rendimento maior do que se estivesse inserido numa empresa formal, assim, preferem continuar na informalidade. Esta afirmação é percebida quando se tem um trabalhador com baixo nível de escolaridade que possivelmente seria enquadrado em cargos de baixa qualificação, com salários próximos ao salário mínimo legal, dentro de uma empresa capitalista. Por outro lado, também se tem outro conjunto de trabalhadores informais que, diante da gama de atributos, obtém rendimento menor do que se estivesse numa empresa capitalista, mas não encontra a oportunidade de adentrar no mercado formal (SOARES, 2008).

Vale salientar que os vendedores informais não apresentam como característica basilar a produção de mercadorias de baixa qualidade, nem têm como objetivo principal suprir as necessidades da população mais pobre. Não há fundamentação teórica ou evidências empíricas que mantenham estas afirmativas. As atividades informais evidenciam-se pelo alto nível de heterogeneidade e abarcam

uma gama diferenciada de classes sociais, bem como podem ser executadas por pessoas de diversos níveis, tanto de conhecimento, quanto social, visto que podemos encontrar desde empreendedores que podem ser empresários, até trabalhadores ocasionais, temporários, consultores, que não achando (ou não querendo) se empregar numa empresa formal, pressionam a oferta de trabalho dessas atividades informais (ALVES, 2001).

Assim sendo, é importante abrir uma discussão sobre as diferentes formas de informalidade, apontando algumas contradições verificando as nuances da reestruturação da produção capitalista no mercado informal.

Conforme Alves (2001), tem-se os trabalhadores informais tradicionais, que são aqueles que vivem da sua força de trabalho ou agregam a força de trabalho de algum familiar, mas não contrata trabalhadores assalariados. Este ainda é subdividido em três categorias: trabalhadores informais “estáveis”³⁶, trabalhadores informais “instáveis”³⁷ e trabalhadores informais “ocasionais” ou “temporários”³⁸. É importante observar que a remuneração destes trabalhadores tem como objetivo garantir a sua sobrevivência.

Continuando, Alves (2001) ainda aponta os trabalhadores assalariados sem registro, visto que são contratados “a margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical” (CACCIAMALI, 2000 *apud* ALVES, 2001, p. 103). Normalmente são pessoas com um grau muito baixo de instrução, recebem baixos salários, não contribuem para a previdência social e existe uma alta rotatividade no local de trabalho.

Por fim, Alves (2001) ainda classifica os autônomos ou por conta própria, que são aqueles que normalmente são mais qualificados academicamente e profissionalmente, prestam serviço diretamente para o consumidor final ou

³⁶ Possui conhecimento profissional advindo da experiência de vida. Ex.: Costureira, pedreiro, vendedor ambulante ou aqueles que realizam trabalhos em sua própria casa.

³⁷ Dependem de sua força física e trabalham eventualmente. Em alguns casos trabalham por empreitada. Estes já desistiram de procurar trabalho assalariado, devido aos rigores impostos pelas empresas. Ex.: “Flanelinhas”, carregadores, auxiliar de costura.

³⁸ Normalmente estão sem trabalho e realizam atividades informais esporádicas, podendo passar a trabalhar como assalariado. Aqui, enquadram-se também os trabalhadores que atuam em atividades assalariadas, mas, quando podem, desenvolvem atividades informais, chamados popularmente de “bicos”. Ex.: Faxineira, manicure, confecção de artesanato nas horas de folga.

empresas. Esta categoria é subdividida em: autônomo para o público³⁹ e autônomo para empresa⁴⁰.

4.4 O TRABALHADOR AMBULANTE DA ATUALIDADE

Percebe-se que algumas características que hoje marcam o perfil do vendedor ambulante, já apareciam no início do século XIX. Em termos étnicos, a exclusão no Brasil ocorria principalmente com os negros e mulatos, o que, diga-se de passagem, ocorre ainda nos dias atuais. As raízes desta situação encontram-se na esfera escravista que estavam submetidos os negros há três séculos. Observa-se que esses vendedores ambulantes, em sua maioria, continuam sendo negros e pode-se dizer que por motivos similares aos do século XIX, falta de espaço no mercado de trabalho formal (SANTOS, 2010).

A urbanização, outro fator que culmina com o excedente de mão de obra e que se caracteriza como o crescimento da população urbana nas regiões metropolitanas e nas cidades médias, também tem um papel de extrema importância na composição da informalidade (THEODORO, 2005). A Tabela 25 demonstra a evolução da população dos 10 municípios mais populosos do Brasil entre os anos de 2000 e 2010. Salvador é a terceira cidade mais populosa, com 2.675.656 residentes, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro com 11.253.503 e 6.320.446 residentes, respectivamente. Belo Horizonte, que era a quarta cidade mais populosa no ano 2000, passou a ser a sexta no ano 2010. Ainda nesta análise, é importante observar que algumas das regiões metropolitanas tiveram um crescimento populacional expressivo: Manaus, com crescimento de 2,51% e Brasília, com 2,28%.

³⁹ Utiliza seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), prestando seus serviços direto ao consumidor, sem intermediação de empresas. Ex.: Prestadores de serviços especializados.

⁴⁰ Trabalha por conta própria com exclusividade para uma empresa, sem jornada de trabalho pré-estabelecida, tendo liberdade para organizar seu dia de trabalho. Enquadra-se aqui também, os trabalhadores que ganham por produção.

Tabela 25 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual nos 10 municípios mais populosos - Brasil - 2000/2010 (%)

Ano/RMs	2000	2010	Tx de cresc. 2000 – 2010
São Paulo	10.434.252	11.253.503	0,76
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	0,76
Salvador	2.443.107	2.675.656	0,91
Brasília	2.051.146	2.570.160	2,28
Fortaleza	2.141.402	2.452.185	1,36
Belo Horizonte	2.238.526	2.375.151	0,59
Manaus	1.405.835	1.802.014	2,51
Curitiba	1.587.315	1.751.907	0,99
Recife	1.422.905	1.537.704	0,78
Porto Alegre	1.360.590	1.409.351	0,35

Fonte: IBGE (2011).

Diante de todo o cenário apresentado, a realidade é baseada na existência de uma gama considerável da população em situação de pobreza, não se encontrando no mercado formal e que para sobreviver, adentra nas relações de trabalho não assalariadas e sem proteção, ou seja, na informalidade.

Jakobsen (2000) *apud* Alves (2001) reconhece o importante papel do vendedor ambulante na cadeia produtiva oriunda do capitalismo, pois atuam no escoamento de uma gama de produtos. Entretanto, este trabalhador ainda não é bem visto pela sociedade em pleno Século XXI. Além de viver privado de tudo no âmbito legal, ainda sofre com o desrespeito e preconceito da população de maneira geral, exatamente como ocorria no século anterior (Quadro 9).

Quadro 9 – Matérias informando a hostilidade da população com o vendedor ambulante (Século XXI)

Jornal	Data	Título da Matéria	Trecho da Matéria
A Tarde	07 de ago. de 2002	Ser camelô em Salvador é ter de enfrentar guerra desigual	O mercado informal de Salvador continua sendo uma dor-de-cabeça, tanto para quem tenta ordená-lo, quanto para os trabalhadores licenciados e os clandestinos. Oficialmente, três mil ambulantes estão aptos a vender seus produtos nas ruas da cidade. Estão licenciados pela Secretária de Serviços Públicos (Sesp) e com a documentação em ordem. Porém, pelo menos outros três mil estão exercendo a atividade completamente fora da lei. O pior é que até traficantes se aproveitam da confusão [...]
Tribuna da Bahia	08 de ago. de 2005	Ambulantes ilegais invadem Salvador	[...] ambulantes ilegais invadem Salvador. São 6 mil ambulantes licenciados e de 8 a 10 mil ilegais que invadem as ruas, becos e praças da cidade, as passarelas e pontos de ônibus, infernizando a vida da população e vendendo bijuterias a DVD falsificado. “O número de ambulantes irregulares nas ruas de Salvador fica em torno de 8 a 10 mil. A cidade já não possui tantos locais para comportar a venda dos ambulantes. Quando os ambulantes são licenciados eles recebem uma identificação e é determinado um local para que eles possam trabalhar. O problema é que a cada ano que passa o número de pessoas na informalidade cresce e não temos espaço para todos. A prefeitura está tentando padronizar as bancas e estudando novos lugares para que aumentem o número de licenciados”, ressalta.
A Tarde	5 de fev. de 2006	Desordem dos Camelôes	O prefeito adota um posicionamento no mínimo curioso com relação aos ambulantes. Permite que se instalem em qualquer lugar. A cidade está infestada por ambulantes [...]. O centro da cidade [...] é uma feira livre onde se vende de tudo no meio da rua, na frente de lojas, com tabuleiros, caixotes, carros de mão, num ambiente desorganizado e sujo. A prefeitura parece não compreender que a desordem compromete uma administração, envergonha seus habitantes e é um péssimo cartão de visitas para os milhares de turistas que nos visitam. Será que disciplinar e ordenar o comércio ambulante em Salvador é tão difícil?
A Tarde	12 de mar. de 2006	Centro	As principais vias do centro da cidade estão se transformando numa verdadeira feira livre. Invadidas sem nenhum critério por bancas de frutas, agora oferecem a fruta da época, que é a jaca, em carrinhos de mão, em cima de caixotes, tabuleiros. Na Rua Nova de São Bento [um dos principais pontos do comércio informal do centro da cidade] há um depósito da fruta em plena via pública. O pior é que as caixas são jogadas no chão e o lixo acumulado causa um péssimo aspecto à área que, inclusive, deve prejudicar as vendas. Mais um caso de desorganização [da] Sesp.

Fonte: Durães (2006, p.159,161); Santos (2010, p.156).

Estes foram apenas alguns exemplos que denotam a postura negativista que existe concernente aos trabalhadores de rua em Salvador. A primeira estereotipa o vendedor não licenciado como “...completamente fora da lei”, destarte, estão cometendo crime, sendo igualado a bandido. Na segunda notícia evidencia-se o preconceito social, discriminação e não reconhecimento da sociedade no indivíduo (vendedor ambulante) como trabalhador.

A terceira notícia deixa clara a insatisfação da sociedade quando diz que “A cidade está infestada [...]”, tratando os trabalhadores como se fossem pragas. Continuam com o olhar de repulsa ao dizer que “a prefeitura parece não compreender que a desordem [...] ou “... que disciplinar e ordenar [...] como se os vendedores fossem verdadeiros arruaceiros e que precisam ser punidos por estarem apenas tentando conseguir “ganhar o pão de cada dia”, visto que estão ali simplesmente buscando a sobrevivência. A quarta notícia enfatiza que os trabalhadores invadiram as ruas e degradaram a vista agradável que se tinha do local. Todas as notícias do Quadro 9 evidenciam o preconceito que ainda existe para com os vendedores ambulantes.

Além disso, as precárias condições de vida e de trabalho dos vendedores ambulantes são percebidas sem muito esforço, nas características físicas destacadas pelo envelhecimento precoce e situação de degradação social, enfatizada pela ausência de dentes, por exemplo, que muito provavelmente foram agravadas pelas trajetórias profissionais incertas destes trabalhadores (QUEIROZ, 2014).

Assim, toda esta negatividade resulta numa sensação de não pertencimento da sociedade. Muitos destes vendedores ambulantes ainda apresentam o sentimento de não possuir o mesmo prestígio ou *status* social do trabalhador assalariado ou do comerciante legalmente estabelecido nas relações de mercado, não detendo o mesmo valor moral destes. Isto pode estimular um pensamento de vergonha social, que é alimentado principalmente pela imprensa, visto que em inúmeras passagens onde consta a opinião pública, eles são tachados de ilegais e vândalos.

Ao invés da mídia apenas corroborar com o pensamento preconceituoso lançado sobre os vendedores ambulantes, poderiam ajudar a despertar os poderes públicos, sugerindo medidas que pudessem adentrar estes trabalhadores em políticas de inserção social para este contingente que vive uma rotina de perseguição e incertezas.

Entretanto, sendo tão duramente criticados e postos em segundo plano, principalmente pelo poder público (municipal, estadual e federal), os vendedores ambulantes são tratados muitas vezes como bandidos, à margem da sociedade e infratores. Estes predicativos eram tão comuns no século XIX nas ruas de Salvador como é na atualidade, em pleno século XXI.

Diante do exposto, o vendedor ambulante por diversas vezes se sente desrespeitado socialmente, pois muitos se condicionam ao não reconhecimento como cidadão, por não estarem trabalhando de forma legal. Isto se dá, dentre outros fatores, pela não aceitação do trabalho executado na esfera jurídica e as ofensas que sofrem dia após dia, visto que, o que se vê de referência ao vendedor ambulante é sempre de maneira pejorativa o que acaba a leva-lo a externar vergonha, desprezo ou se sentir oprimido devido ao não reconhecimento pela sociedade (SANTOS, 2010).

A autodepreciação se constitui em um dos principais, eficazes e poderosos instrumentos de opressão. Com isso, o falso reconhecimento não apenas evidencia a ausência do respeito merecido, mas pode, igualmente, causar uma ferida dolorosa, que provoca em suas vítimas efetivas uma aversão mutiladora contra si mesmas. Portanto, o devido reconhecimento não é somente uma cortesia que devemos ao outro: é uma necessidade humana vital. (TAYLOR, 1993 *apud* SANTOS, 2010, p. 34).

É interessante pontuar que se percebe atualmente em Salvador o crescimento nos índices populacionais associados a uma desigualdade social muito grande. Possui uma população em torno de 2.883.672 habitantes, sendo a cidade mais populosa da Região Nordeste e a terceira mais populosa do Brasil, entretanto ocupa o quarto lugar em densidade demográfica, com o equivalente a 3.859,44 hab./km² (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2014). Com a taxa de desemprego chegando a 17,7% entre os meses de Fevereiro e Março de 2014 (DIEESE, 2014), Salvador se tornou a capital brasileira com maior índice de desempregados, perfazendo 333 mil pessoas nesta condição. Neste mesmo período, também foi constatada a maior queda na renda média dos trabalhadores da RMS, ao comparar com seis regiões metropolitanas do país⁴¹: -1,5%, totalizando, ao final de março de 2014, R\$ 1.184. (IBAHIA, 2014). Este EIR acaba buscando seu meio de sobrevivência fora do mercado típico das relações capitalistas e muitas vezes encontrando-o, conseqüentemente, como vendedor ambulante.

⁴¹ Regiões metropolitanas utilizadas na comparação: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Fortaleza.

5 O MERCADO INFORMAL DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO - SALVADOR (BA)

No capítulo 4 analisou-se o mercado de trabalho na cidade de Salvador, contemplando, mesmo que sucintamente, sua formação histórica. Tendo o mercado laboral como elemento essencial para a manutenção da acumulação de capital, percebe-se que o trabalho informal foi, e continua sendo, importante elemento na composição da economia soteropolitana. Devido a isto, os vendedores ambulantes fazem parte de um processo de contínua influência dentro do mercado de trabalho da cidade, justificando assim, seu destaque neste trabalho.

Assim sendo, o presente capítulo apresenta o desenvolvimento da Avenida Sete de Setembro e sua importância para a Cidade de Salvador (Bahia). Para conseguir este feito de forma organizada, está dividido em duas seções. Inicialmente se fez um apanhado histórico concernente a Av. Sete, mostrando sua importância comercial para a cidade.

Na segunda seção explora-se o programa *Território Empreendedor – Centro*, que engloba uma série de ações voltadas à requalificação econômica, social e de infraestrutura da região da Av. Sete. Envolve uma área de dois quilômetros, que perpassa das Mercês a Praça Castro Alves, incluindo a Rua Carlos Gomes, Largo Dois de Julho, Avenida Joana Angélica e Baixa dos Sapateiros. No âmbito geral, objetiva sensibilizar, mobilizar e articular a sociedade civil organizada, entidades públicas e privadas a fim de atuarem de forma conjunta para requalificação urbana e o desenvolvimento socioeconômico da região.

5.1 COMO SURTIU O COMÉRCIO NA AV. SETE?

A Avenida Sete de Setembro (que se inicia na Ladeira de São Bento e termina no Bairro da Barra, possuindo a extensão de 4,6 mil metros), popularmente chamada de Av. Sete, foi durante muitos anos a principal via de Salvador (Fotografia 11), pois fazia a ligação da antiga Vila do Pereira ao Centro Histórico. Inaugurada, em 1916, pelo então governador, José Joaquim Seabra, foi arquitetada como parte de um plano de remodelação urbana para a cidade, iniciado em 1912, tentando fazer o elo entre o centro antigo e os novos bairros que iam aflorando ao sul da cidade (UZEDA, 1988).

Fotografia 11 – Trecho da Av. Sete de Setembro – Salvador – 1920*



Fonte: Guia Geográfico (2015).

Nota: *Trecho do Rosário da Av. Sete de Setembro, visto a partir da Praça da Piedade no sentido das Mercês. À esquerda, está a nova Igreja de São Pedro, inaugurada em 1916 (GUIA GEOGRÁFICO, 2015).

Salvador teve um grande prejuízo histórico com esta obra, visto que se perderam monumentos importantes dos séculos XVIII e XIX, como a antiga Igreja de São Pedro Velho e o Convento das Mercês, bem como o prédio do Senado Estadual, que teve uma parte demolida e a Igreja de Rosário de João Pereira (ou dos brancos), além de uma gama de residências, causando vários problemas habitacionais na época. Em contrapartida, com o passar do tempo, a avenida se apresentou como o referencial de comércio mais importante da cidade de Salvador (A TARDE, 1992).

Até a década de 1970, a Avenida Sete, junto com as ruas Chile, d'Ajuda e Carlos Gomes concentravam as casas comerciais de luxo sendo o palco social da cidade enquanto a chamada Baixa dos Sapateiros, afirmava - se como a zona comercial da população mais humilde e desprovida financeiramente (HEINONEN, 2005).

Entretanto, a partir dos anos 1970, a antiga zona comercial "nobre" começou a sofrer decadência devido ao impacto causado pelo surgimento de novas centralidades na cidade, em função dos modernos *shoppings centers* e consequente descentralização das atividades comerciais e de serviços, levando o comércio da Av.

Sete e imediações a sofrer nova reestruturação, voltada ao atendimento dos segmentos mais populares (HEINONEN, 2005).

Essas mudanças dão início ao processo de descentralização do comércio varejista, com grandes reflexos para as atividades que ocorriam no Centro Velho.

Com a ascensão do *Shopping Center* Iguatemi (atual *Shopping* da Bahia), localizado em um bairro de classe alta, antigas casas comerciais abrem filiais ou se mudam para lá, enquanto as casas comerciais que ficaram no centro da cidade não conseguem acompanhar o ritmo frenético da modernização (SANTOS, 2008).

Ainda assim, mesmo com o impacto negativo que o comércio local sofreu devido à inserção do *shopping center* na cidade e com o estabelecimento do novo centro na área da Av. Tancredo Neves, ainda se observa grande fluxo de transeuntes em toda a extensão da Av. Sete, circulando por entre as lojas, pesquisando nos vendedores ambulantes ou simplesmente querendo chegar as localidades adjacentes, como Politeama, Mercês, Av. Carlos Gomes ou Praça Castro Alves, por exemplos (HEINONEN, 2005).

Para amenizar o problema da descentralização do comércio, dois *shoppings centers* de médio porte abrem suas portas na área, em 1985 e 1996, O *Shopping* Piedade e o *Shopping Center* Lapa, respectivamente, refletindo a importância da área central no espaço urbano de Salvador e o interesse de sua revitalização (HEINONEN, 2005; SANTOS, 2008).

O *Shopping* Piedade é localizado estrategicamente próximo ao terminal de ônibus da Lapa. Este empreendimento muda o conceito elitizado de *shopping*, pois o *Shopping* Piedade foi propositalmente planejado para atender as necessidades das classes populares e as pessoas voltaram a frequentar esta área da cidade, o que ajudou a esta zona comercial a manter o seu potencial mercadológico (ALMEIDA, 2008).

Além do *Shopping* Piedade, um segundo *shopping center*, o Center Lapa, foi inaugurado na mesma área. Estes investimentos, que são totalmente privados, reforçam a importância desta zona central no espaço urbano de Salvador e demonstram o interesse em sua revitalização, corroborado também pelo poder público (no âmbito da restauração do Pelourinho e as reformas das praças, entre outras).

Nesta esteira de pensamento, Heinonen (2005, p.97) verbaliza que:

A clientela potencial é diversificada, desde moradores e trabalhadores da área, até estudantes das inúmeras instituições de ensino e turistas. Localizada no Centro Antigo, a área tem um valor histórico significativo e concentra monumentos que desempenharam um papel importante no passado ou retratam a história da cidade. Após a sua progressiva degradação nos anos 1970-80, do século XX, a área central está hoje novamente no centro das atenções. Os projetos de revitalização, como a restauração do Pelourinho e a reforma da Praça da Piedade, estão sendo seguidos por outros como a Marina de Salvador e a revitalização da zona de Comércio.

Assim, a Av. Sete passou a abrigar um comércio mais popular, com variedade de lojas, lanchonetes, restaurantes e vendedores ambulantes, atraídos pelo fluxo intenso de transeuntes no local.

É interessante pontuar que a Salvador atual não é tão diferente da Salvador do final do século XIX, quando o olhar se volta para os vendedores ambulantes, visto que possui elementos de similitude, como a existência de um grupo subalterno e explorado, constituído por maioria de negros e mestiços, com baixos rendimentos, vendendo produtos de baixo valor agregado e como uma forma de inserção social precária.

Mesmo com todas as transformações ocorridas na cidade de Salvador, a Cidade Alta hoje ainda é um espaço extremamente heterogêneo e animado (muito parecida com a do século anterior), por onde transitam diariamente centenas de milhares de pessoas.

Possui uma clientela potencial diversificada, que vai de moradores e trabalhadores da área, a estudantes das inúmeras instituições de ensino (privadas e públicas) e turistas. Estes disputam os espaços públicos com diversos vendedores ambulantes que trabalham diariamente no local e vendem uma gama de produtos (DURÃES, 2006). E para que esta disputa continue “saudável”, a PMS vem tentando organizar os espaços públicos utilizados pelos vendedores ambulantes.

Um exemplo é o decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998⁴² que dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do município do Salvador e dá outras providências. Este decreto trata da autorização de uso de logradouro público para exploração de atividades informais de comércio ambulante e de prestação de serviços, exercidas por vendedores ambulantes e prestadores de serviços (LEIS MUNICIPAIS, 1998).

⁴² Para maiores informações, ler Leis Municipais (1998).

Outro exemplo é a Lei nº 5.503/99⁴³ que formaliza o Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador, regulamentando as formas e meios de fiscalização da cidade, dotando agentes (o *rapa*) com poder de repressão e apreensão (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, 1999). O Rapa faz o papel coercitivo do poder público municipal no sentido de controlar a atividade informal, muitas vezes agindo de forma truculenta e desrespeitosa, lembrando a ação policial nas ruas de Salvador do século XIX (DURÃES, 2006).

Atualmente, as “kombis” de fiscalização da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) chegam às ruas por volta das 10h (Fotografia 12). Os fiscais (rapa) ficam espalhados em pontos estratégicos (Fotografia 13) e as “kombis” ficam circulando, tentando dirimir a ação dos vendedores ambulantes irregulares.

Fotografia 12 – Kombi da PMS - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

⁴³ Para maiores informações, ler Diário Oficial do Município de Salvador (1999).

Fotografia 13 – Fiscais da SEMOP abordando vendedor irregular - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Segundo Palma e Lahiri (2014), os fiscais encontram dificuldade para preservar as calçadas livres para melhor circulação dos transeuntes. Mesmo com os fiscais agindo intensivamente, não é sempre que são respeitados, e isto acaba por prejudicar o trabalho de ordenamento objetivado pela PMS. Conforme a coordenadora de serviços diversos da SEMOP, Janete Garcia (2014) *apud* Palma e Lahiri (2014): “Mesmo com as intervenções dos fiscais, muitos ambulantes voltam aos locais proibidos.”

Além da ação dos fiscais, no ano de 2014, intervenções começaram a ser feitas na Praça Barão do Rio Branco (Fotografia 14) e no Largo de São Bento (Fotografia 15), com o intuito de melhorar a vida dos transeuntes e dos vendedores ambulantes, mas até então tem causado transtornos e prejuízos para todos que trabalham no local.

Fotografia 14 - Praça Barão do Rio Branco - Av. Sete de Setembro – Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Fotografia 15 - Largo de São Bento - Av. Sete de Setembro – Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Os vendedores ambulantes que hoje trabalham na Av. Sete de Setembro estão “espremidos” entre os tapumes de proteção das obras, as lojas e os passantes, como comprovam as Fotografia 16 e Fotografia 17. Esta situação tem prejudicado as vendas dos produtos oferecidos pelos vendedores ambulantes, visto

que muitos transeuntes deixam de passar pelo local, preferindo transitar por outras vias, devido ao pequeno espaço que está liberado para a circulação de pedestres.

Fotografia 16 – Entorno da Praça Barão do Rio Branco - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Fotografia 17 – Entorno da Praça Barão do Rio Branco - Av. Sete de Setembro Salvador – 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Entretanto, estas obras são necessárias para a requalificação local e fazem parte do programa Território Empreendedor, que será exposto no tópico a seguir.

5.2 PROGRAMA TERRITÓRIO EMPREENDEDOR – CENTRO

O programa intitulado "Território Empreendedor - Centro", foi autorizado pelo atual prefeito da cidade de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, e envolve uma gama de ações com o objetivo de requalificar economicamente, socialmente e a infraestrutura na região da Av. Sete, Largo Dois de Julho e entorno, que mesmo com as idas e vindas e transformações que a cidade vem sofrendo, é a mais importante área de comércio de rua da cidade de Salvador (CORREIO, 2014).

Buscando a requalificação do espaço urbano, o programa visa transformar o território num espaço de visitação turística, valorizando os pontos comerciais, os equipamentos arquitetônicos e culturais existentes, bem como utilizar o capital social e histórico do território para atrair clientes e valorizar o comércio local, bem como fomentar um ambiente favorável aos negócios, com a integração do comércio formal e informal, transformando a Av. Sete em um shopping “a céu aberto” (Mapa 2).

Mapa 2 – Espaço de atuação do Programa Território Empreendedor – Centro Salvador - 2014



Fonte: UNIFACS (2015.)

Este programa é o resultado de um trabalho iniciado pela SEMOP, Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção a Violência (SUSPREV), Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB), SEBRAE, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), mas já conta com a ajuda de outras frentes de trabalho, como associações de ambulantes, órgãos e instituição privadas e públicas, agentes financeiros, bem como representantes da sociedade civil (LIMA, 2015).

Para ajudar em sua concretização, alianças estratégicas foram firmadas com diversas instituições (Quadro 10).

Quadro 10 – Instituições parceiras da PMS no Programa Território Empreendedor – Centro

Associações de ambulantes	Ouvidoria Geral do Município (OGM)
Associação de Moradores do Largo Dois de Julho	Parque Social
AECASA)	Prefeitura Bairro
Bancos	Secretaria de Cidade Sustentável (SECIS)
Comitê para a Democratização da Informática (CDI)	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a pobreza (SEDES)
	Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS)
Coelba)	Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP)
Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS)	Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR)
	Secretaria Municipal do Urbanismo e Transporte (SEMUT)
Fundação Mário Leal Ferreira	Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ)
UNICEF)	Universidade Salvador (UNIFACS)

Fonte: Elaboração própria (2015).

Conforme a Assessoria Geral de Comunicação da Prefeitura Municipal de Salvador (AGECOM) (2015) o programa tem como objetivo fazer um trabalho integrado, com ênfase em aspectos econômicos, físicos, sociais, de segurança e de educação, com fortalecimento de ações conjuntas de requalificação urbana e o desenvolvimento socioeconômico da região da Av. Sete, ordenando o comércio informal, requalificando a iluminação pública e com prevenção à violência e proteção do patrimônio público.

Para que o programa tenha êxito, faz-se necessária a colaboração da comunidade local como um todo e o vendedor ambulante é peça importante nesta engrenagem. A secretária de Ordem Pública, Rosemma Maluf, afirmou que a parcela do programa que visa o ordenamento dos ambulantes só vai ser executada com o consenso dos trabalhadores, que devem contribuir com sugestões para viabilizar o atendimento a todos. Ela complementa:

Nosso objetivo é criar um padrão para as barracas, definir as ruas que serão utilizadas por camelódromos, livrar os passeios para que os cidadãos possam andar. Nosso objetivo é chegar a um denominador comum para as áreas no entorno da Avenida Sete, Relógio de São Pedro e as regiões próximas. (MALUF, 2013 *apud* TRIBUNA DA BAHIA, 2013).

Assim como os vendedores ambulantes, toda a cidade ganhará com a execução deste programa, visto que, como visa revitalizar uma área importante da cidade, este resultado poderá atrair maiores investimentos para o local, o que não beneficiará apenas o comércio local. Como um programa deste porte não tem como

ser realizado por uma única frente de trabalho, o mesmo perpassa por cinco eixos de atuação: 1) Empreendedorismo, Empreendedorismo Social e Acesso a Crédito; 2) Desenvolvimento Urbano; 3) Economia Criativa, Cultura e Turismo; 4) Comunicação e Marketing; 5) Prevenção à Violência e Assistência Social.

É interessante salientar, que o programa está sendo visto de forma positiva pelos vendedores ambulantes, conforme relatos apresentados no Quadro 11.

Quadro 11 – Posicionamento de alguns membros de associações concernente ao Programa Território Empreendedor – Centro

Membro	Associação que pertence	Relato
Marcos Luiz Souza	Presidente da Asfaerp	“Há algum tempo não se tinha uma discussão sobre o ordenamento da atividade na capital baiana, o que possibilitou que os profissionais trabalhassem numa cidade “desorganizada”. Os ambulantes acham que esse é um momento único para que a gente ordene a cidade, até para benefício do próprio ambulante que hoje está gritando por uma organização”.
Paulo César Souza	Presidente da União das Cajazeiras	“É necessário trabalhar em conjunto com a Prefeitura para permitir que sejam respeitados os direitos dos ambulantes e dos pedestres, que são os principais consumidores do comércio informal. É importante mostrar que, pelo bem da cidade, precisamos dar nova vida. O ambulante quer o ‘ganha pão’ e esquece do pedestre, mas hoje ele dependendo do pedestre para sobreviver. Então, precisamos de um ordenamento. A atitude da Prefeitura está de parabéns e a gente tem que abraçar essa causa”.

Fonte: Tribuna da Bahia (2013).

Para melhor acomodação dos vendedores ambulantes, muitos terão suas barracas deslocadas para outros pontos. Um exemplo são os vendedores que atualmente trabalham na Rua do Cabeça serão transferidos para a área do Largo Dois de Julho, que também será requalificado (Figura 2). "A intenção é ordenar estes vendedores. Para isso, manteremos fiscalização permanente depois das obras", disse a Secretária Municipal de Ordem Pública, Rosemma Maluf (MACHADO, 2014).

Figura 2 – Projeto de Requalificação do Largo Dois de Julho - Salvador



Fonte: Divulgação/AGECOM

Para que o Largo do Relógio de São Pedro fique livre para os transeuntes, um levantamento prévio feito pela PMS e apresentado aos vendedores ambulantes identificou onze locais para deslocamento dos profissionais do comércio informal, tais quais: Ruas Salvador Pires, Pedro Aufran, Onze de Junho, Nova de São Bento, do Cabeça e 21 de Abril; Becos do Mucambinho, das Quebranças e de Maria Paz; Largos do Rosário e Portão da Piedade (TRIBUNA DA BAHIA, 2013).

Entretanto, um estudo mais específico sobre esses trabalhadores é importante no sentido de conhecê-los de maneira mais detalhada, observando suas características e compreendendo seu comportamento diante do mercado laboral.

Diante de todas essas ações, espera-se a promoção do desenvolvimento sustentável desses espaços a partir das suas potencialidades e que a Av. Sete e seu entorno reconquiste sua posição de destaque outrora instituído.

6 CARACTERIZAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO - SALVADOR (BA)

O capítulo 5 retratou um panorama histórico da Avenida Sete de Setembro, mostrando sua importância mercadológica para a cidade como um todo.

Agora se faz necessário apresentar as características dos vendedores ambulantes que trabalham na AV. Sete e algumas transversais. Para isto, foram levadas em consideração características como sexo, grau de escolaridade do vendedor ambulante, faixa etária, faixa de renda, entre outros.

A análise aqui exposta atenta para o perfil demográfico dos trabalhadores ambulantes que laboram na Av. Sete de Setembro, Salvador (Bahia), suas percepções sobre essa atividade e o conhecimento que eles têm concernente a Lei Complementar (LC) 128/2008⁴⁴ (Lei do MEI) e se a mesma tem trazido benefícios ou malefícios.

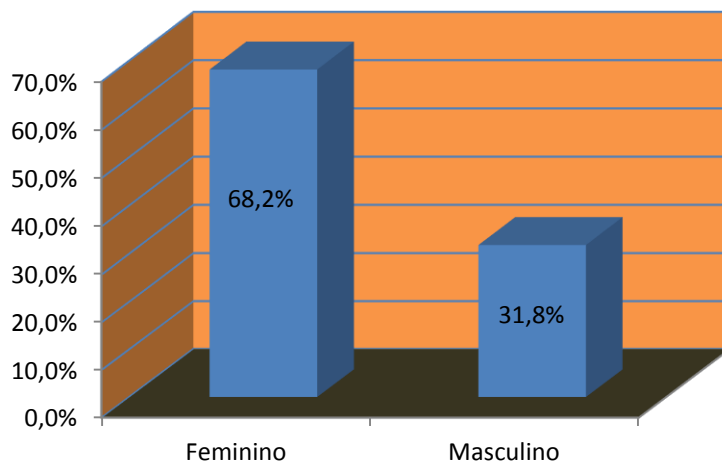
Interessante pontuar que, diferente das ganhadeiras do século XIX, que vendiam nas ruas basicamente produtos alimentícios, hoje o que se vê são produtos para todos os gostos: de bolsas, calçados, produtos eletrônicos a folhas medicinais, produtos de beleza e objetos de decoração. Falar que se encontra “de tudo” nos ambulantes da Av. Sete, parece um exagero, mas a diversidade é tão grande, que fica difícil não se encontrar lá o que se procura.

6.1 GÊNERO

Inicialmente, traçando o perfil dos entrevistados, tem-se que 68,2% dos entrevistados são do sexo feminino e 31,8%, do sexo masculino (Gráfico 24).

⁴⁴ Para maiores informações, ler Brasil (2008).

Gráfico 24 – Distribuição dos entrevistados por gênero - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Segundo Antunes (2005), esta é uma tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: o aumento significativo do trabalho feminino que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, bem como na América Latina.

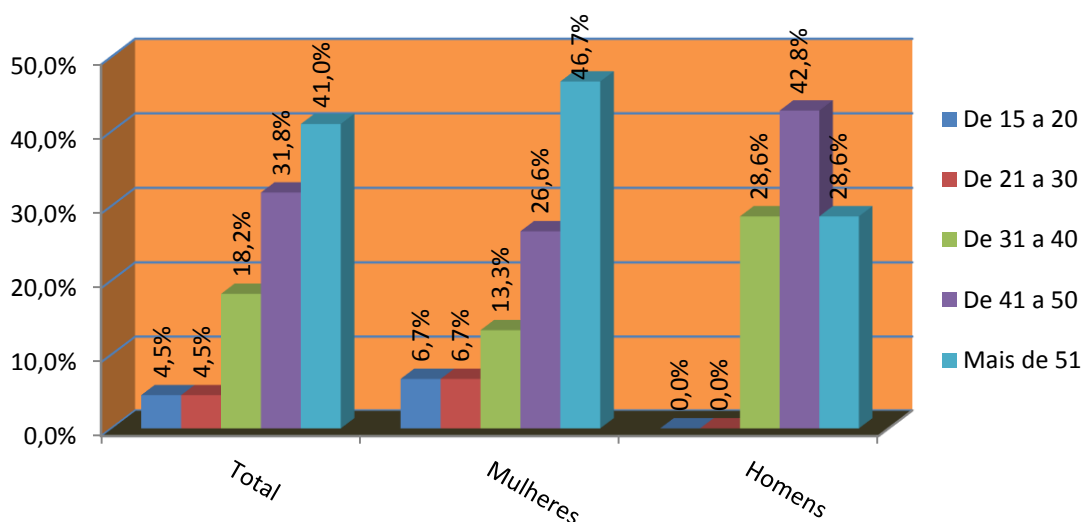
Além disso, as taxas de desemprego feminino estão sempre em patamares mais elevados que as dos homens, em qualquer nível de atividade econômica ou região do Brasil. E com a necessidade de contribuir para o sustento da família, as mulheres viram na atividade informal, um meio para ajudar a complementar a renda (DIEESE, 2012a).

A entrada das mulheres no mercado laboral implica um processo natural de reorganização de papéis na sociedade. Nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres na PIA mais que dobrou. Ainda assim, a responsabilidade pelos afazeres domésticos continua sendo uma função quase exclusivamente feminina. 90% das mulheres que estão na PNEA realizam tarefas domésticas e tem uma jornada laboral média semanal de 34 horas, valor próximo do que se observa para as mulheres no mercado de trabalho (36,2 horas por semana) (IBGE, 2014c).

6.2 FAIXA ETÁRIA

Quanto à faixa etária, percebe-se que grande parte dos entrevistados possui mais de 51 anos (41,0%) conforme Gráfico 25. Verifica-se também que metade dos vendedores ambulantes encontra-se na faixa de 31 a 50 anos (50,0%), o que mostra um contingente significativo dos mais velhos nesta atividade no centro comercial de Salvador e a divergência concernente à pesquisa feita pelo Banco Mundial em 2002⁴⁵, onde consta que o mercado laboral informal é constituído essencialmente por jovens, destacando as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho com o passar do tempo.

Gráfico 25 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

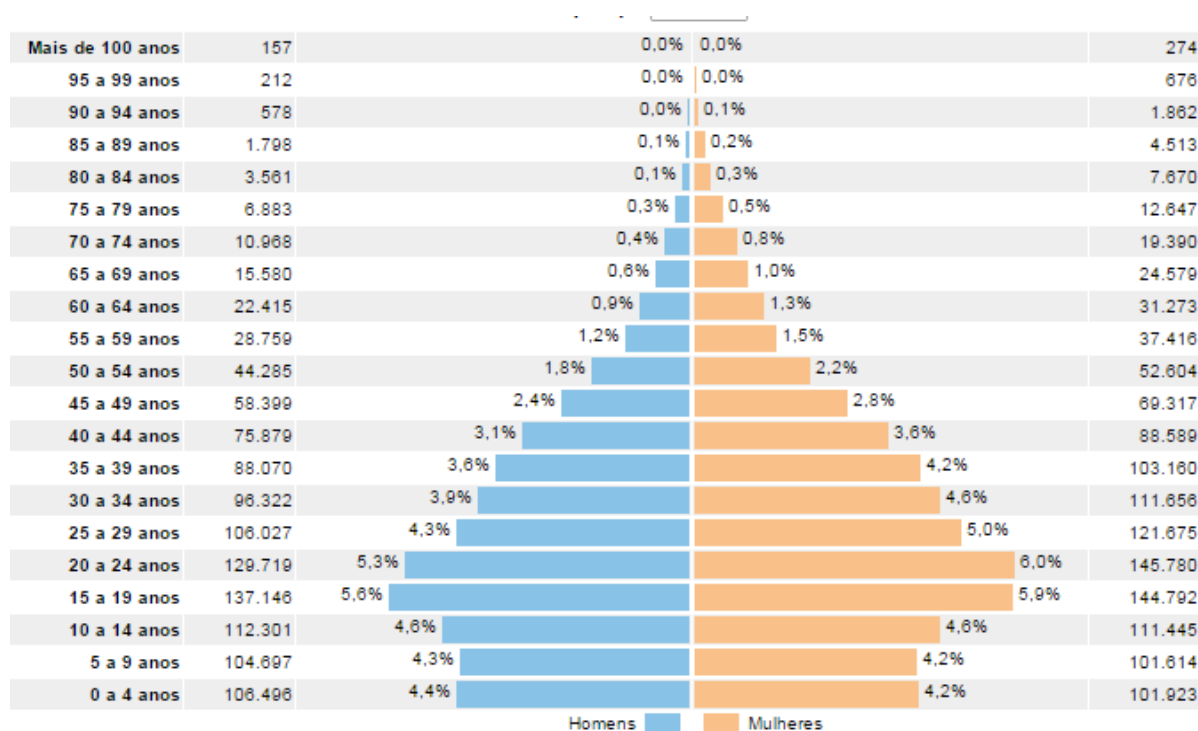
As mulheres são as mais velhas entre os entrevistados, pois 46,7 % das entrevistadas possuem mais de 51 anos, enquanto que para os homens, o maior percentual se encontra na faixa de 41 a 50 anos (42,8%). Este aspecto leva a percepção de duas nuances: o fator idade pode ser um limitante para a permanência prolongada no setor formal da economia e, em concomitante, a experiência profissional destes trabalhadores lhes permite criar meios autônomos de sobrevivência. Além disso, podem-se sugerir os seguintes cenários: ou as mulheres

⁴⁵ Para maiores informações, ler ARIAS, Omar S.; *et al. Informalidade: Saída e exclusão*. Banco Mundial. Washington, DC, 2007.

ingressaram com mais constância no comércio informal, ou elas adentraram mais velhas, como reinserção no mercado de trabalho.

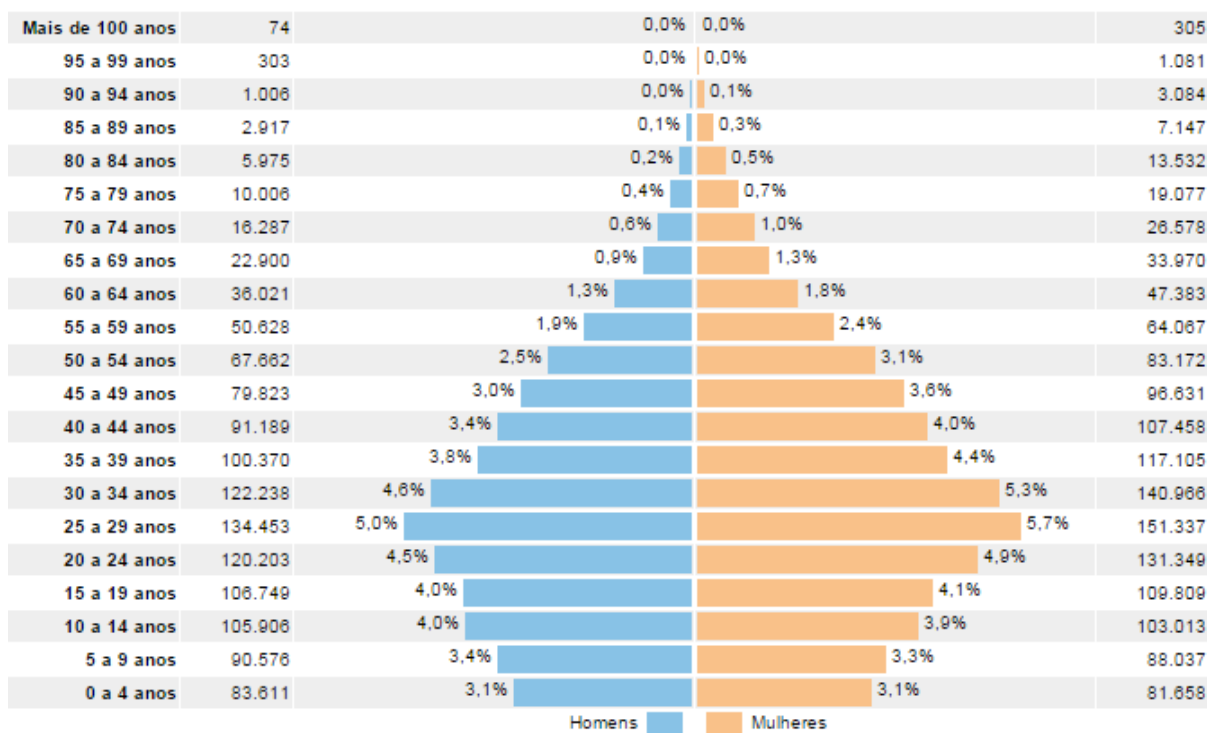
Esta é uma possível evidência de que Salvador está passando por um processo de aumento da expectativa de vida e de envelhecimento de sua população, seguindo a tendência nacional, o que contribui para o índice elevado de pessoas mais velhas no mercado laboral. Pode-se perceber que, em 2000, os maiores percentuais dos homens estavam com idade entre 10 e 24 anos, somando 15,5% da população masculina, enquanto para as mulheres, os maiores percentuais estavam com idade entre 15 e 29 anos, somando 16,9% da população feminina (Figura 3). Dez anos depois, esses números mudam para 20 a 34 anos no público masculino (14,1%) e de 20 a 39 anos no público feminino (20,3%) (Figura 4).

Figura 3 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade-Salvador (BA) – 2000



Fonte: IBGE (2015).

Figura 4 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Salvador (BA) – 2010



Fonte: IBGE (2015).

Consegue-se observar o mesmo fenômeno ao analisar a PEA da RMS. Apesar de um contingente bastante expressivo se concentrar na faixa de 25 a 49 anos, pode-se constatar que, no decorrer dos anos, enquanto houve redução entre os anos de 2010 e 2012 nas faixas de 15 a 24 anos e um pequeno aumento no ano de 2013, a faixa das pessoas com idade a partir de 50 anos na PEA só cresceu de 2011 a 2014. É importante salientar também que, em nenhum ano analisado, o somatório da PEA de 15 a 24 anos foi maior que a PEA a partir de 50 anos (Tabela 26).

Tabela 26 - PEA (em 1.000 pessoas), no mês de referência ⁽¹⁾ - Salvador - 2010/2014

	2010	2011	2012	2013	2014
De 15 a 17 anos	27	29	24	32	32
De 18 a 24 anos	274	261	237	296	295
De 25 a 49 anos	1262	1245	1255	1251	1292
A partir de 50 anos	371	351	400	427	473

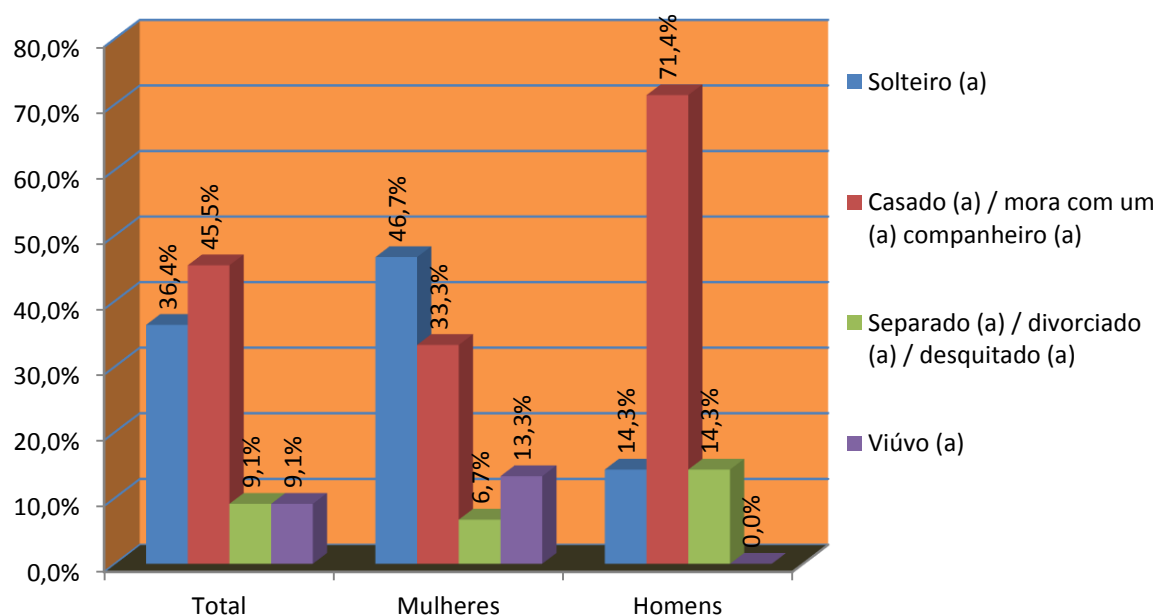
Fonte: IBGE (2015).

Nota: (1) Mês de referência: Dezembro de cada ano.

6.3 ESTADO CIVIL

Ainda na tentativa de traçar o perfil dos vendedores ambulantes que laboram na Av. Sete, passa-se a analisar o estado civil. Grande parte destes trabalhadores encontra-se casado (a) ou mora com um (a) companheiro (a) (45,5%), havendo maior concentração entre o público masculino, onde a maioria informou este estado civil (71,4%). Entretanto também existe uma parcela significativa de solteiros (as) (36,4%), principalmente entre o público feminino, onde se concentra 46,7% das entrevistadas (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Distribuição dos entrevistados por estado civil e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

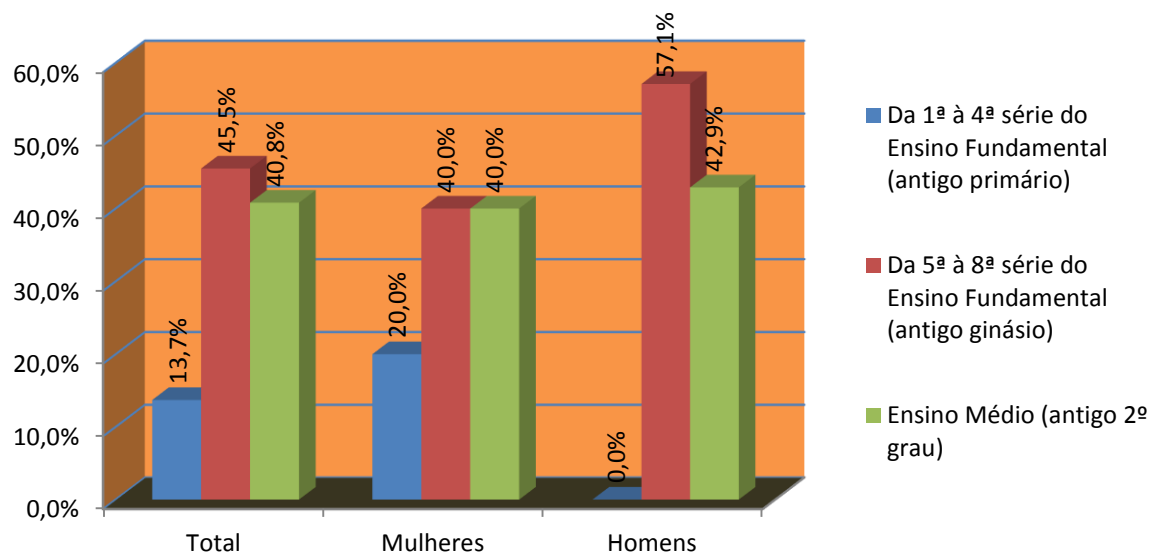


Fonte: Elaboração própria (2014).

6.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Concernente ao nível de escolaridade, uma parte significativa dos vendedores ambulantes informou que estudou apenas até a 8ª série do Ensino Fundamental (45,5%) e nenhum entrevistado declarou que não estudou, ou que possui ensino superior, nem que está cursando uma graduação (Gráfico 27). Assim, ainda nos deparamos com a histórica relação negativista entre informalidade e baixa escolaridade.

Gráfico 27 – Distribuição dos entrevistados segundo nível de escolaridade e gênero - Av. Sete de Setembro - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

É interessante salientar que, mesmo com índices baixos de escolaridade, nenhum homem informou que cursou apenas da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário), destarte os entrevistados do sexo masculino encontram-se na faixa do “antigo ginásio” ao “antigo segundo grau”.

Para Demo (1996) entre os três indicadores de desenvolvimento humano⁴⁶, a educação deverá ser o primeiro e o mais importante, visto que a educação está mais próxima da qualidade humana. Para que as pessoas com baixo poder aquisitivo possam tornar-se sujeito de seu objetivo emancipatório, conseguindo sua independência, faz-se necessária uma educação de qualidade, que lhe ative a consciência crítica concernente à injustiça em que vive.

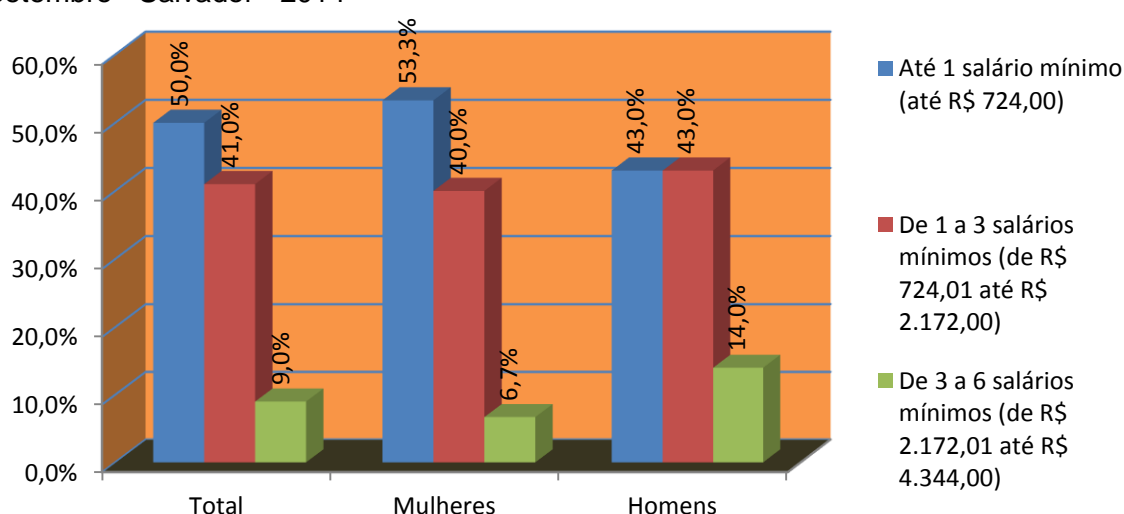
Mesmo tendo índices de nível de instrução inferiores ao público masculino, as mulheres já perceberam que uma saída para melhor aproveitar seu potencial no mercado laboral é através da qualificação acadêmica. Este fato já vem sendo apontado por estudos anteriores. O DIEESE (2012a) informa que em 2009, as mulheres que fazem parte do contingente da população ocupada estudaram, em média, 8,7 anos, e os homens, 7,7 anos.

⁴⁶ Os outros dois são expectativa de vida e poder de compra.

6.5 FAIXA DE RENDA

Em relação à renda, pode-se afirmar que metade dos trabalhadores entrevistados (50%) se enquadra na faixa de baixa renda⁴⁷, com ganho mensal de até 1 salário mínimo⁴⁸ e nenhum informou ganhar acima de 6 salários mínimos (Gráfico 28). É interessante salientar que a maioria das mulheres informou a sua renda como sendo de até 1 salário mínimo (53,3%), já entre o público masculino houve um empate na faixa que vai de menos de 1 até 3 salários mínimos (43%).

Gráfico 28 – Distribuição dos entrevistados por faixa de renda e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Observando o Gráfico 28, percebe-se também que até no trabalho informal, o ganho do público feminino é menor que o do público masculino, corroborando com os estudos que afirmam que o rendimento das mulheres no mercado de trabalho é inferior ao dos homens. Na RMS, por exemplo, em 2009, as mulheres ganharam por hora, em média, 83,2% do recebido pelos homens (DIEESE, 2012a).

No período de 2012-2013, o rendimento médio real dos homens aumentou (5,1%) enquanto para as mulheres, diminuiu (1,1%). O valor recebido pelas mulheres passou de R\$ 963,00, em 2012 para R\$ 952,00, em 2013 e o dos homens, de R\$ 1.260,00, em 2012 para R\$ 1.324,00, em 2013. No ano de 2012, o

⁴⁷ É considerada de baixa renda a família que possui renda mensal **per capita** máxima equivalente a meio salário mínimo definido pelo Governo Federal (BRASIL, 2002).

⁴⁸ Salário mínimo estabelecido em 1º janeiro de 2014, R\$ 724,00, conforme Decreto nº 8.166, de 23 de Dezembro de 2013 (BRASIL, 2013).

rendimento médio por hora trabalhada recebido pelas mulheres foi de R\$ 5,77, caindo para R\$ 5,70, em 2013. No mesmo período, o rendimento por hora trabalhada dos homens passou de R\$ 6,69 para R\$ 7,19. Destarte, o rendimento médio por hora auferido pelas mulheres condizia a 86,2% do rendimento dos homens em 2012, mas passou a corresponder a 79,3% em 2013, fazendo com que a desigualdade de rendimentos entre os sexos se alargasse (PED, 2014).

No período correspondente aos anos 2013-2014, o valor recebido pelas mulheres cresceu de R\$ 1.017 para R\$ 1.064 enquanto para os homens houve um crescimento de R\$ 1.414 para R\$ 1.422. O rendimento das mulheres que correspondia a 79,3% do rendimento dos homens, em 2013, passou a equivaler a 84,6%, em 2014. Observa-se então que, apesar da redução da distância em 2014, a diferença dos rendimentos entre os sexos persiste maior que as observadas em 2010 e em 2012, momentos em que o vencimento feminino foi 85,1% e 86,3% do masculino, respectivamente. (PED, 2015)

No histórico da desigualdade de rendimentos entre os sexos, a distância entre os vencimentos das mulheres em relação aos dos homens reduziu-se, porém ainda se mantém em nível elevado.

Sob esta diferenciação, o IBGE (2014c, p. 119) relata que:

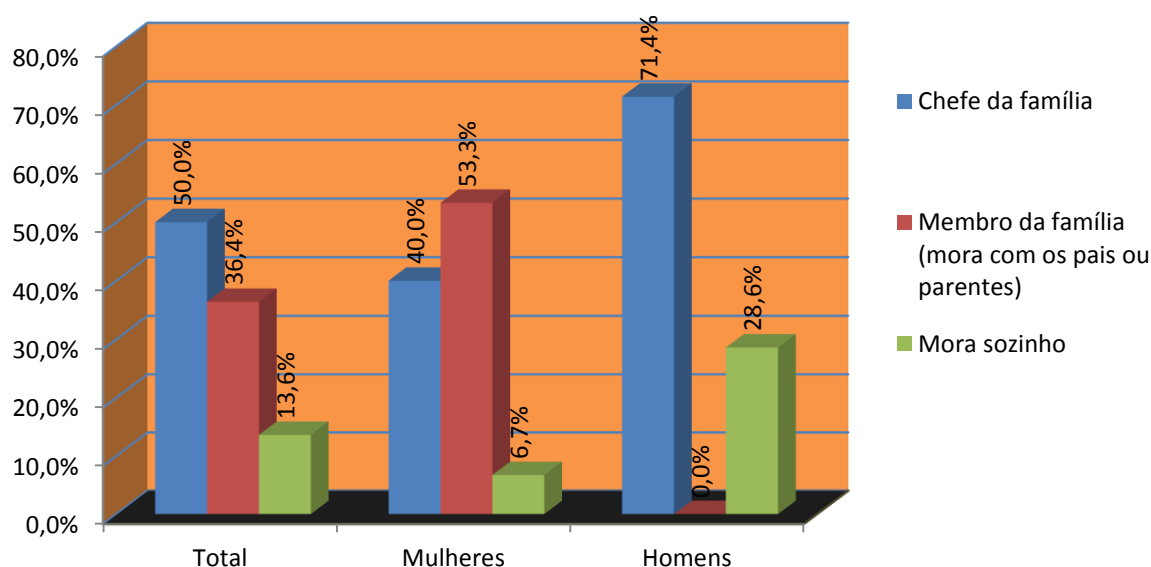
A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no caso brasileiro é resultado, em grande medida, de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, com uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico.

Lorenzo (2014) relata que o rendimento médio da população baiana em 2014, descontada a inflação, foi de R\$ 1.402,20, não tendo muita diferença se comparado aos vendedores ambulantes, visto que 41% ganharam de 1 a 3 salários mínimos. Entretanto, como falar de renda é delicado, não se podem tecer muitos comentários sobre o tema, pois muito dos trabalhadores ocultam seus rendimentos reais ou mistificam-nos. Mas, pode-se afirmar o nível de pobreza e precariedade dos trabalhadores frente às condições de sua sobrevivência e que a herança histórica do vendedor ambulante ser de baixa renda ainda predomina.

6.6 POSIÇÃO FAMILIAR

Diante da participação do vendedor ambulante na posição familiar, 50% informaram que são os chefes da família, responsáveis principais pela vida econômica e sustento de todos no lar e fazem parte desta posição 71,4% dos homens e 40% das mulheres entrevistadas (Gráfico 29). Percebe-se então que muitas famílias em Salvador são chefiadas por mulheres, tendência que ocorre igualmente no país, visto que em 2009, no Brasil, cerca de 22 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres (35,2%) (DIEESE, 2012a).

Gráfico 29 – Distribuição dos entrevistados segundo sua posição familiar e gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



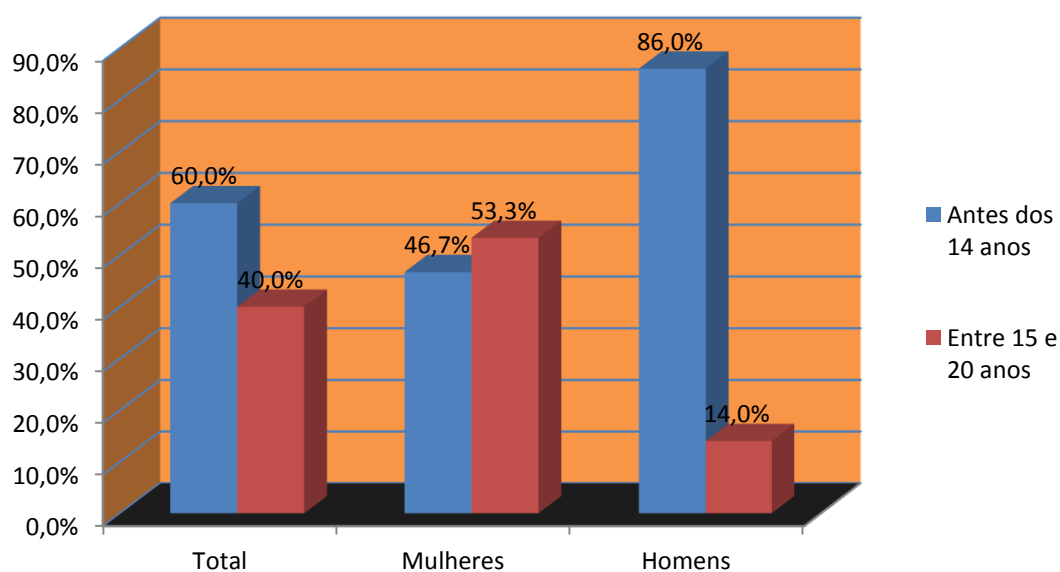
Fonte: Elaboração própria (2014).

Estes números corroboram com as afirmativas que cada vez mais, as mulheres são chefes de família e/ou estão buscando seu espaço no mercado laboral, procurando sua independência financeira, bem como aumentando seu grau de escolaridade e até aumentando sua inserção na política, entre outros. A mulher começou a ter espaço para atuar em diferentes áreas, com maior expectativa de presença em espaços públicos de poder ou de postos de trabalhos ocupados pela população masculina. Estas mudanças, mesmo que lentas e ainda não indicando igualdade de oportunidades e participação, indicam transformações importantes para as próximas gerações de mulheres no mercado laboral, seu papel na sociedade e também na família.

6.7 ENVOLVIMENTO COM O MERCADO LABORAL

Ao evidenciar a idade com que os vendedores ambulantes começaram a trabalhar, grande parte informou que começou antes dos 14 anos (60%), e em sua maioria, começou cedo para ajudar os pais e não saiu mais do comércio informal. Este fator pode ser caracterizado como um dos motivos da baixa escolaridade, visto que, por ter que ajudar os pais, muitos tiveram que se ausentar do ambiente escolar. Os índices diferem ao separar por gênero, pois enquanto a maioria dos homens começou a laborar antes dos 14 anos de idade (86%), as mulheres começaram entre 15 e 20 anos (53,3%), uma possibilidade de explicação para este fato é que, enquanto os meninos saem para conseguir alguma renda, as meninas ficam em casa ajudando as mães nos afazeres domésticos (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Idade que o vendedor ambulante começou a trabalhar, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



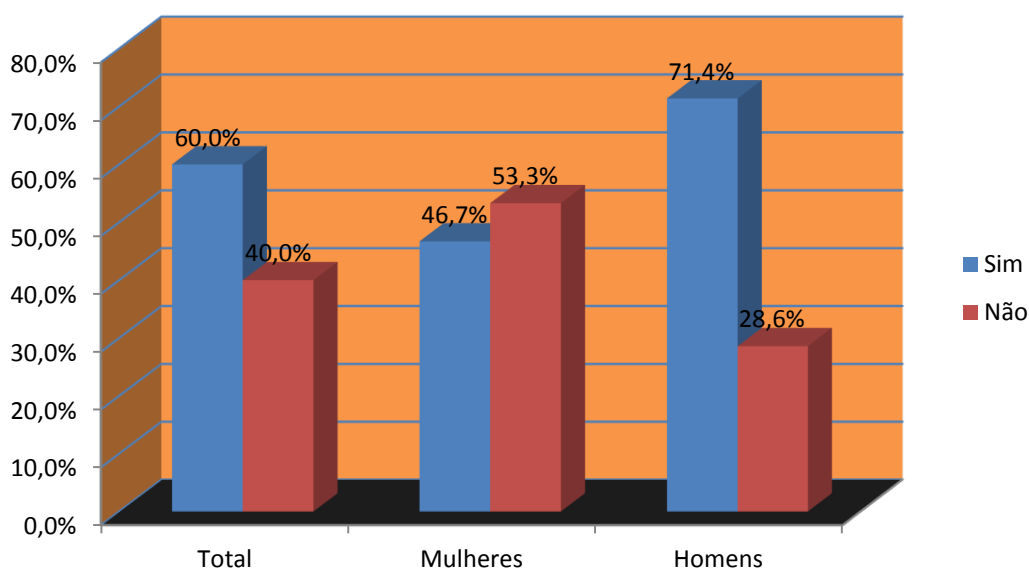
Fonte: Elaboração própria (2014).

Nenhum ambulante começou a trabalhar depois dos 21 anos, o que evidencia mais uma vez que a vida de um trabalhador ambulante começa cedo, situação típica de famílias de baixa renda, onde as crianças adentram no mercado de trabalho para ajudar a complementar a arrecadação da casa.

O fato de iniciar sua vida profissional na informalidade, não é garantia que o indivíduo vá continuar durante todo o resto da vida neste mesmo trabalho, até

porque a maioria dos entrevistados informou que já teve contato com o trabalho formal (60% relatou que já trabalhou com carteira assinada). Destes, a maioria dos homens já tiveram a carteira assinada (71,4%), enquanto a maioria das mulheres não (53,3%) (Gráfico 31). Neste sentido, averígua-se que devido ao processo de reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho soteropolitano, o trabalho informal ocupou-se de trabalhadores que saíram do núcleo estruturado do mercado de trabalho e em busca de alternativas para continuar garantindo seu sustento voltou-se para o trabalho nas ruas como forma de inserção no mercado laboral.

Gráfico 31 – Percentual de vendedores ambulantes que já trabalharam com carteira assinada, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

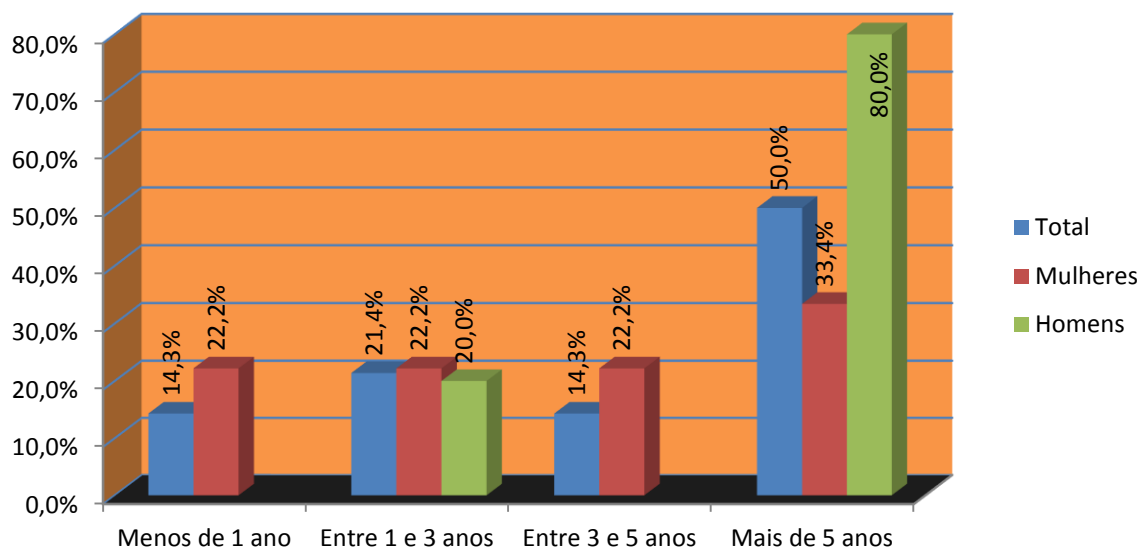
É importante salientar que todos que informaram que já tiveram contato com o mercado laboral formal, trabalhavam em funções que normalmente se recebe o salário base da categoria, não se exige formação específica ou maior qualificação, como vendedor, serviços gerais, na construção civil, segurança, caixa de supermercado, cozinheira, empacotador, porteiro, ajudante de cozinha, armador de móveis, garçom, entregador de pizza, entre outros.

O tipo de trabalho exercido é resultado do baixo nível de escolaridade, visto que são funções que exigem reduzido grau de qualificação. Tal constatação configura-se como essencial para a afirmação da existência de um processo de

desqualificação social sofrido pelos vendedores ambulantes, visto que eles deixaram de exercer um ofício formalizado, mas com baixo rendimento, típico da tendência do capitalismo de flexibilização para passar a compor um universo laboral precarizado em todos os sentidos.

Nenhum homem respondeu que já trabalhou em empresa sem ter a carteira de trabalho assinada, entretanto, 13% das mulheres informaram que já trabalharam informalmente em empresas. Na informalidade ou não, metade dos entrevistados laboraram nestas empresas por mais de 5 anos (50%). Ao separar por sexo, esta resposta foi dada por 80% dos homens e 33,4% das mulheres (Gráfico 32).

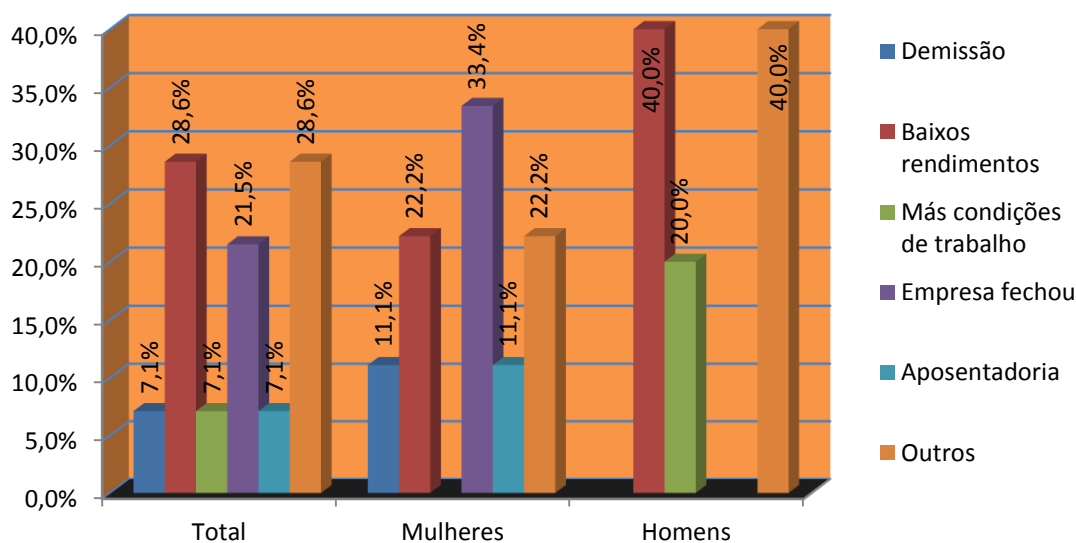
Gráfico 32 – Tempo de permanência em empresa (formalizado ou não) antes de ir trabalhar como vendedor ambulante, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Vários motivos foram apontados como responsáveis para saída da empresa em que os ambulantes trabalhavam. Para o público feminino, o mais informado foi o fechamento da empresa (33,4%) e para o público masculino foi o baixo rendimento (40%). Este foi o segundo motivo mais indicado pelo público feminino (22,2%). Outros motivos foram citados e somados resultaram numa expressiva motivação para a saída das empresas (28,6%), a saber: falta de segurança no local de trabalho, devido a constante ação de meliantes no estabelecimento, insatisfação com a empresa, não querer mais ter patrão, brigas com colegas na empresa, sonho de ter seu próprio negócio (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Motivação do vendedor ambulante para sair da empresa que trabalhava, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

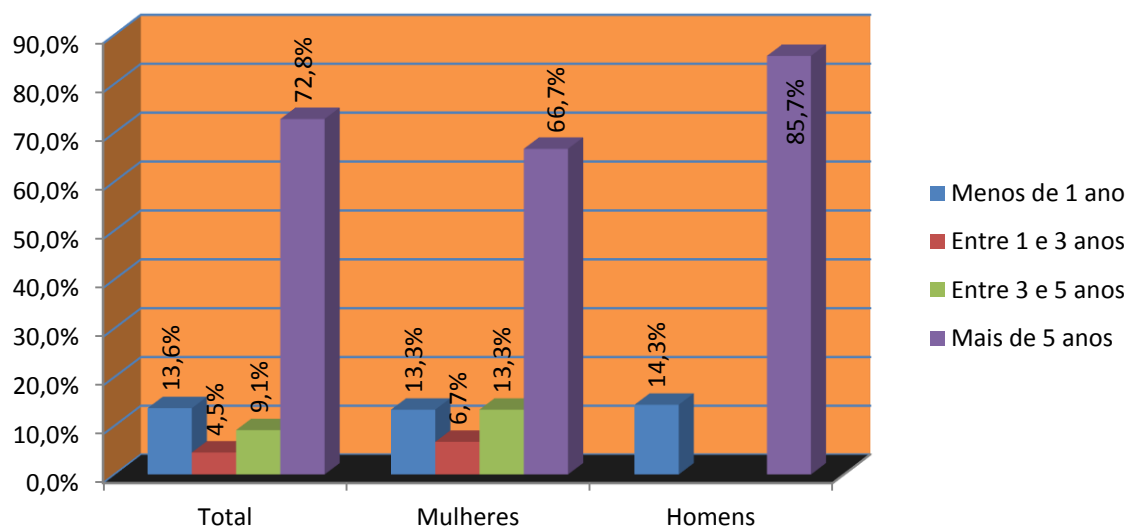
A independência, principalmente a financeira, a flexibilidade de horário, o sonho de ter seu próprio empreendimento, o fato de não “ter patrão”, a necessidade de ter uma renda, gostar de trabalhar com vendas e a falta de oportunidade no mercado formal foram os fatores mais citados ao questionar os vendedores ambulantes a razão de estarem exercendo este tipo de atividade. Por mais contraditório que seja, em média, o vendedor ambulante trabalha de 8 a 12 horas por dia, 6 dias por semana, o que torna a ideia de horário flexível uma utopia, bem como a ideia de independência financeira, posto que 50% declararam ter uma faixa de renda de até 1 salário mínimo.

Estas informações corroboram com o estudo feito pelo FIBGE (1997), onde consta que os motivos da continuidade dos trabalhadores nas atividades informais são: a busca pela independência, o desejo de escapar do controle de um patrão e a melhoria dos rendimentos (FIBGE, 1997 *apud* GUIMARÃES, 2004).

Apesar de alguns trabalhadores argumentarem ganhos superiores na informalidade em relação aos que recebiam no emprego com carteira assinada, é notório o alto grau de precariedade em que eles estão inseridos, bem como o nível de dificuldade que encaram dia a dia e a situação de vulnerabilidade que vivem, totalmente desprovidos da proteção social disponibilizada pelo Estado, visto que, como informais, estão à margem destas ações.

Grande parte dos entrevistados tem mais de 5 anos como vendedor ambulante (72,8%), e contam que já viram muitas mudanças, bem como a segunda parcela maior de entrevistados, que tem menos de um ano como vendedor ambulante (13,6%) (Gráfico 34). Eles reconhecem o esforço do Estado em tentar melhorar o seu “local de trabalho”. A PMS vem fazendo um trabalho constante a fim de melhorar o aspecto do local e a vida dos vendedores ambulantes, como o “Programa Território Empreendedor – Centro”. Os trabalhadores percebem e reconhecem esta movimentação, mas informam que muito ainda precisa ser feito.

Gráfico 34 – Tempo que o vendedor ambulante possui a barraca, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

O fato de não ter nenhuma barraca do público masculino com idade entre 1 e 5 anos de constituída, pode sugerir que as mulheres, além de estarem cada vez mais indo em busca de seu espaço no mercado laboral, ainda se arriscam mais que os homens no empreendedorismo, corroborando com a informação do SEBRAE (2013a) que diz que a participação das mulheres como empregadoras e conta própria é crescente. Atingiu, em 2011, 30,8% do total de 22,8 milhões de empreendedores existentes no país.

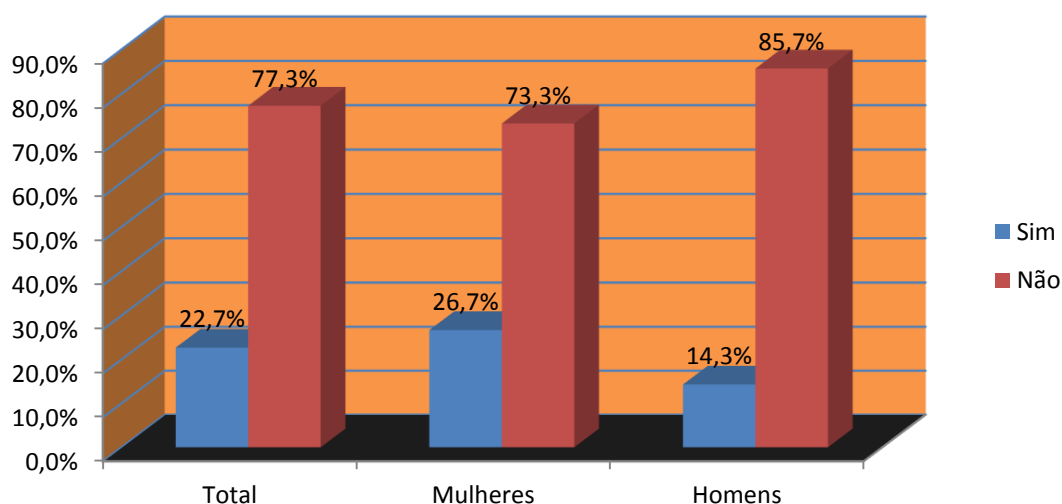
Recentemente, o SEBRAE (2014) divulgou que, pela primeira vez, as mulheres são maioria entre os novos empreendedores: atingiram a marca de 52% dos donos de pequenos negócios que possuem até três anos e meio de atividade.

Estes números representam um grande avanço do público feminino no mercado laboral, entretanto, muitas ainda se encontram na informalidade.

6.8 A QUESTÃO DA FORMALIZAÇÃO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Uma das formas de sair da informalidade é aproveitar os benefícios que a LC 128/2008 trouxe para estimular a formalização de pequenos negócios, trazendo a figura do MEI. Entretanto, ao serem questionados sobre esta formalização, 77,3% responderam que não são formalizados (Gráfico 35).

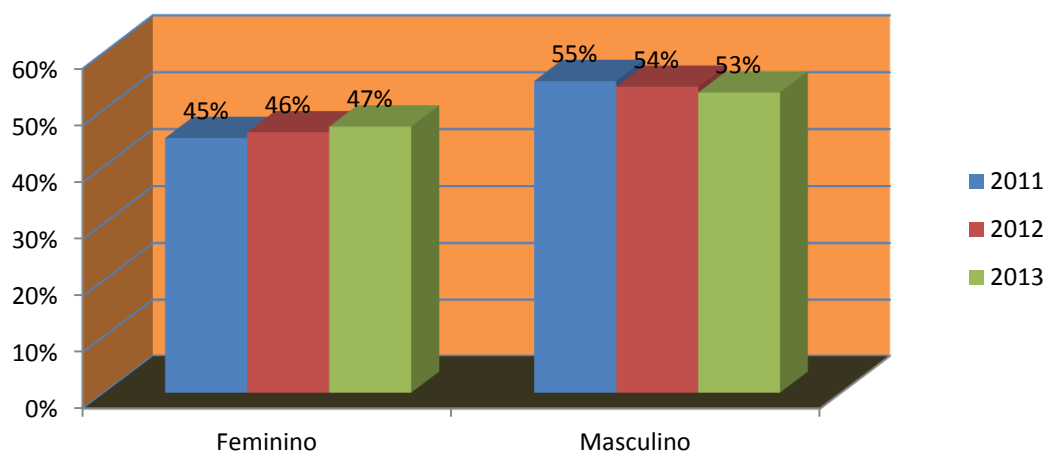
Gráfico 35 - Quantitativo de entrevistados formalizados como MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Vale ponderar que o número de formalizações é maior no público feminino (26,7%) que no masculino (14,3%), corroborando mais uma vez com os estudos que indicam que o índice total de MEI feminino no Brasil vem crescendo gradativamente, ano após ano (Gráfico 36).

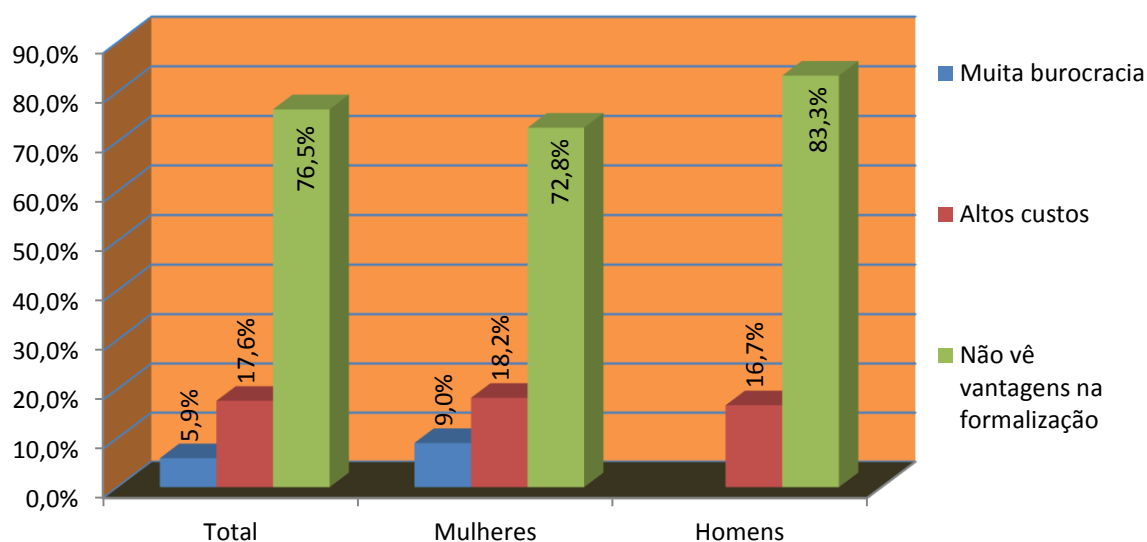
Gráfico 36 - Distribuição de MEI por gênero - Brasil - 2011/ 2013



Fonte: Elaboração própria (2014).

Voltando à análise para os vendedores ambulantes da Av. Sete e retirando da amostra pesquisada aqueles que não são MEI's, 76,5% informam que não veem vantagens na formalização (Gráfico 37). Este fator também é elevado ao se separar os trabalhadores por gênero, visto que 72,8% das mulheres e 83,3% dos homens informaram que não são MEI's por esta razão.

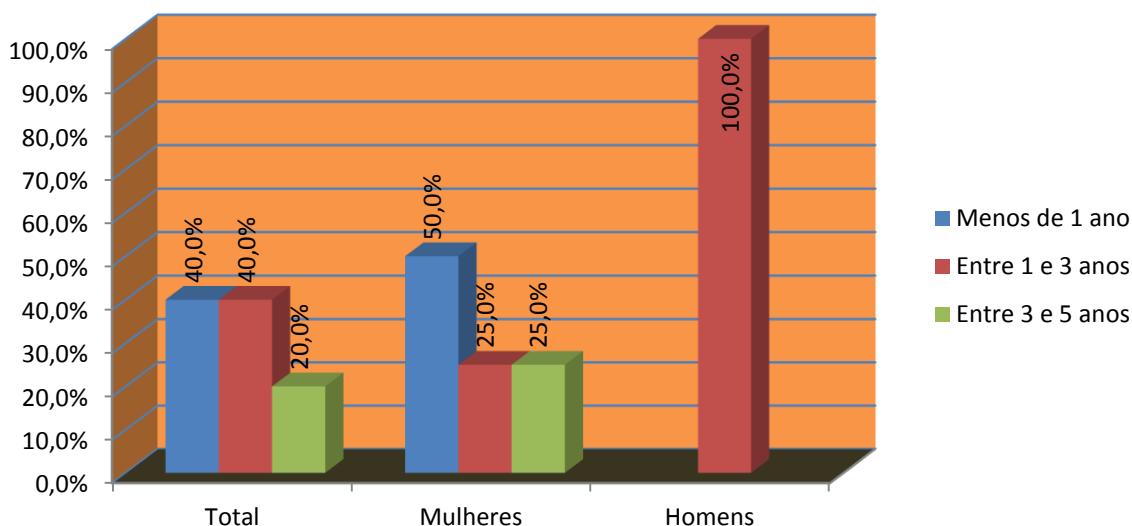
Gráfico 37 - Motivos da não formalização dos vendedores ambulantes como MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Entretanto, ao retirar da amostra pesquisada aqueles que são MEI's (22,7%), nenhum deles informou mudanças negativas em seu negócio após a formalização e como pontos positivos destacaram o acesso a crédito em bancos, CNPJ, máquina de cartão de crédito, melhoria das vendas, diversificação de mercadoria e aumento de estoque. Destes, 40% tem menos de um ano que se formalizaram, entretanto, 20% tem entre 3 e 5 anos de formalizados, o que indica um crescimento no número de formalizações, mesmo que em ritmo lento (Gráfico 38). Vale ressaltar que nenhum trabalhador do público masculino informou ser MEI com menos de um ano, podendo significar, de certa forma, que os homens não “compraram” a ideia da formalização. Cabe ao poder público tornar os benefícios do MEI mais acessíveis para o trabalhador com a finalidade de que ele entenda e venha a se formalizar.

Gráfico 38 - Tempo de formalização dos vendedores ambulantes como MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



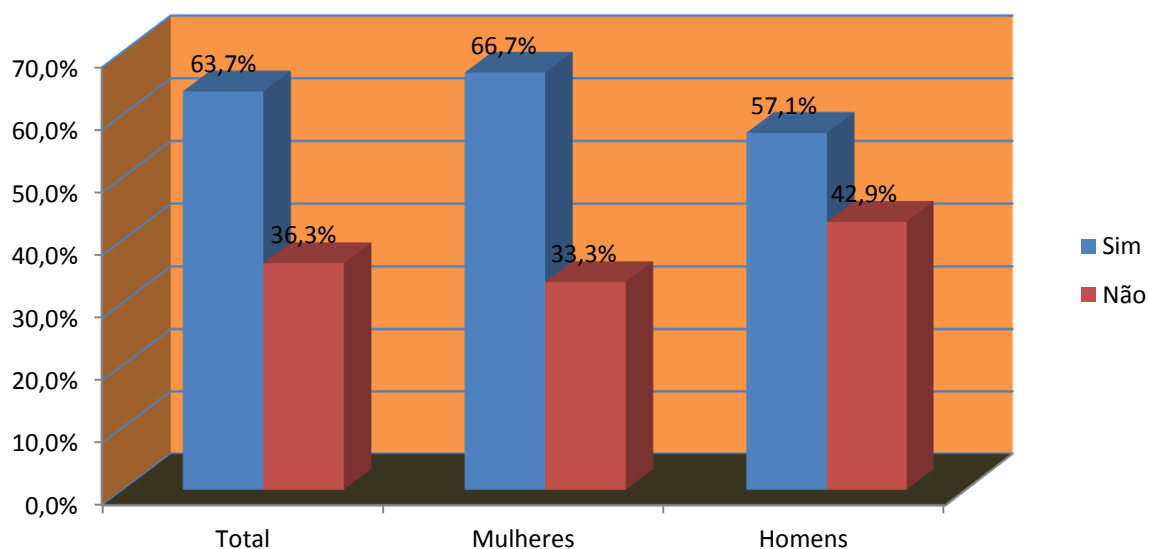
Fonte: Elaboração própria (2014).

Alguns entrevistados associam o MEI ao SEBRAE, visto que este é o único órgão de fomento que fala maciçamente sobre o assunto e incentiva a formalização, ministrando palestras e sanando dúvidas concernentes ao tema. Assim, alguns destes vendedores ambulantes MEI relataram que depois das palestras assistidas no SEBRAE estão “com o negócio mais estruturado” e “conseguiram organizar o dinheiro que recebem com as vendas dos produtos”.

Mesmo com a baixa aderência à formalização, 63,7% dos entrevistados afirmaram que conhecem a Lei do MEI e os benefícios que ela traz para o

empreendedor (Gráfico 39). Separando por sexo, tanto a maioria do público feminino como a do masculino respondeu a mesma coisa, entretanto, ao se questionar o que se sabe sobre o MEI, respostas vagas foram fornecidas, pontuando apenas que o MEI “dá direito” ao INSS, “recebe aposentadoria”, CNPJ, emite Nota Fiscal (NF), “recebe auxílio gravidez” ou doença e “facilita o crédito na praça”. Percebe-se ainda, o conhecimento supérfluo que os vendedores ambulantes têm concernente ao MEI, pois muitos o associam as ações do SEBRAE e ainda existem aqueles que informaram que o MEI “dá conhecimento de como vender e ter lucro”, “ensina como manejar o dinheiro” ou ainda “ensina como lher dar com as pessoas”.

Gráfico 39 – Conhecimento dos vendedores ambulantes concernente a Lei do MEI, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

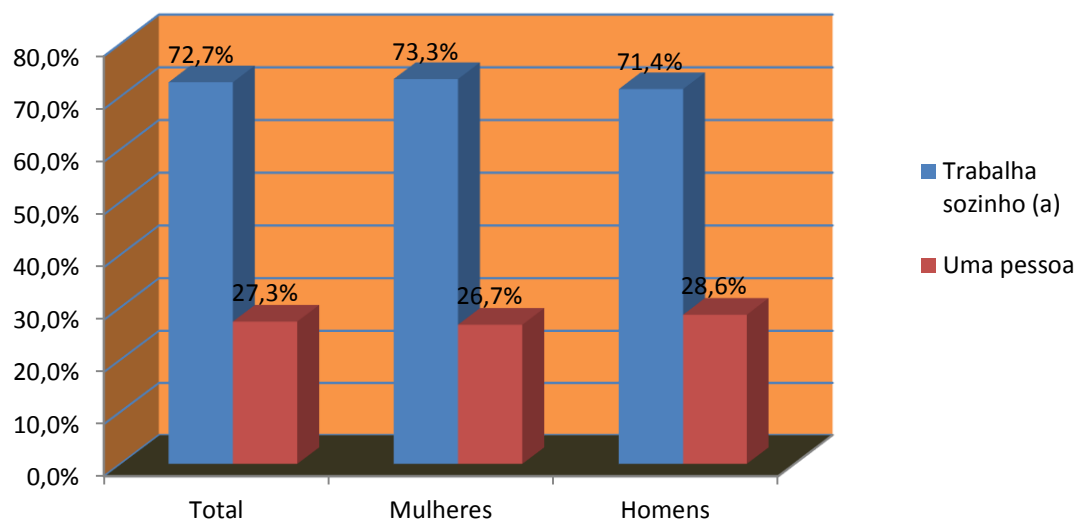


Fonte: Elaboração própria (2014).

6.9 QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE TRABALHAM COM O VENDEDOR AMBULANTE

Ao se reportar ao número de pessoas que trabalham na barraca, apenas 27,3% laboram com mais uma pessoa, os outros 72,7% labutam sozinhos (Gráfico 40). Nenhum entrevistado informou que possui funcionário, muito provavelmente por não usufruírem de um nível de renda que permita empregar outras pessoas, visto que 50% recebem até um salário mínimo. Destarte, pode-se concluir que esse é um tipo de trabalho onde o indivíduo predominantemente executa sozinho.

Gráfico 40 – Número de pessoas que trabalham com o vendedor ambulante, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

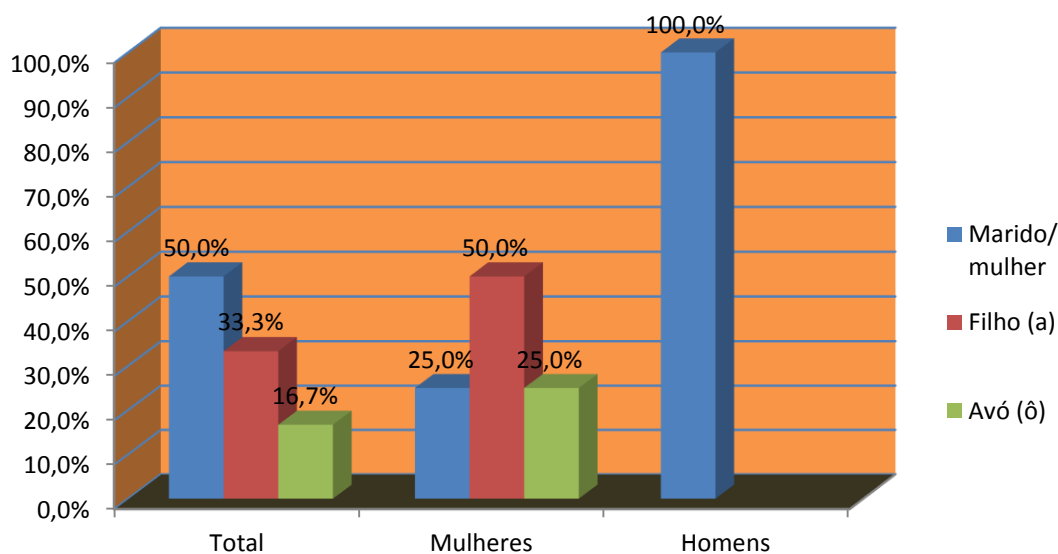


Fonte: Elaboração própria (2014).

Esta característica já tinha sido evidenciada no trabalho de Guimarães (2004). Nele, conclui-se que os trabalhadores informais de Salvador exercem suas atividades sozinhos ou com familiares e sócios, além de serem, essencialmente, trabalhadores mais velhos.

Dos que possuem uma companhia (que são apenas ajudantes, não recebendo um salário por este trabalho), 50% é do marido/mulher, 33,3% é do filho (a) e 16,7% é do avô (avó) (Gráfico 41). É interessante pontuar que, o público masculino recebe ajuda apenas de sua esposa, fato este que pode estar ligado a falta de confiança em outras pessoas.

Gráfico 41 - Relação dos vendedores ambulantes com a(s) pessoa(s) que trabalha(m) no negócio, total e por gênero - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014



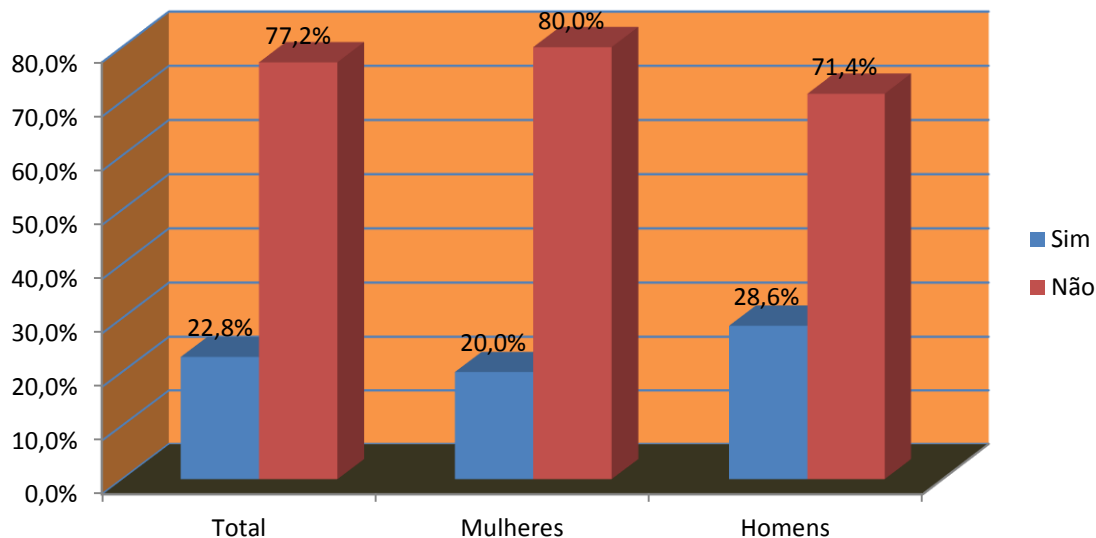
Fonte: Elaboração própria (2014).

Os ajudantes auxiliam na venda, “pegando o peso” ou ficando no caixa enquanto o outro entrega a mercadoria para o cliente. Nenhum entrevistado trabalha com sócia (o), pai, mãe, irmã (o), empregada (o), amiga (o) ou vizinha (o). Percebe-se então, que o trabalho como vendedores ambulantes não incentiva a contratação de empregado, assim sendo, não contribui diretamente com o aumento da oferta de emprego na cidade de Salvador.

6.10 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

No tocante as associações/sindicatos, a grande maioria (77,2%) informou que não participa de nenhum sindicato ou associação, pois não veem benefícios em se incorporar a nenhum (a) deles (as). Os 22,8% que fazem parte de alguma associação/sindicato, estão vinculados a ASSIM Informal, Sindicatos dos Ambulantes, ASSIND FEST, Associação dos ambulantes, Associação dos Empresários da Cidade Alta ou Associação Integrada de Vendedores Ambulantes, Feirantes e Microempreendedores Individuais de Salvador (ASSINDVAN). O quantitativo de filiados também é pequeno quando se separa os trabalhadores por gênero, visto que apenas 20% das mulheres e 28,6% dos homens fazem parte de algum tipo de sindicato (Gráfico 42).

Gráfico 42 – Participação dos vendedores ambulantes em assembleias/movimentos organizados por sindicato/ associação, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

O Gráfico 42 demonstra a baixa organização de classe dos vendedores ambulantes, corroborada pelos baixos índices de afiliação, o que influencia na condição de estabelecimento social e político e na propagação de uma cidadania passiva, tornando-os menos capazes de elaborar demandas organizadas com o objetivo de melhoria de condições de vida e trabalho junto à órgãos públicos, por exemplo.

Este resultado também foi constatado no trabalho de Santos (2010), onde apenas 10,4% dos entrevistados afirmaram que participam de assembleias ou movimentos organizados pelo sindicato e (ou) associação.

Fazer parte de alguma associação é opcional, entretanto, a inscrição na prefeitura⁴⁹ é um fator indispensável para que os vendedores ambulantes possam trabalhar nas ruas, entretanto, muitos não respeitam e burlam a fiscalização, visto que, alguns ficam andando com suas mercadorias e estes, muito provavelmente, não pagam nenhum tipo de autorização para trabalhar naquele local (vendedor de cachorro quente, picolé, guarda chuva, entre outros).

⁴⁹ Autorização de Uso de logradouro público para exploração de atividades de comércio ambulante e de Prestação de Serviços, disponibilizada pela SEMOP. As penalidades do não cumprimento dos dispositivos concernentes à autorização concedida pela PMS estão expostas no Art. 15 do Decreto nº 12.016

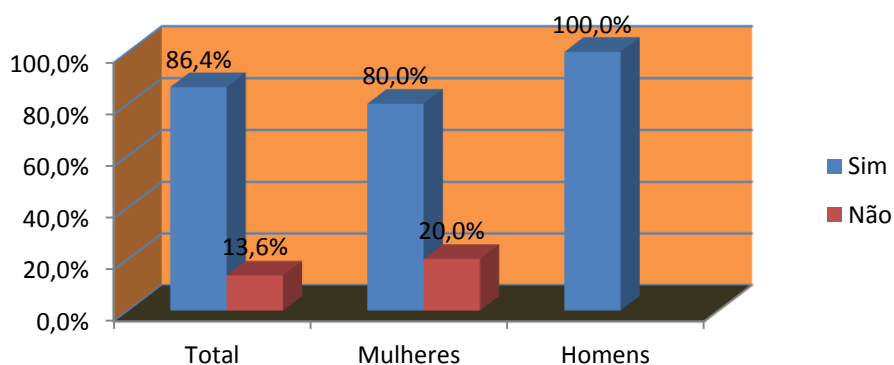
Por isso, o fato de 100% dos entrevistados terem informado que são inscritos na PMS pode ser questionado, pois, aqueles que não estão inscritos, podem ter informado que são regularizados, com medo de sofrer alguma retaliação futura concernente ao propósito do questionário, mesmo sendo esclarecido previamente que o objetivo deste é extremamente acadêmico, muitos podem ter respondido esta questão com uma inverdade. Destarte, não se pode compor maiores análises concernente a este ponto.

Vale ressaltar que esta ação da prefeitura se dá mais no campo do controle da ocupação do solo que no âmbito de propostas de políticas voltadas ao vendedor ambulante, ratificando sua posição de não reconhecimento e desproteção social.

6.11 A QUESTÃO DA SATISFAÇÃO COM A ATIVIDADE LABORAL

O Gráfico 43 apresenta uma realidade bastante interessante: mesmo com todos os percalços, 86,4% dos entrevistados não tem perspectiva de mudança e informaram que pretendem continuar sendo vendedor ambulante. Este número sobe quando se separa os vendedores por gênero concernente ao público masculino, visto que 100% dos entrevistados informaram que não pretendem desenvolver outra atividade.

Gráfico 43 – Pretensão em continuar sendo vendedor ambulante, total e por gênero - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Percebe-se assim que a grande maioria demonstrou estar satisfeita com o seu modo de sobrevivência, gostam do que fazem e não tem intenção de deixar de ser vendedor ambulante, reafirmando, de um lado, a expectativa por maiores ganhos, uma vida livre em relação a horário e cobranças dos patrões, e do outro a

consciência dos entraves trazidos pelos altos índices de desemprego que atinge principalmente, trabalhadores com idade mais avançada, com baixa capacitação profissional e baixo nível de escolaridade.

Esta realidade corrobora com estudos anteriores. Guimarães (2004) assevera que, no conjunto dos ambulantes abordados em sua pesquisa, 57 % pretendiam continuar na atividade laboral informal e 41 % não pretendiam. No primeiro caso, os motivos informados são a “satisfação, porque gosta desse trabalho” ou a “falta de oportunidade de emprego”, bem como “a falta de emprego devido à idade”.

Alguns verbalizaram que devido à baixa escolaridade (demonstrado no Gráfico 25), um emprego formal não lhe daria a renda que o comércio informal lhe proporciona. A sensação de liberdade concernente ao horário de trabalho e a independência financeira são os destaques nos discursos dos vendedores ambulantes, demonstrando satisfação em estar naquele ambiente (mesmo as pesquisas mostrando que o que ocorre na prática é exatamente o contrário). Os trabalhadores tem a forte impressão que “tem uma vida boa sendo camelô”, e isto os estimula a não procurar outro meio de sobrevivência. Algumas falas são apresentadas no Quadro 12.

Quadro 12 – Percepção do vendedor ambulante sobre seu trabalho - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

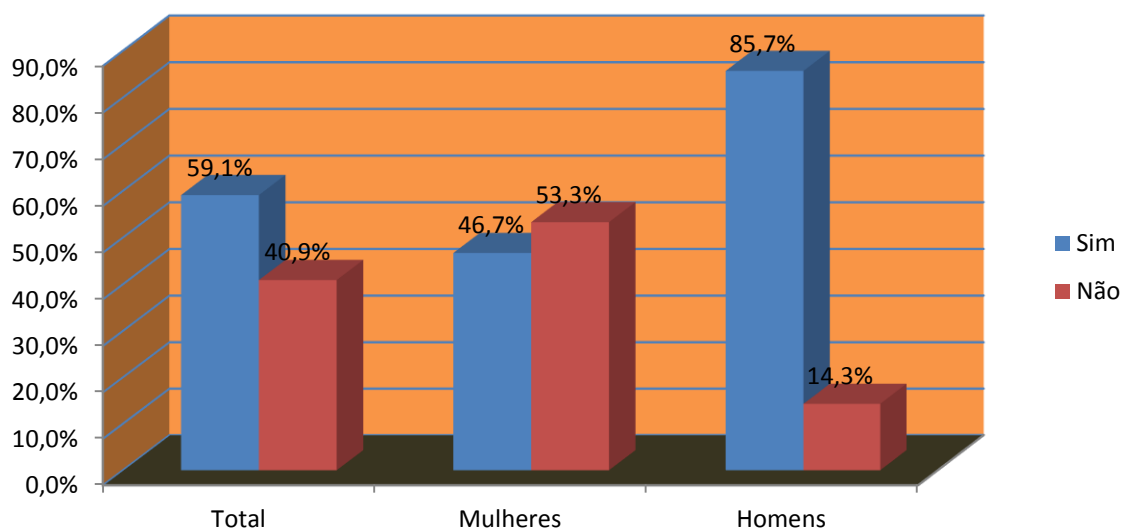
Trabalhador	Faixa de Idade	Gênero	Discurso
A.M.P.L.	Mais de 51	Feminino	“Tem que saber lhe dar com o cliente e eu sei. Gosto do que faço.”
D.G.	De 31 a 40	Feminino	“Não sou diferente de nenhum atendente de loja. Me sinto segura aqui e sei atender meus fregueses.”
M.C.	De 41 a 50	Feminino	“Meu meio de conseguir minha independência, sem ter patrão. Se souber trabalhar a vida muda para melhor.”
S.S.	De 31 a 40	Masculino	“Hoje em dia tá bem avançado, trabalha com cartão e tudo. Sabe moça, eu gosto de ser camelô.”
N.	Mais de 51	Masculino	“Todo dia é uma aventura. É bom, mas rende muito pouco.”
J.J.	De 31 a 40	Masculino	“É um meio de renda, não consegui outra coisa e não posso ficar parado. Fazer o quê, né?”

Fonte: Elaboração própria (2015).

Entretanto, mesmo com a maioria informando que não trocaria seu modo de vida, que gostam do que fazem, ao se perguntar se caso eles achassem um emprego com carteira assinada, largariam a vida de ambulante, este índice sofre uma

mudança considerável, onde a maioria dos entrevistados (59,1%) disse que sim (Gráfico 44).

Gráfico 44 – Perspectiva dos vendedores ambulantes em mudar para um emprego com carteira assinada, total e por gênero - Av. Sete de Setembro Salvador - 2014



Fonte: Elaboração própria (2014).

Os 59,1% que informaram que mudariam para um emprego formal, levam em consideração as condições atuais de trabalho incerto que vivem, ausência dos direitos trabalhistas, além da falta de reconhecimento social que atinge a atividade do vendedor ambulante. Os 40,9% que não trocariam, alegaram que trabalhando de carteira assinada, tem-se uma renda fixa, entretanto, a mudança ia depender da proposta e do salário que seria oferecido (Quadro 13).

Quadro 13 – Justificativa de alguns vendedores ambulantes sobre o questionamento da mudança de trabalho para um com carteira assinada - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

Trabalhador	Faixa de Idade	Gênero	Discurso
M.A.S.	De 21 a 30	Feminino	“Só mudaria se ganhasse melhor.”
A.P.S.	De 41 a 50	Feminino	“Não trabalho mais para ninguém nessa Terra.”
R.S.	De 31 a 40	Feminino	“Trocaria. Acho mais seguro, tem garantias, tem direitos.”
M.S.	De 41 a 50	Masculino	“Apenas se fosse uma proposta muito boa, mas não perderia meu ponto aqui não. Mandaria alguém para ficar aqui pra mim.”
G.N.S.	Mais de 51	Masculino	“Mudaria. Ser camelô é humilhante, perseguido, sofre muito.”
N.S.	De 41 a 50	Masculino	“Não. Não quero ter patrão.”

Fonte: Elaboração própria (2015).

Um dos fatores que impulsiona a vontade de mudar de modo de sobrevivência é o preconceito que estes trabalhadores ainda sofrem. Mesmo não sendo tão forte e evidente quanto o preconceito vivido pelos trabalhadores de rua no século passado, os vendedores ambulantes muitas vezes, ainda se veem acuados diante de algumas situações e comportamentos da sociedade como um todo, como podemos visualizar nas falas transcritas no Quadro 14.

Quadro 14 – Percepção dos vendedores ambulantes concernente a como a sociedade os veem atualmente - Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

Trabalhador	Faixa de Idade	Gênero	Discurso
V.	De 15 a 20	Feminino	“Sou discriminada sim. Só porque tô aqui.”
L.S.M.	De 41 a 50	Feminino	“Ainda tem discriminação. Não muito como antes, mas ainda tem.”
M.R.	Mais de 51	Feminino	“Tem muita discriminação, mas o problema também está no camelô. Ele mesmo se esculhamba.”
M.F.S.L.	Mais de 51	Feminino	“Sinto preconceito, mas depende da pessoa. Tenho freguesas fiéis. O povo vem, pergunta e compra. Me sinto segura aqui.”
A.C.G.	De 41 a 50	Masculino	“Ainda tem preconceito. Às vezes tenho que me impor. Não estou roubando, estou trabalhando, mas tem gente que não entende.”

Fonte: Elaboração própria (2015).

Diante do exposto têm-se as características demográficas dos vendedores ambulantes que laboram na AV. Sete de Setembro e transversais. É interessante salientar que algumas características mudam conforme o gênero do trabalhador (Quadro 15).

Quadro 15 – Quadro síntese com o perfil dos vendedores ambulantes- Av. Sete de Setembro - Salvador - 2014

Característica	Geral	Masculino	Feminino
Gênero	Feminino		
Idade	Mais de 51 anos	De 41 a 50 anos	Mais de 51 anos
Estado civil	Casado(a)	Casado	Solteira
Nível de escolaridade	Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	Ensino Médio (antigo 2º grau)
Renda	Até 1 salário mínimo	De 1 a 3 salários mínimos	Até 1 salário mínimo
Posição familiar	Chefe da família	Chefe da família	Membro da família
Idade que começou a trabalhar	Antes dos 14 anos	Antes dos 14 anos	Entre 15 e 20 anos
Já trabalhou com carteira assinada	Sim	Sim	Não
Tempo de permanência em empresa (com carteira assinada ou não)	Mais de 5 anos	Mais de 5 anos	Mais de 5 anos
Motivo para sair da empresa	Baixos rendimentos	Baixos rendimentos	Empresa fechou
Tempo que é vendedor ambulante	Mais de 5 anos	Mais de 5 anos	Mais de 5 anos
É MEI	Não	Não	Não
Conhece a Lei do MEI	Sim	Sim	Sim
Motivos para não ser MEI	Não vê vantagem na formalização	Não vê vantagem na formalização	Não vê vantagem na formalização
Número de pessoas que ajudam na barraca	0	0	0
Tem inscrição na PMS	Sim	Sim	Sim
Pretende continuar sendo vendedor ambulante	Sim	Sim	Sim
Se achasse um emprego de carteira assinada...	Trocaria	Trocaria	Não trocaria

Fonte: Elaboração própria (2015).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deu-se início a pesquisa, com o seguinte questionamento: Quais as características demográficas dos ambulantes da Av. Sete de Setembro, em Salvador (Ba), no ano de 2014?

Para responder esta pergunta foi feita uma análise destes trabalhadores, envolvendo questões de âmbito demográfico e laboral, bem como suas percepções concernentes a atividade que desenvolvem.

Entretanto, para que houvesse um entendimento mais profundo sobre o objeto desta dissertação, várias pesquisas foram feitas, perpassando pelo contexto da informalidade, mercado de trabalho nacional e municipal, além de explorar a Av. Sete de Setembro, sua importância para a cidade de Salvador, bem como o âmbito do mercado informal, para depois conseguir se traçar o perfil dos vendedores ambulantes.

De maneira geral, pode-se observar que nestes últimos anos um conjunto de mudanças estruturais, econômicas, sociais e políticas culminaram na acessão de um novo modelo de organização social estabelecendo novos padrões de produção e reprodução. Nos anos 1990, a tendência da precarização das relações de trabalho, intensificou o trabalho temporário, bem como o informal. Isto se deve as novas formas flexíveis de produção criadas pelo capital, onde se mescla o trabalho informal, temporário, precário, com formas de trabalho assalariado com ou sem registro em carteira.

Essas mudanças vêm intervindo no mundo do trabalho e têm contribuído para a instauração de uma nova informalidade na cidade de Salvador. Sua origem emana do processo de reestruturação produtiva que destruiu alguns tipos de postos de trabalho e precarizou ocupações no trabalho formal (tipicamente capitalista) da economia, por meio de processos de automação, subcontratação e terceirização das atividades.

Devido a estes fatos e por ser uma cidade marcada pelas desigualdades sociais, a atividade informal, em especial a de rua, tem sido para muitos, uma válvula de escape para conseguir uma fonte de renda diante do fato de não conseguir se inserir no mercado laboral formal.

Tomando como unidade de observação a realidade dos vendedores ambulantes da cidade de Salvador que têm na rua o espaço de trabalho no âmbito

da oferta de bens e serviços à população em geral, percebe-se que o trabalho de rua da atualidade fundamenta-se de duas nuances: uma é a visual, onde observa-se uma aparência de atividade realizada para o próprio trabalhador, com total liberdade de controle ante os instrumentos e meios de trabalho; a outra é a essência intrínseca da atividade de rua, que mostra a existência precária e a condição de funcionalidade e subsunção ao capital, na forma de EIR.

Outra característica do trabalho de rua atual é a incerteza da própria condição de trabalhador. Vive-se apenas o hoje, trabalhando sem saber o quanto vai receber, sem certezas futuras. Assim, firma-se numa condição de imediatismo demasiada: tem que “vender hoje para poder ter o que comer amanhã”, ou até “vender hoje para poder pagar o que comeu ontem”. Essas características são históricas e não diferem da realidade vivida pelos trabalhadores de rua dos tempos outrora.

Esses agentes têm apenas a certeza de sua obrigação de ir trabalhar, com jornada que perpassa em média 9 horas por dia, 6 dias por semana, mas vivem cercados de dúvidas: Não sabem quanto vão ganhar, nem quando, se irão permanecer trabalhando, se irão poder manter-se naquele local ou se vão ter que mudar, tanto de local como de produtos, ou ainda se conseguirão competir com empresas capitalistas espalhadas pela cidade, que oferecem produtos de qualidade e com preços e formas de pagamento cada vez mais acessíveis, como as lojas com produtos de R\$1,99. Estas empresas criam estratégias de mercado, fazendo com que o vendedor ambulante perca espaço ou tenha que abusar de sua criatividade, criando novas estratégias de venda ou diversificando seus produtos.

Trazendo para a discussão os vendedores ambulantes estudados, demonstra-se que o questionamento fundante da pesquisa foi respondido (e apresentado no Quadro 15), afinal, no âmbito geral, delineou-se que este sujeito pode ser representado por uma mulher, com mais de 51 anos, com baixo nível de escolaridade, possuindo renda de até um salário mínimo, chefe de família, que começou a trabalhar antes do 14 anos, para ajudar a complementar a renda da família. Já trabalhou com carteira assinada e já trabalhou em empresa (mesmo que sem carteira) por mais de 5 anos, assim sendo, já teve contato com outro tipo de ocupação. Saiu da empresa que trabalhou por causa do baixo salário recebido e está como vendedora ambulante a mais de 5 anos e trabalha na barraca, em média, 7 horas por dia. Esta trabalhadora, apesar de conhecer a lei do MEI, não se formaliza, pois não vê vantagens na formalização, sendo apenas inscrita na PMS.

Trabalha na barraca sozinha, não participa de sindicatos ou associações. Pretende continuar exercendo a atividade de vendedora ambulante, entretanto se achasse (com algumas ressalvas) emprego numa empresa de carteira assinada, sairia da vida de ambulante.

É importante salientar que este perfil foi desenvolvido a partir do geral, sem separação dos gêneros. Existem algumas variações quando a análise é desmembrada por esta variável, conforme apresentou o Quadro 15.

Chama muito a atenção o fato de apenas 22,7% dos vendedores ambulantes que atuam na Av. Sete de Setembro serem formalizados como MEI. Dos que se formalizaram, estão formalizados a mais de um ano e viram vantagens, pois estão conseguindo aparatos que antes, na informalidade, não eram possíveis. Assim sendo, 77,3% da população investigada não conseguiu ser atingida por esta política pública. Destarte, neste território, outras ações devem ser engajadas com o intuito de que essas pessoas possam se formalizar e com isso melhorar sua qualidade de trabalho.

Aponta-se que o MEI não está sendo passado de forma eficaz junto aos vendedores ambulantes. Faz-se necessário um trabalho mais expressivo dos poderes públicos a fim de desmistificar algumas questões sobre o MEI frente a estes trabalhadores (já que grande parte informa que não vê vantagens na formalização), para que eles percebam a importância de sair da informalidade.

É interessante pontuar que o MEI proporciona o aumento da competitividade no mercado, introduz uma maior justiça tributária, crescimento do poder de barganha, reduz a carga tributária para formalização, simplifica o pagamento de impostos, proporciona todos os benefícios oriundos da Previdência Social, como as pensões, por exemplo, (não só aposentadoria, auxílio gravidez ou doença), diminui a burocracia para a abertura e fechamento de empreendimentos, facilita o acesso ao crédito, estimula as exportações, incentiva a cooperação, entre outras inovações, além do ganho de cunho psicológico, pois o indivíduo deixa de estimular o sentimento de vergonha social, visto que ele é um comerciante legalmente estabelecido como outro qualquer, aumentando seu senso de pertencimento da sociedade.

Assim, ganham os dois lados: o MEI, por todos os benefícios palpáveis e não palpáveis e o governo que aumentará sua arrecadação e controle nas transações comerciais realizadas na cidade.

Além do MEI, outro projeto enveredado pelo poder público está sendo realizado no local, com o objetivo de melhorar o aspecto da Av. Sete de Setembro: O Programa Território Empreendedor – Centro nasce da necessidade expressa pela comunidade e só pôde se tornar real diante de parcerias feitas entre órgãos públicos e privados, que, unindo forças, estão trabalhando no local, proporcionando melhorias de cunho visual, econômico, social, mercadológico e de infraestrutura da região.

Vale destacar também que existem pontos nos discursos dos vendedores ambulantes da Av. Sete que merecem ser ressaltados: a independência, principalmente a financeira, a flexibilidade de horário, a ideia de “não ter patrão” são citados pela maioria deles quando questionados a razão de estarem exercendo este tipo de atividade. Muitos sentem prazer em estar laborando naquele local, entretanto, a realidade vivida é outra: Apesar de não ter que prestar contas à empregador, eles trabalham até 12 horas por dia e tem renda, em média, de até um salário mínimo.

Assim, entende-se a atividade do vendedor ambulante como uma maneira de interação na sociedade ambígua e imperfeita, visto que, apesar da liberdade e da esperança de ganhos maiores, esses trabalhadores intrinsecamente padecem por causa da vulnerabilidade e da precariedade da sua real condição de trabalho, dia a dia, externando uma identidade difamatória, traduzida pelo não reconhecimento social e profissional, pela falta de direitos e desproteção social, bem como na inconstante luta diária pela sobrevivência.

Percebe-se que esses trabalhadores sofrem de uma tripla pressão: primeiro, pela atividade que por si só os enclausuram (longas jornadas de trabalho) em prol da busca pela sobrevivência, sendo que normalmente não há outrem que o substitua em caso de impossibilidade de ir trabalhar; segundo, sofrem a pressão coercitiva da fiscalização municipal que muitas vezes provocam situações tensas e conflituosas; e por fim, tem-se a pressão implacável do envelhecimento natural que certamente deixa o trabalhador tenso e reflexivo a cerca de sua realidade imediata e sem perspectivas sobre o futuro que para ele é de incerteza.

Ademais, o presente trabalho não tem a pretensão de apresentar conclusões acabadas sobre o tema abordado, ao invés disto, intenta mostrar que os problemas aqui abordados são questões que não se esgotam e nem se fecham em conclusões, mas que necessitam ser consideradas ao passo que estão historicamente

intrínsecas e assim sendo, existem similitudes nas condições precárias de trabalhos destes que, no século XIX eram denominadas de ganhadores (as) e se encontravam em cantos delimitados na cidade e hoje são conhecidos (as) como camelôs, vendedores (as) ambulantes ou simplesmente informais e estão em toda cidade, na busca incansável pela sobrevivência.

Assim, através dos resultados obtidos neste trabalho, abrem-se oportunidades de novas pesquisas, visto que se pode verificar uma gama de situações concernentes aos vendedores ambulantes e suas atividades no mercado soteropolitano além do assunto abordado envolver um tema atual, com relevância econômica e social, podendo ser trabalhado em outros municípios.

REFERÊNCIAS

- AGECOM. **Programa da Prefeitura revitaliza Avenida Sete para aniversário de 100 anos.** Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45495%3Aprograma-da-prefeitura-revitaliza-avenida-sete-para-aniversario-de-100-anos&catid=57&Itemid=178> Acesso em: 8 fev. 2015.
- AGENCIA DE NOTÍCIAS. **Território empreendedor mobiliza ambulantes da Av. Sete.** Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/281-territorio-empreendedor-mobiliza-ambulantes-da-av-sete>> Acesso em: 8 fev. 2015.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, J. S. de. **Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador.** Salvador: FCE/UFBA, 1999.
- _____. A economia de Salvador e a formação de sua região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana.** 2. ed. rev. amp. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ALVES, Maria Aparecida. **“Setor Informal” ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade.** 2001. 157f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2001.
- ANJOS, Adalton dos et al. Sou camelô, sou do mercado informal. In: CONCEIÇÃO, Fernando (Org.). **Salvador de Perfis.** Salvador: FACOM/UFBA, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARIAS, Omar S. et al. **Informalidade: saída e exclusão.** Tradução: Maria Helena Falcão. Washington, DC: Banco Mundial, 2007.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 9050.** Projeto de Norma Brasileira - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2008, 17p.
- BARBOSA, Helen Campos. A música de rua no comércio informal de Salvador – BA como agenciadora de identidades: das negras de ganho às modernas mídias urbanas. In: ENCONTRO DA ABRALIC - INTERNACIONALIZAÇÃO DO REGIONAL, 13., 2012. **Anais...** Campina Grande: UEPB/UFCEG, 2012.
- BETTIO, Tania Mary. A informalidade do trabalho no Brasil dentro da perspectiva histórica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais...** 2009.
- BITTENCOURT, Pollyana Vieira; GOMES, Crislayne Aires. **Um estudo sobre os benefícios proporcionados aos vendedores de espetinho do município de Vera/MT para a formalização do microempreendedor individual (MEI).** 2012. 26f. Trabalho de iniciação científica (Graduação) do Curso de Ciências Contábeis. Faculdade de Sinop- FASIPE, Mato Grosso, 2012.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.

BORGES, Ângela Maria de Carvalho. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Cad. CRH**, v. 23, n. 60, 2010.

_____.; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Segregação Urbana e Emprego: Observações preliminares sobre Salvador**. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/download/artigo_inaiacarvalho.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

BRANDÃO, Eduardo Rangel. **Como deve ser a estrutura de um questionário**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/eduardobrandao/eduardo-brandao-tecnicaspesquisacomodeveserestruturacaoquestionario>> Acesso em: 9 jan. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao "Auxílio-Gás". Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=221661>>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10. 406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso em: 17 nov. 2012.

_____. **Decreto Nº 8.166, de 23 de Dezembro de 2013**. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acesso em: 21 maio 2015.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.

_____. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 12, n.1-19, 2001.

_____. (Pré) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, jun. 2007.

_____. **A economia informal 20 anos depois**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626/871>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CAGED. **Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal Bahia – Julho de 2012**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:A0DP1yhE1K0J:portal.mt>>

e.gov.br/data/files/8A7C816A38CF493C01392F6BF0CB5F24/BA%2520julho%252012.pdf+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br/>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Trabalho, renda e pobreza na Região Metropolitana de Salvador In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. rev. amp. Salvador: EDUFBA, 2008.

CORREIO. **Requalificação da Avenida Sete prevê alargamento de passeios até 2016**. Disponível em: < <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/programa-da-prefeitura-revitaliza-avenida-sete-para-aniversario-de-100-anos/>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR. **LEI Nº 5.503/99 - Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador**. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/lei5503_1999-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

DIEESE. **Anuário do sistema público de trabalho, emprego e renda – 2010/2011**. São Paulo: DIEESE, 2011a.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012a.

_____. **Relatório Anual RAIS 2011**. Salvador: Observatório do Trabalho da Bahia, 2012b.

_____. **Evolução Trimestral do Mercado de Trabalho Formal da Bahia – Abril, maio e junho de 2012**. Salvador: Observatório do Trabalho da Bahia, 2012c.

_____. **Relatório analítico de acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho formal da Bahia**. Salvador: Observatório do Trabalho da Bahia, 2013.

_____. **Nota Técnica PED – Março de 2014**. Disponível em: <<http://www.sempetq.pe.gov.br/anexos/article/5938/Nota%20Tecnica%20PED%20mar%C3%A7o%202014.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2015.

DO SÃO Bento ao Farol. **A Tarde**, p. 8, Salvador, 01 out. 1992.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalho informal, sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador**. 103f. 2004. Monografia (Graduação)-Bacharelado em Ciências Sociais, Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. **Trabalhadores de Rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. 238f. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FALCÃO, Marina. **Brasil registra pior saldo de emprego em outubro desde 1999, diz CAGED**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3779628/brasil-registra->

pioresaldo-de-emprego-em-outubro-desde-1999-diz-caged> Acesso em: 27 abr. 2015.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Condições demográficas. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. rev. amp. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Donaldson. **Mais 17 mil entram no mercado informal**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/noticias/903707>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP – Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 119, p.32, 2002.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira et al. **Global entrepreneurship monitor: empreendedorismo no Brasil 2010**. Curitiba: IBQP, 2010.

GUIA GEOGRÁFICO. **Salvador antiga**. Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/rosario/rosario-7setembro.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

GUIMARÃES. Iracema Brandão. Maturidade e experiência em atividades informais de baixa renda. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, set. /dez. 2004.

HEINONEN, Noora. **A cidade alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador**. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3031/2136>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

IBAHIA. **Salvador é a capital brasileira de maior desemprego e menor renda**. Disponível em: <<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/salvador-e-a-capital-brasileira-de-maior-desemprego-e-menor-renda/?cHash=c05fe0ddf043d8382a2f92f2fe02fdb>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

IBARRA, Antonio. **Pobreza, distribuição de renda e mercado de trabalho: 1990-2006**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/mercadodetrabalhoibarra.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD 1999**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/comment99.shtm>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. **Economia informal urbana**. [S. l.]: Observatório SEBRAE, 2005.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

_____. **A janela para olhar o país - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b.

_____. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014c.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego - Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade: Salvador (BA) - 2000**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=292740&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Salvador (BA) - 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=292740&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Pesquisa Mensal de Empregos - Sumário das tabelas disponíveis**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>. Acesso em: 26 maio 2015.

IPEA. **Distribuição de renda: o debate na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Dieese, 2005.

_____. Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, ano 16, n. 47, Brasília: MTE, 2011a.

_____. Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, ano 16, n. 48, Brasília: MTE, 2011b.

_____. Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, ano 17, n. 50, Brasília: MTE, 2012a.

_____. Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, ano 17, n. 51, Brasília: MTE, 2012b.

_____. Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, ano 17, n. 52, Brasília: MTE, 2012c.

_____. Mercado de trabalho: **Conjuntura e análise**, ano 17, n.53, Brasília: MTE, 2012d.

_____. Mercado de trabalho: **Conjuntura e análise**, ano 17, n.54, Brasília: MTE, 2013a.

_____. Mercado de trabalho: **Conjuntura e análise**, ano 18, n.55, Brasília: MTE, 2013b.

_____. Mercado de trabalho: **Conjuntura e análise**, ano 18, n.56, Brasília: MTE, 2014a.

_____. Mercado de trabalho: **Conjuntura e análise**, ano 18, n.57, Brasília: MTE, 2014b.

_____. Mercado de trabalho: **Conjuntura e análise**, ano 18, n.58, Brasília: MTE, 2015.

JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, Kjeld at al (Orgs.). **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: Escritório da OIT no Brasil (OIT), 2010

LEIS MUNICIPAIS. **Decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1998/1202/12016/decreto-n-12016-1998-dispoe-sobre-a-localizacao-e-funcionamento-do-comercio-ambulante-e-de-prestacao-de-servicos-em-logradouros-publicos-do-municipio-do-salvador-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 27 out. 2014.

LEMOS, Fabricia de Matos. Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Salvador/Ba. In: PEDRÃO, Fernando Cardoso (Org.). **Trabalho e Educação: uma perspectiva crítica**. São Paulo: Editora Nelpa, 2015.

LIMA, Maria Clara. **Centro de Salvador recebe ação de desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/Centro-de-Salvador-recebe-a%C3%A7%C3%A3o-de-desenvolvimento-territorial>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

LORENZO, Francine de. **Os dois extremos do mapa do emprego**. Disponível em: <<http://static.ibefsp.com.br.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2014/03/ibef-na-imprensa.jpg>>. Acesso em: 26 maio 2015.

MACHADO, Priscila. **Largo Dois de Julho será revitalizado em 8 meses**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/largo-dois-de-julho-sera-revitalizado-em-8-meses-1614542>> Acesso em: 20 dez. 2014.

MELLO, Káthia. **Desemprego sobe pela primeira vez desde 2009, mostra Pnad**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/09/mulheres-ganham-737-do-salario-dos-homens-afirma-pnad.html>> Acesso em: 14 abr. 2015.

MENDES, Henrique. **Desemprego entre mulheres atinge 2ª menor taxa histórica, aponta boletim**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/03/desemprego-entre-mulheres-atinge-menor-taxa-historica-aponta-boletim.html>> Acesso em: 27 abr. 2015.

MENDONÇA. Gismália Marcelino. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Salvador: UNIFACS, 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Taxa de desemprego cai 11% segundo Pnad contínua**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/conteudo.asp?p=noticia&ler=11340>> Acesso em: 10 jul. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, Brasília: Ipea, ano 18, n. 55, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Paulo de Jesus. **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador**. 2005. 237f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Gercina Alves de. **A Burocracia Weberiana e a Administração Federal Brasileira**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/4847/3585>> Acesso em: 18 jun. 2014.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **Trabalho criativo ou (des) emprego involuntário: informalidade na sociedade contemporânea**. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero2/Artigos/Trabalho%20Criativo%20-%20Organista.pdf> Acesso em: 10 jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Seminário tripartite “a economia informal no Brasil: políticas para facilitar a transição para a formalidade”**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/semin%C3%A1rio-tripartite-%E2%80%9C-economia-informal-no-brasil-pol%C3%ADticas-para-facilitar-transi%C3%A7%C3%A3o-para-f>>. Acesso em: 10 Jun. 2013.

_____. **Desemprego e informalidade afetam os jovens na América Latina**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/desemprego-e-informalidade-afetam-os-jovens-na-america-latina>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. **Avanço na redução da informalidade**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/avanco-na-reducao-da-informalidade>>. Acesso em: 28 set. 2015.

PAIVA, Vanilda, et al. Qualificação e inserção no mundo do trabalho. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP n. 48, 1997.

PALMA, Amanda; LAHIRI, Victor. **Fiscalização tenta manter a ordem na Av. Sete, mas ambulantes insistem**. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/fiscalizacao-tenta-manter-a>>

ordem-na-av-sete-mas-ambulantes-insistem/?cHash=1aae552abfd125436c47bdf0b5942055>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PAULI, Rafael Camargo de; NAKABASHI, Luciano; SAMPAIO; Armando Vaz. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política** (online), São Paulo, v.32, n.3, 2012.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Reestruturação produtiva**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/reestruturacao-produtiva.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

_____. **BRICS**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/bric.htm>>. Acesso em: 16 set. 2015.

PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. **Economia 'subterrânea' cai com benefícios da Lei Geral**. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI156808-17180,00-ECONOMIA+SUBTERRANEA+CAI+COM+BENEFICIOS+DA+LEI+GERAL.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. **Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador - Resultados de outubro de 2013**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_out13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. **Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador - resultados de novembro de 2013**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_nov13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. **Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador - resultados de dezembro de 2013**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_dez13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. **A inserção da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador - março de 2014**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014pedmulherssa.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____. **A inserção da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador- março de 2014**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2015/2015pedmulherssa.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. AMORIM, Ricardo (Org.). Qualidade das ocupações no Brasil. **Carta Social e do Trabalho**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Plano Municipal de Saúde de Salvador 2014-2017**. Salvador, 2014.

QUEIROZ, Adriana Franco de. **Informalidade e territórios de trabalho em Salvador: Uma breve análise da ocupação de espaços públicos de excessivo controle e concorrência por vendedores ambulantes**. Disponível em: <<http://www.revistaagendasocial.com.br/index.php/agendasocial/article/view/177>> Acesso em: 23 jul. 2015.

RAMOS, Carlos Alberto. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de políticas. **Revista econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.115-137, jun. 2007.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

RAUD-MATTEDI, Cécile. **A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100008#nt25> Acesso em: 18 jun. 2014.

RIZZA, Gabriel; SCHWINGEL, Inês. Políticas públicas para formalização das empresas: lei geral das micro e pequenas empresas e iniciativas para a desburocratização. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e análise**, Brasília: IPEA, ano 18, n.54, 2013.

SABOIA, João; SABOIA, Ana Lucia. **Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição?. **Estudos Avançados (online)**, São Paulo, v. 28, n.81, 2014.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos. **Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia: um percurso de “desqualificação social”?**. 2010. 303f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Revista Pro-Posições**, v. 19, n. 2, 2008.

SEADE. **Principais conceitos**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/ped/pedmv98/conceito.html>> Acesso em: 2 maio. 2015.

SEBRAE. **Microempreendedor Individual (MEI): sua dinâmica e o papel do município**. 3.ed. São Paulo: SEBRAE, 2012.

_____. **O que é o SEBRAE?**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos> Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. **Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas**. São Paulo: DIEESE, 2013a.

_____. **Perfil do microempreendedor individual 2013**. Brasília: SEBRAE, 2013b.

_____. **Conhecer: Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios**. Brasília: SEBRAE, 2014.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Taxa de desocupação (% da PEA - pessoas de 14 anos ou mais de idade)**. Disponível em: <https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/pnadc.html> Acesso em: 20 abr. 2015.

SEI. **Índice de qualidade do mercado de trabalho**. Salvador: SEI, 2012.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Patrícia Pugliesi e. **A nova informalidade na Região Metropolitana de Salvador**. 2003. 144f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2003.

SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld et al (Org.). **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SISTEMA FIRJAN. **Quanto custa abrir uma empresa no Brasil?** [S.l.], jul. 2010.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. In: RAMOS, Lauro (Org.). Mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**, Brasília: MTE, Ano 16, n. 46, 2011.

THEODORO, Mario. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

TRIBUNA DA BAHIA. **Associações de ambulantes discutem o ordenamento da atividade em Salvador**. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/02/22/associacoes-de-ambulantes-discutem-ordenamento-da-atividade-em-salvador>> Acesso em: 17 maio 2015.

UNIFACS. **Território Empreendedor: Avenida Sete**. Salvador, 2014, 22 slides. Apresentação em PowerPoint.

UZEDA, Eduarda. Avenida Sete de Setembro faz parte da história de Salvador. **A Tarde**, Salvador, p.5, 14 ago. 1988.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO

Nº _____



UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Entrevistadora: Fabricia de Matos Lemos (fabricia.lemos@gmail.com)

Este questionário é acadêmico e as respostas servirão apenas para fundamentar uma dissertação. Os dados aqui fornecidos são sigilosos e serão utilizados no todo e não individualmente. As perguntas deste questionário têm como objetivos principais: conhecer seus dados socioeconômicos e profissionais, bem como conhecer o perfil do seu negócio.

Entrevistado: _____

Produto vendido: _____ Tel: () _____

Endereço comercial: _____

1. Qual o seu sexo?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Feminino
(B)	<input type="checkbox"/>	Masculino

2. Qual a sua idade?		
(A)	<input type="checkbox"/>	De 15 a 20
(B)	<input type="checkbox"/>	De 21 a 30
(C)	<input type="checkbox"/>	De 31 a 40
(D)	<input type="checkbox"/>	De 41 a 50
(E)	<input type="checkbox"/>	Mais de 51
3. Qual seu estado civil?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Solteiro (a)
(B)	<input type="checkbox"/>	Casado (a) / mora com um (a) companheiro (a)
(C)	<input type="checkbox"/>	Separado (a) / divorciado (a) / desquitado (a)
(D)	<input type="checkbox"/>	Viúvo (a)
4. Qual é o seu nível de escolaridade? (Marque apenas uma resposta)		
(A)	<input type="checkbox"/>	Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
(B)	<input type="checkbox"/>	Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
(C)	<input type="checkbox"/>	Ensino Médio (antigo 2º grau)
(D)	<input type="checkbox"/>	Ensino Superior Incompleto
(E)	<input type="checkbox"/>	Ensino Superior Completo
(F)	<input type="checkbox"/>	Não estudou
5. Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)		
(A)	<input type="checkbox"/>	Até 1 salário mínimo (até R\$ 728,00)
(B)	<input type="checkbox"/>	De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 728,01 até R\$ 2.184,00)
(C)	<input type="checkbox"/>	De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.184,01 até R\$ 4.368,00)
(D)	<input type="checkbox"/>	Mais de 6 salários mínimos (mais de R\$ 4.368,01).

6. Qual o seu papel no interior do grupo doméstico?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Chefe da família
(B)	<input type="checkbox"/>	Membro da família (mora com os pais ou parentes)
(C)	<input type="checkbox"/>	Mora sozinho
(D)	<input type="checkbox"/>	Outros _____

7. Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)		
(A)	<input type="checkbox"/>	Antes dos 14 anos
(B)	<input type="checkbox"/>	Entre 15 e 20 anos
(C)	<input type="checkbox"/>	Entre 21 e 30 anos
(D)	<input type="checkbox"/>	Após 31 anos

8. Já trabalhou com carteira assinada?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não (Vá para a questão 15)

9. Em que período este trabalho foi realizado? (por exemplo, de 2000 a 2004)		

10. Qual o último trabalho que executou? (informe se foi de carteira assinada ou não)		

11. Por quanto tempo executou o último trabalho antes de abrir o negócio?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Menos de 1 ano
(B)	<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 3 anos
(C)	<input type="checkbox"/>	Entre 3 e 5 anos
(D)	<input type="checkbox"/>	Mais de 5 anos

12. Há quanto tempo deixou esse trabalho?		

13. Qual o principal motivo que fez sair desse trabalho?		
(A)		Demissão
(B)		Baixos rendimentos
(C)		Más condições de trabalho
(D)		Empresa fechou
(E)		Aposentadoria
(F)		Outro, qual? _____

14. Quando saiu desse trabalho, recebeu...			
(A)	FGTS	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
(B)	Seguro-Desemprego	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
(C)	Férias Proporcionais	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
(D)	13º proporcional	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
(E)	Aviso Prévio	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
(F)	Aviso Indenizado	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
(G)	Algum outro benefício? Qual? _____		

15. Porque resolveu abrir o seu negócio?	

16. Quantos anos tem seu negócio?		
(A)		Menos de 1 ano
(B)		Entre 1 e 3 anos
(C)		Entre 3 e 5 anos
(D)		Mais de 5 anos

17. Quantas horas trabalha por dia?	

18. O que o (a) levou a escolher esse negócio?		

19. O negócio é formalizado? (Se for formalizado, pule para a questão 21)		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não

20. Se o negócio não é formalizado, qual o motivo? (Pode marcar mais de uma alternativa)		
(A)	<input type="checkbox"/>	Muita burocracia
(B)	<input type="checkbox"/>	Altos custos
(C)	<input type="checkbox"/>	Não vê vantagens na formalização
(D)	<input type="checkbox"/>	Outros (Especifique): _____

21. Conhece a Lei do Microempreendedor Individual (MEI)?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não

22. O que sabe sobre a LEI do MEI?		

23. Há quanto tempo é formalizado?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Menos de 1 ano
(B)	<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 3 anos
(C)	<input type="checkbox"/>	Entre 3 e 5 anos
(D)	<input type="checkbox"/>	Mais de 5 anos

24. A formalização foi boa para o seu negócio?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não
25. Quais as mudanças positivas ocorreram no negócio após a formalização? (Informe pelo menos 3)		

26. Quais as mudanças negativas ocorreram no negócio após a formalização? (Informe pelo menos 3)		

27. Quantas pessoas trabalham no negócio?		

28. Qual a sua relação com a(s) pessoa(s) que trabalha(m) no negócio? (até três respostas)		
(A)	<input type="checkbox"/>	Pai/ Mãe
(B)	<input type="checkbox"/>	Irmão/irmã
(C)	<input type="checkbox"/>	Marido/mulher
(D)	<input type="checkbox"/>	Outro parente
(E)	<input type="checkbox"/>	Sócio (a)
(F)	<input type="checkbox"/>	Empregado (a)
(G)	<input type="checkbox"/>	Amigo (a)
(H)	<input type="checkbox"/>	Vizinho (a)
(I)	<input type="checkbox"/>	Outro _____
29. Como essa(s) pessoa(s) ajuda(m)?		

30. Participa de Assembleias ou de movimentos organizados pelo sindicato e/ou associação?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim Qual? _____
(B)	<input type="checkbox"/>	Não
31. Está inscrito (a) na prefeitura?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não
32. Para o(a) senhor(a), o que é ser um (a) vendedor (a) ambulante/camelô hoje?		

33. Para o(a) senhor(a) como a sociedade vê o (a) vendedor (a) ambulante/camelô?		

34. Pretende continuar exercendo essa atividade?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não
35. Por quê?		

36. Mudaria para um emprego com carteira assinada?		
(A)	<input type="checkbox"/>	Sim
(B)	<input type="checkbox"/>	Não
37. Por quê?		

